

SERIE 5.^a — BRASILIANA

IBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

Sob a direcção de Fernando de Azevedo

v. 1

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Baptista Pereira: Figuras do Imperio e outros ensaios.
- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquez de Barbacena.
- 3 — Alcides Gentil: As idéas de Alberto Torres.
- 4 — Oliveira Vianna: Raça e Assimilação.
- 5 — Auguste de Saint-Hilaire: Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822) — Trad. e pref. de Affonso de E. Taunay.
- 6 — Baptista Pereira: Vultos e episodios do Brasil.
- 7 — Baptista Pereira: Directrizes de Ruy Barbosa.
- 8 — Oliveira Vianna: Populações Meridionaes do Brasil.
- 9 — Nina Rodrigues: Os Africanos no Brasil.
- 10 — Oliveira Vianna: Evolução do Povo Brasileiro.
- 11 — Luis da Camara Cascudo: O Conde d'Eu.
- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cote-gipe.
- 13 — Vicente Llcinio Cardoso: A' margem da Historia do Brasil.
- 14 — Pedro Calmon: Historia da Civilização Brasileira.
- 15 — Pandiá Calogeras: Da Regencia á queda de Rozas.
- 16 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro.
- 17 — Alberto Torres: A Organização Nacional.
- 18 — Visconde de Taunay: Pedro II.
- 19 — Affonso de E. Taunay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII).
- 20 — Alberto de Faria: Mauá.
- 21 — Baptista Pereira: Pelo Brasil Maior.
- 22 — E. Roquette-Pinto: Ensalos de Anthropologia Brasileira.
- 23 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brasil.
- 24 — Pandiá Calogeras: Problemas de Administração.
- 25 — Mario Marroquim: A lingua do Nordeste.
- 26 — Alberto Rangel: Rumos e Perspectivas.
- 27 — Alfredo Ellis Junior: Populações Paulistas.
- 28 — General Couto de Magalhães: Viagem ao Araguaya.
- 29 — Josué de Castro: O Problema da alimentação no Brasil.
- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central.
- 31 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise actual.
- 32 — C. de Mello-Leitão: Visitantes do Primeiro Imperio.
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
- 34 — Angyone Costa: Introducção á Archeologia Brasileira.
- 35 — A. J. de Sampaio: Phytogeographia do Brasil.
- 36 — Alfredo Ellis Junior: O Bandelrismo Paulista e o Recuo do meridiano.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Povoadores do Brasil.
- 38 — Ruy Barbosa: Mocidade e Exilio.
- 39 — E. Roquette-Pinto: Rondonia.
- 40 — Pedro Calmon: Espirito da Sociedade Colonial.
- 41 — José-Maria Bello: A Intelligencia do Brasil.
- 42 — Pandiá Calogeras: Formação Historica do Brasil.
- 43 — A. Sabola Lima: Alberto Torres e sua obra.
- 44 — Estevão Pinto: Os indigenas do Nordeste.
- 45 — Basílio de Magalhães: Expansão Geographica do Brasil Colonial.
- 46 — Rennato Mendonça: A influencia africana no portuguez do Brasil.
- 47 — Manoel Bomfim: O Brasil.
- 48 — Urbino Vianna: Bandeiras e sertanistas bahianos.
- 49 — Gustavo Barroso: Historia Militar do Brasil.
- 50 — Mario Travassos: Projecção Continental do Brasil.
- 51 — Octavio de Freitas: Doenças Africanas no Brasil.
- 52 — General Couto de Magalhães: O Selvagem.
- 53 — A. J. de Sampaio: Biogeographia Dynamica.
- 54 — Antonio Gontijo de Carvalho: Calogeras.
- 55 — Hildebrando Accloly: O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America.
- 56 — Charles Expilly — Mulheres e costumes do Brasil.

- 57 — Flausino Rodrigues Valle: Elementos do Folk-lore Musical Brasileiro.
- 58 — Auguste de Saint-Hilaire — Viagem á Provincia de Sta. Catharina (1820).
- 59 — Alfredo Ellis Junior — Os primeiros troncos Paulistas e o cruzamento euro-americano.
- 60 — Emilio Rivasseau — A vida dos Indios Guaycurús.
- 61 — Conde d'Eu — Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefacio e 19 cartas do Principe de Orleans commentadas por Max Fleuiss).
- 62 — Agenor Augusto de Miranda — O Rio São Francisco (Edição illustrada).
- 63 — Raymundo Moraes — Na Planicie Amazonica (4.ª edição).
- 64 — Gilberto Freyre — Sobrados e Mucambos — Decadencia do Patriarchado Rural no Brasil (Edição Illustrada).
- 65 — João Dornas Filho — Silva Jardim.
- 66 — Primitivo Moncyr — A Instrucção e o Imperio (Subsidios para a Historia da Educaçáo no Brasil) 1.º volume — 1823-1853.
- 67 — Pandiá Calogeras — Problemas de Governo — 2.ª edição.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire — Viagem ás nascentes do rio S. Francisco e pela provincia de Goyaz — 1.º Tomo — Tradueçáo e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 69 — Prado Maia — Através da Historia Naval Brasileira.

**Através da Historia
Naval Brasileira**

016

Do mesmo autor:

HISTORIA DA MARINHA BRASILEIRA

(em preparo para a Serie BRASILIANA)

Serie 5.^a — BRASILIANA — Vol. 69
BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

Prado Maia

Através da Historia Naval Brasileira



1936

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo

A meu filho Celio,

**para que, conhecendo o passado do Brasil,
aprenda simultaneamente a amar o seu pre-
sente e a confiar no seu futuro!**

O BRASIL PRECISA OLHAR COM
OLHOS DE AMOR PARA A SUA
MARINHA: ELLA TEM SIDO SEM-
PRE, EM TODOS OS MOMENTOS
CRITICOS DA VIDA NACIONAL, A
DEDICAÇÃO QUE SE NÃO QUE-
BRANTA, O APOIO DECIDIDO QUE
NUNCA FALTOU NEM FALTARA'!

INDICE

I PARTE

PRIMORDIOS DA MARINHA BRASILEIRA

Introducção	15
Alicerces do Poder Naval Brasileiro	21
Desdobramento no Brasil das Instituições Navaes Portuguezas	24
A Fundação da Marinha Brasileira	28
Nucleos Iniciaes	31
A Marinha nas Luctas da Independencia	36
Acção da Esquadra no Sul	38
Acção da Esquadra no Norte	45
O Cruzeiro da "Nichteroy"	55
Perseguição á Esquadra Lusitana	59
Adhesão do Maranhão	63
Adhesão do Pará	67
A Confederação do Equador	72
Pacificação do Ceará e do Maranhão	80
Lord Cochrane	86

II PARTE

O ALMIRANTE TAMANDARÉ

O Nelson Brasileiro	95
Primeira Façanha	99
"Esporas" para umas "botas"	103
Um esporte amazonico	107
Um episodio da "Sabinada"	111

A Revolução Praieira	116
Salvamento da nau portugueza "Vasco da Gama"	122
Tamandaré e o Conselheiro Paranhos	124
A amizade de Tamandaré e Baroso	129
Dia do Marinheiro	134

III PARTE

ATRAVÉS DA HISTORIA NAVAL BRASILEIRA

A viagem da charrua "Luconia"	145
Defesa heroica da "Imperatriz"	151
Combate de Lara-Quilmes	156
A abordagem do "Rio da Prata"	162
O Marujo Desconhecido	166
Aprisionamento do corsario "Pampeiro"	171
O Commandante do "Caboclo"	174
A Batalha Naval do Riachuelo e sua influencia sobre o destino da Guerra com o Paraguay	179
Um episodio de Riachuelo	186
Abordagem audaciosa	191
O Capitão-Tenente Antonio Joaquim	197
Uma era nova para a Marinha Brasileira	201
A Ilha e Fortaleza de Villegagnon	207
O Navio-Escola "Almirante Saldanha"	214

I PARTE

PRIMORDIOS DA MARINHA
BRASILEIRA

INTRODUÇÃO

A curiosidade, a atracção do desconhecido, o espirito de aventura sempre foram innatos no homem. Quando os primitivos habitantes do globo se detiveram pela primeira vez deante de um rio, de um grande lago ou do oceano immenso e avistaram os trechos de terra que para além se estendiam, sentiram, naturalmente, o desejo de conhecê-los. Para conhecê-los, todavia, era mister transportar aquelles accidentes: dahi o nascimento do primeiro barco e o inicio da arte de navegar.

De construcção tósca, como não podia deixar de ser, esse primeiro barco pode ter por modelo a *ubá* dos nossos indigenas: um tronco de arvore cavado, sem quilha. Das barbatanas dos peixes veio a idéa dos remos. E eis o homem senhor de um meio de locomoção sobre o elemento liquido.

* * *

A marinha dos primitivos tempos era puramente commercial; só depois se tornou exploradora e colonizadora. Seu berço foi, pode-se dizer, o Mediterraneo, porquanto ahí habitaram os

povos mais amigos da navegação na antiguidade: egypcios, phenicios, gregos, romanos, carthaginezes.

Foi para proteger a marinha de commercio que surgiu a marinha militar; mas coincidindo seu nascimento com o periodo de desenfreada ambição, ansia de dominio e consequente expansão geographica dos povos mais fortes, constituiu-se ella desde logo em elemento vital de ataque e de defesa das nações. Seu processo unico e primitivo de combater era a abordagem; as armas de seus guerreiros não differiam das usadas nos combates terrestres: a flecha e a funda quando a distancia, a lança, o dardo e a espada quando corpo a corpo. Até porque os marinheiros combatentes eram os proprios soldados e os almirantes os proprios generaes.

Com o tempo, navios e armamentos se foram aperfeiçoando. De modo que para as longas e aventurosas expedições dos phenicios, cerca de 3.000 annos antes da era christã, os navios já são apropriados para afrontar as iras do mar largo; os pilotos orientam-se pelas estrellas, a navegação deixa de ser littoranea. A nau em que os *argonautas* fizeram a celebre expedição á Colchida (1228 A. C.) era já, para aquelles tempos, modelo surpreendente de architectura naval. Quanto ao numero de elementos das varias frotas, elle parece assombroso citado nos nossos dias. Uma esquadra

de mil e cem navios conduz os gregos colligados ao ataque de Troia. Para a segunda guerra medicea, os persas, commandados por Xerxes, organizam uma força de mil e duzentas galeras de combate e mais tres mil barcos de transporte.

E o Mediterraneo mesmo — nas peripecias da guerra de Troia immortalizada por Homero, nas guerras medicas, na guerra do Peloponeso, nas guerras punicas terminadas pela destruição de Carthago, — é a vasta arçena não só para os primeiros embates entre marinhas militares, mas, sobretudo, para o desenvolvimento e aprimoramento ininterrupto da architectura dos navios, dos seus armamentos, dos processos de combater, da tactica naval enfim.

Assim, o espigão de madeira usado primitivamente pelos navios de combate, no anno 480 A. C. é já de bronze e torna-se factor preponderante da brilhante victoria de Themistocles, com apenas 300 navios, contra os mil e duzentos da frota adversa, na batalha de Salamina. Na expedição mallograda contra a Sicilia, na guerra do Peloponeso, os siracusanos, victoriosos, empregam *brulotes* para incendiar navios athenienses. O arpéu de abordagem ou *corvo*, dos romanos, decide da victoria destes contra os carthaginezes na batalha de Milos (260 A. C.). E durante o cerco de Siracusa pelos romanos do consul Marcello (212 A. C.), Archimedes fabrica e põe em pratica aparelhos pre-

cursores dos canhões actuaes, bem como espelhos parabolicos de metal que, concentrando os raios solares, faziam arder os navios inimigos sobre que incidiam. E' melhor conhecida a polvora; e, com a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, a artilharia está plenamente acceita por todas as marinhas, ainda por aquellas que, como a franceza e a ingleza, a consideraram de inicio arma desleal e traiçoeira. Antes da artilharia, porém, usou-se largamente o *fogo-grego*, mixto incendiario importado do oriente pelo povo que lhe deu o nome, e composto de substancias oleosas ou resinosas de combustibilidade extrema.

Isto quanto ao armamento. Em relação á architectura e qualidades marinheiras dos navios, as galés vão crescendo em dimensões, as ordens de remos e os remadores se multiplicam em beneficio da velocidade, os navios de combate revestem-se de chapas protectoras de metal, a vela, usada a principio como meio auxiliar, torna-se, aos poucos, elemento unico da locomoção.

Novo periodo de navegação se consolida com a bussola, tendo por ponto de partida a batalha de Lepanto. E' o periodo da marinha a vela. E para substituir Veneza e Genova, as duas republicas do Mediterraneo que sustinham então o poderio maritimo, surgem os navegadores modernos, portuguezes, espanhoes, hollandezes, inglezes, fran-

cezes, de cujos feitos estão cheias as páginas da história contemporânea.

O século dezenove raia concomitantemente com o emprego do vapor na navegação. As caravelas de Colombo e do Gama, mesmo os galleões espanhóis do tempo das invasões holandesas em nossa terra, são já, em miniaturas ou em estampas, reliquias de museu. As fragatas veleiras, as altas e bojudas naus enfeitadas de vante a ré com duas e tres linhas de bocas de fogo vão cedendo passo ás corvetas e navios a vapor, primeiro de rodas, a seguir providos de hélices. Depois surgem os encouraçados de casamata ou do typo "monitor". Desponta o torpedo, fixo, já movel, com o corollario logico dos torpedeiros. Retorna o aríete que obtem exito no Riachuelo e em Lissa. Os canhões se aperfeiçoam com o raiamento das almas; alcances cada vez maiores são conseguidos. E apparecem, então, os typos mais recentes e quintessenciados de navios de combate: *dreadnoughts*, *super-dreadnoughts*, cruzadores de batalha, cruzadores ligeiros ou *scouts*, *destroyers* ou contra-torpedeiros. Os submarinos empolgam os technicos e parecem revolucionar os processos de combater no mar. O horror dos gases, já de largo emprego na Grande Guerra! A aviação, emfim, estupendamente desenvolvida nos dias presentes, e, com ella, com as possibilidades que só ella offerece, a perspectiva tremenda da guerra futura...

ALICERCES DO PODER NAVAL BRASILEIRO

O Brasil parece destinado desde o berço a ser uma grande potencia maritima. Sua conformação geographica, suas extensas costas, seus numerosos recantos littoraneos como que apropriados para o estabelecimento de portos, exigiam, de prompto, para exploral-o e colonizal-o, a actividade de uma marinha numerosa. Por isso, talvez, a Providencia Divina ensejou a Portugal a gloria de se apossar d'elle, porque o pequenino-grande reino attingira, no momento, a culminancia do poder maritimo.

No entanto, attrahidas pelas perspectivas seductoras do commercio com as Indias, as vistas de D. Manoel, o Venturoso e as de seu successor D. João III só se detiveram na nova terra quando os piratas francezes começaram a mostrar ao mundo, com as possibilidades industriaes do *pau brasil*, as primeiras riquezas della arrancadas. Então vieram as capitancias, as fortificações dos pontos estrategicos da costa, as *tarracenas*, as ribeiras das naus, e, com o aproveitamento das nossas

madeiras, o incremento da construcção naval indigena e a constituição, meio empirica embora, da marinha colonial.

Thomé de Souza, primeiro governador geral, veio para o Brasil numa esquadra de tres naus, duas caravellas e um bergantim, e trouxe como *capitão-mór da costa* o fracassado donatario da capitania da Parahyba do Sul, Pero de Goes da Silveira.

Esses navios, empregados desde logo em percorrer as costas fundando aqui e alli as primeiras fortificações para sua defeza, constituiram como que o germen da nossa marinha. Pero de Goes foi uma especie de primeiro detentor da pasta naval.

No Pará, na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, em Matto Grosso fundaram-se arsenaes. Fortes foram erguidos por toda parte, como sentinellas dos portos principaes. De estaleiros diversos, em todo o largo trecho littoraneo, vão caindo ao mar as naus, as fragatas, as embarcações de varios portes.

Os naturaes da terra, por outro lado, eram guerreiros natos e traziam, nas veias, o instincto marinheiro. A marinha de canôas de *Cunhambebe* inspirava verdadeiro terror aos vasos lusos que, nos primeiros tempos da colonização brasileira, viajavam entre Cabo Frio e Bertioga. Ao chegar á Bahia a expedição de Martim Affonso de Sou-

za, em 13 de março de 1531, tiveram seus tripulantes a surpresa de assistir, do meio-dia ao anoitecer, a um porfiado combate naval entre duas esquadrihas indígenas de cincoenta canôas cada uma. Lucta encarniçada de marujos incipientes, nella já se evidenciavam e confundiam, no entanto, de toda a parte, qualidades hoje características do marinheiro do Brasil: o ardor combativo, a pericia das manobras, a afoiteza tactica.

Assim, com taes elementos primitivos, se foi constituindo lentamente, quasi insensivelmente, o poder naval brasileiro.

DESDOBRAMENTO NO BRASIL DAS INSTITUIÇÕES NAVAES PORTUGUEZAS

Na manhã de 29 de novembro de 1807 partia do Tejo com destino ao Brasil uma esquadra portuguesa de oito naus, cinco fragatas, quatro brigues, duas escunas, uma charrua, diversos transportes. Commandava-a o chefe de esquadra Manoel da Cunha Souto Maior. A seu bordo, como passageiros, distribuídos pelos navios, vinham a família real portuguesa, a côrte, os membros do governo, os principaes funcionarios da corôa, — ao todo cêrca de tres mil pessoas.

Que fazia toda essa gente? Porventura uma viagem de recreio, em visita á fértil colonia da America?! Simplesmente, fugia das tropas napoleonicas que talavam, já, o solo portuguez...

Como escolta de luxo, ainda, uma divisão da esquadra ingleza bloqueadora de Lisboa.

Durante a viagem, no alto mar, fortes temporaes debandaram a esquadra. Parte della, inclusive a capitanea onde viajava a família real, aportou á Bahia na manhã de 22 de janeiro de 1808.

Um navio arribou á Parahyba, com avarias; outro a Pernambuco. Os demais vieram directamente ao Rio.

Na Bahia permaneceu a familia real um mez e dias, e entre outros actos de relevancia ahi praticados, assignou o principe regente, a 28 de janeiro, o decreto de abertura dos portos brasileiros ao commercio das nações amigas, medida de alta visão politico-economica suggerida a D. João pelo visconde de Cayrú, José da Silva Lisboa.

A 7 de março de 1808, afinal, deram fundo no Rio de Janeiro os navios que haviam ficado na Bahia. No dia seguinte desembarcou a familia real.

Descansado da viagem e das festas de recepção, tres dias depois o Principe Regente reorganizou o ministerio e a 11 assignava decreto conservando a D. João Rodrigues de Sá e Menezes, visconde e depois conde de Anadia, no cargo que já exercia na metropole de Ministro da Marinha.

A seguir foi installada a Secretaria de Estado da Marinha e successivamente creadas ou estabelecidas varias repartições, taes como: Quartel General, Intendencia e Contadoria, Archivo Militar, Hospital de Marinha, Fabrica de Polvora, Conselho Supremo Militar. O Arsenal de Marinha do Rio, fundado em 1764, foi reorganizado. A Academia dos Guardas-Marinhas, que tambem viera com

a Côrte, teve installação em dependencias do Mosteiro de S. Bento.

Salvo o Conselho Supremo, o Archivo, a Contadoria e a Fabrica de Polvora, as demais instituições eram verdadeiro desdobramento das já existentes em Portugal, pelas quaes se moldavam e a cujos regulamentos obedeciam.

O infante D. Pedro Carlos, sobrinho e depois genro de D. João, não obstante os seus inexperientes vinte e um annos de idade, foi investido nas funções de Almirante General da Marinha, correspondentes ás actuaes de Chefe do Estado Maior da Armada. E menos de um mez depois, a 10 de junho, em seguida a um manifesto ás nações amigas explicativo de sua conducta, o Principe Regente declarava guerra á França.

Uma divisão naval composta dos brigues *Voador* e *Infante D. Pedro*, da corveta ingleza *Confiance* e de oito pequenas embarcações, levando cerca de setecentos homens de infantaria, foi enviada a Cayenna, que submetteu ás armas portuguezas.

Foi este o feito de maior relevo praticado pela marinha portugueza após sua chegada á nova séde da America. Logo os navios foram ficando esquecidos no fundo da bahia do Rio de Janeiro, a apodrecer. Os officiaes se foram uns reformando, outros passando para o exercito, desanimados, descrentes.

Em 1816 uma força naval foi enviada ao Rio da Prata para apoiar a divisão dos “voluntarios reaes” do general Lecor, na sua acção contra Artigas, e em 1817 uma outra, chefiada pelo almirante Rodrigo Lobo, esteve no Recife onde combateu os patriotas que ali se rebellaram contra o dominio luso.

E eis quanto, neste longo periodo de estagnação e desmantelo, fez a marinha portugueza em nossas plagas.

A FUNDAÇÃO DA MARINHA BRASILEIRA

Os historiadores navaes quasi todos fazem coincidir a fundação da marinha brasileira com a transferencia, para o Brasil, da familia real portugueza.

Realmente, como já ficou dito, chegando ao Rio de Janeiro a 7 de março de 1808, quatro dias depois assignava o Principe Regente o decreto de confirmação do conde de Anadia no cargo, que já exercia na metropole, de Ministro da Marinha, e, installada a respectiva Secretaria de Estado, eram logo a seguir creadas varias outras repartições navaes. Esses actos, porém, não me parecem bastantes para justificar o nascimento, então, do nosso poder naval. Mudando para a nossa terra a séde do seu governo, era natural que Portugal para cá transferisse a maioria das suas instituições, assim como o grosso das suas forças de terra e mar. Essa transferencia, no entanto, em relação ao caso particular de sua marinha, não poderia nunca significar a mutação desta em marinha do Brasil. Seus chefes, como seus officiaes e

marinheiros continuaram a ser portuguezes, obedecendo a uma dynastia portugueza e, ademais, repellindo o concurso dos nacionaes a quem tratavam como desaffectedos. E isso a começar pelo proprio conde de Anadia, inimigo rancoroso da terra e do povo que o hospedavam. Basta dizer que os filhos do Brasil não eram acceitos na marinagem da esquadra e só lá um ou outro, bem apadrinhado, lograva admissão na Academia de Marinha. Não era brasileira a força naval que conquistou Cayenna em 1808, como não era brasileira a esquadra que, em 1817, apoiou as atrocidades do almirante Rodrigo Lobo contra os patriotas do Recife. E ainda em julho de 1822, quando D. Pedro enviou á Bahia a expedição Rodrigo de Lamare, a marinha brasileira não tinha existencia. Tanto que o fracasso dessa expedição não se deveu somente á superioridade numerica da força naval portugueza que ali amparava a prepotencia do general Madeira, senão tambem, e em parte maior, á rebeldia dos marinheiros e soldados reinóes, rebeldia que ainda se faria sentir durante o combate de 4 de maio de 1823 na propria capitanea de Cochrane, bem como na Provincia Cisplatina onde varios navios, depois de ter a officialidade jurado obediencia a D. Pedro, se bandearam para os portuguezes.

Por tudo, é nossa opinião que a marinha brasileira nasceu com a independencia. A necessida-

de vital da consolidação de uma foi a determinante imperiosa da organização da outra.

Façamos um bosquejo rapido para bem situar esse facto historico. O primeiro acto de rebeldia ostensiva de D. Pedro a determinações das côrtes portuguezas foi o consubstanciado no celebre *Fico* de 9 de janeiro de 1822. Como consequencia d'elle, organizou-se o ministerio de que fez parte, como figura central, José Bonifacio de Andrada e Silva. Todos os actos posteriores, tendentes a uma cada vez maior separação de Portugal, trazem expressa ou implicitamente o *dedo* do grande estadista em cujas mãos habeis se passam a tecer, paulatinamente, as tramas politicas do nosso destino de nação.

A 7 de setembro dá-se a independencia. A 14 chega D. Pedro ao Rio, de regresso de São Paulo, e a 12 de outubro é aclamado Imperador constitucional do Brasil.

Até essa epoca, e desde o embarque de D. João VI para Portugal, a pasta da Marinha esteve occupada pelo chefe de esquadra Manoel Antonio Farinha, depois conde de Souzel, portuguez de origem. Reorganizado o ministerio a 22 de outubro, para ella foi nomeado o capitão de mar e guerra Luiz da Cunha Moreira, posteriormente visconde de Cabo Frio.

A este illustre official, natural da Bahia, é que cabem as honras de organizar, como seu primeiro ministro, a marinha de facto brasileira.

NUCLEOS INICIAES

Os nucleos iniciaes de material, pessoal e organização de nossa marinha foram incontestavelmente portuguezes, remanescentes da marinha real. Estudemol-os um por um, separadamente, embora a traços largos como o exige a natureza deste trabalho.

Por ocasião do grito do Ypiranga achavam-se no Rio de Janeiro os seguintes navios da esquadra lusa:

- Naus — *Martim de Freitas*
Principe Real
Medusa
D. João de Castro
Affonso de Albuquerque
Vasco da Gama
- Fragatas — *União*
Real Carolina
Successo
- Corvetas — *Maria da Gloria*
Gaiivota
- Brigues — *Reino Unido*
Real Pedro
Leopoldina

Das naus a unica em bom estado era a *Martim de Freitas*. A *Principe Real* estava desarmada. As demais, absolutamente inaproveitaveis. O estado geral dos outros navios não era satisfactorio. Quasi todos careciam de serios reparos. Por determinação do ministro da Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, foi aberta uma subscrição popular para o concerto delles e aquisição de alguns novos, e eis como, em principios de 1823, estava constituida a nossa primeira esquadra:

- Nau — *Pedro I* (ex-*Martim de Freitas*)
 Fragatas — *Ypiranga* (ex-*União*)
 Paraguassú (ex-*Real Carolina*)
 Nictheroy (ex-*Successo*)
 Corvetas — *Maria da Gloria*
 Liberal (ex-*Gaiivota*)
 Brigues — *Cacique* (ex-*Reino Unido*)
 Real Pedro
 Rio da Prata (ex-*Leopoldina*)
 Guarany
 Caboclo
 Atalanta

Na Provincia Cisplatina achavam-se a fragata *Thetis* e seis pequenas escunas de reduzido valor militar.

Na Bahia tinhamos a flotilha improvisada e heroica de João das Bottas, composta de 18 pe-

quenas embarcações e tripulada por cerca de setecentos homens.

Salvo a defecção de tres pequenos navios, na Cisplatina, foram esses os elementos com que pudemos contar, de inicio, para a campanha de consolidação da nossa independencia.

* * *

Quanto a pessoal, a grande maioria da officialidade luzitana adheriu á causa do Brasil: 4 almirantes, 6 capitães de mar e guerra, 21 capitães de fragata, 18 capitães-tenentes, 15 primeiros-tenentes, 28 segundos-tenentes, 18 guardas-marinhas, varios cirurgiões. Além desses, 19 aspirantes, a marinagem em geral, aliás não consultada, quasi todo o pessoal civil das differentes repartições navaes.

No entanto, essa gente quasi toda era portugueza de nascimento e, numa expectativa de lucta armada contra Portugal, naturalmente que não podia inspirar confiança ao governo. Os officiaes e marinheiros brasileiros constituiam numero reduzidissimo. Dahi o appellar-se para o concurso de officiaes e marinheiros estrangeiros, especialmente inglezes.

Contractaram-se: o almirante inglez Lord Thomaz Alexandre Cochrane como Primeiro Almirante; como Capitão de Mar e Guerra o norte-americano David Jewett; no posto de Capitão de

Fragata, João Taylor, antigo official da marinha ingleza, Thomaz Sackville Crosbie, James Thomson e James Norton; como Capitão-Tenente, Benjamin Kelmare; Primeiros-Tenentes; John Pascoe Greenfell, Jayme Sheperd, Estevão Carlos Cleuly, Jorge Manson, Guilherme Eyre, João Rogers Gleddon, Francisco Cleare, Vicente Jorge Chrofton, James Nicoll, Samuel Chester, Raphael Wright, Samuel Gillet, Jorge Clarence; Segundos-Tenentes; Adriano Hendrick Mynson, Carlos Watson, Guilherme James Inglis, Duncan Maccrieghts, Ambrosio Challes, Jorge Cowan, Carlos Mosselen, José Litscostan, Carlos Xell e Jorge Broom.

Esses officiaes foram contractados uns aqui, directamente, outros na Inglaterra, por intermedio do nosso representante Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marquez de Barbacena, e alguns, ainda, procedentes do Chile, de onde vieram em companhia de Lord Cochrane.

Contractados na Inglaterra, vieram-nos igualmente 500 marujos. Recorreu-se ao voluntariado indigena. Aceitaram-se até como marinheiros e grumetes escravos offerecidos por seus senhores, abonando-se a estes as competentes gratificações.

Deste modo evitou-se a predominancia absoluta do elemento portuguez nas guarnições dos navios.

O organismo administrativo da jovem marinha foi o mesmo aqui implantado por ocasião da vinda da família real portuguesa, e que constituía, como o dissemos já, verdadeiro desdobramento do existente na metropole: o Ministro como autoridade suprema; uma Secretaria de Estado para auxiliar o Ministro no serviço do expediente; o Quartel General de Marinha sem função definida, pois a esquadra era directamente subordinada ao Ministro; o Conselho Supremo Militar, especie de Almirantado dos nossos dias; a Intendencia e Contadoria; o Archivo Militar; a Academia, o Arsenal, a Auditoria, o Hospital de Marinha; a Fabrica de Polvora...

Organização emperrada e anachronica, tendo merecido de Cochrane acerbas criticas, subsistiu, não obstante, largos annos ainda.

A MARINHA NAS LUCTAS DA INDEPENDENCIA

Paiz vasto e essencialmente maritimo, com uma disposição topographica que lhe não permite com facilidade o estabelecimento de linhas ferreas para ligar as varias partes do seu territorio, o Brasil não pode viver sem uma marinha forte tendo por objectivo estabelecer aquella ligação e, além disso, proteger o seu commercio, manter-lhe a unidade do territorio, garantir-lhe o prestigio internacional. Isso comprehenderam de relance, num olhar clarívidente, os estadistas brasileiros da independencia. Gonçalves Ledo e Luiz Pereira da Nobrega enviaram a D. Pedro, a 24 de setembro de 1822, uma representação suggerindo abertura de subscrição popular, mensal, afim de com o producto della se adquirirem elementos para reforçar a esquadra, pois que a acção decisiva contra a metropole tinha de se ferir no mar. O governo, como já vimos, perfilhou a idéa e pol-a em execução por decreto de 24 de janeiro de 1823. A Martim Francisco, um dos Andradas, então ministro da Fazenda, competia essa execução. Elle a

executou, com o auxilio indispensavel e solícito do povo.

Assim, podemos dizer que do esforço commum, da collaboração e até do sacrificio de todos os brasileiros, surgiu a marinha do Brasil. Concertaram-se navios velhos, adquiriram-se navios novos, e, em poucos mezes, tinhamos organizado uma força naval respeitavel, capaz de enfrentar a da metropole, velha de seculos. E' que todos apprehenderam bem a situação e sentiram que, de facto, com a Cisplatina scindida e o norte — á excepção de Pernambuco e Parahyba — submettido a Portugal, só á marinha caberia, como em verdade coube, a tarefa grandiosa de expulsar os reaccionarios e apertar num bloco indissolúvel a nacionalidade que se levantava.

ACÇÃO DA ESQUADRA NO SUL

Desde 31 de julho de 1821 estava a Banda Oriental annexada ao Brasil com a denominação de Provincia Cisplatina. Depois de cinco annos de luctas e de soffrimentos sob o despotismo de José Gervasio Artigas, essa foi a solução, entre outras alvitradas, que melhor se afigurou aos orientaes, tanto que a adoptáram unanimemente.

Não obstante, quando alli chegou o decreto de D. Pedro convocando a primeira Constituinte brasileira, a Junta de Montevidéo o recusou por maioria de votos. Scindiram-se, então, as tropas. As portuguezas, commandadas pelo general D. Alvaro da Costa de Souza Macedo, apoiavam as côrtes de Lisboa; as brasileiras, chefiadas pelo barão da Laguna, ficaram com D. Pedro. As primeiras occuparâm Montevidéo; as ultimas foram acampar em Canelones, pondo em sitio a capital da Provincia.

No porto de Montevidéo e no da Colonia do Sacramento, sob o commando do vice-almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, tinhamos então a seguinte força naval: fragata *Thetis*; escunas *Orien-*

tal, Maria Thereza, Luiz de Camões, D. Alvaro de Castro, Maria Izabel e Izabel Maria; barcas: Infante D. Sebastião, e Numero Dois.

Veio a declaração da independência. O almirante Lobo e, com elle, toda a officialidade naval, protestam obediência e fidelidade a D. Pedro. Fructuoso Rivera, Lavalleja e algumas outras personalidades de relevo na Cisplatina fazem outro tanto. Deante disso, desamparado, D. Alvaro de Macedo entra em entendimentos com os dirigentes de Buenos Aires para lhes entregar a província, ao mesmo tempo que declarava, a Lecor, estar prompto a embarcar-se com suas tropas para Portugal.

No Rio, porém, chegara a noticia desses acontecimentos. A 14 de novembro, sob as ordens do capitão de mar e guerra David Jewett, parte para o sul a primeira força naval que ostentou no oceano a bandeira do novo imperio: fragata *União* (capitanea) e corvetas: *Liberal* e *Maria da Gloria*. Pouco depois seguiam também os transportes *Bella Bonita, Sete de Março, Conde dos Arcos, General Lecor* e *Liguri*.

Essa divisão fundeou em Montevideo no dia 29 de novembro. E parece que não houve bom entendimento entre o general Lecor, o almirante Lobo e o chefe Jewett, porque este, tendo deixado os transportes em Maldonado, regressou de prom-

pto ao Rio de Janeiro, onde chegou a 23 de janeiro de 1823.

Factos novos occorrem. A 20 de janeiro inicia-se o bloqueio a Montevideo, e, logo a 30 desse mesmo mez, a escuna *Maria Thereza* se subleva e passa-se para a facção lusa, seguida pelos transportes *Conde dos Arcos*, *General Lecor* e *Liguri D. Alvaro de Macedo* consegue, assim, uma força naval para contrapor á nossa.

O Governo Imperial exonera o almirante Lobo do commando da força naval e nomeia para substituil-o o capitão de mar e guerra Pedro Antonio Nunes. Este official parte do Rio a 19 de fevereiro e leva mais dois navios para reforçar o bloqueio: o brigue *Real Pedro* e a escuna *Cossaca*.

As opiniões dos orientaes vacillam. A 1.º de abril o Syndico de Montevideo lança uma consulta ao povo e este, quasi unanimemente, se manifesta pelo desejo de continuar incorporado ao Brasil; mas já a 20 de outubro, no entanto, o Cabildo da mesma cidade, trabalhado pela influencia argentina, declara nulla a incorporação da Cisplatina ao novo imperio sul-americano.

A luta vae-se intensificando. A 17 de março e a 18 de maio travam-se em terra os encontros de *Puntas de Toledo* e *Las Piedras*, favoraveis ás tropas de Lecor.

A corveta *Liberal*, os brigues *Cacique* e *Guarany*, as escunas *Leopoldina* e *Seis de Fevereiro*, chegados do Rio, reforçam, apertam ainda mais o bloqueio a Montevideo. Ao chefe portuguez occorre então a idéa de um combate naval. Na situação desesperadora em que se encontravam suas forças, cercadas por terra e por mar, representava isso a tentativa ultima, o golpe derradeiro a experimentar. E a 21 de outubro as duas forças se defrontam, assim constituidas:

Brasileiros:

Corveta *Liberal* — 24 canhões (capitanea)

Brigues *Cacique* — 18 canhões

Guarany — 16 canhões

Real Pedro — 14 canhões

Escunas *Leopoldina* — 12 canhões

Seis de Fevereiro — 1 rodizio.

Portuguezes:

Corvetas *Conde dos Arcos* — 26 canhões

Restauradora (ex-*General Lecor*) —
14 canhões

Brigue *Liguri* — 16 canhões

Escuna *Maria Thereza* — 14 canhões.

Garcez Palha é o nosso classico no relato de todos os encontros navaes em que a marinha brasileira tenha tomado parte. Demos-lhe, pois, a palavra:

“Ao romper da aurora Pedro Nunes com a corveta *Liberal*, brigues *Cacique*, *Real Pedro* e *Guarany*, e escunas *Seis de Fevereiro* e *Leopoldina* avistou os quatro navios portuguezes que saiam do porto, e largando as amarras sobre boia velejou em direcção ao largo, com intuito — segundo affirma — de ganhar barlavento e afastar-se do porto onde podia ser hostilizado pelo fogo de terra. Seguindo até sufficiente distancia virou por d'avante e em bordos contrarios engajou a acção.

Ao primeiro tiro da *Liberal* respondeu nutrido fogo dos vasos lusitanos e em poucos minutos o fumo da polvora, não consentindo que se visse senão o adversario mais proximo, destruiu toda a formatura.

O brigue *Real Pedro* escolheu para adversario o *Conde dos Arcos*, mas foi atacado pouco depois por mais dois — o *General Lecor* por barlavento e o brigue *Liguri* pela alheta de pôpa a sotavento, e sustentou só o combate com os tres.

Desarvorou a *Liberal* do mastro da gata cortado por uma bala, os cabelso empacharam a manobra, e foi forçoso abandonar a luta; a *Seis de Fevereiro* ficou com o paiol de polvora inundado e calou seus canhões; mas restavam quatro vasos, e posto os mais pequenos, continuaram o combate até ás 4 horas da tarde.

Petra de Bittencourt e o piloto Manoel Antonio no *Real Pedro*; Leão Machado e os voluntarios

Roberto Sutel e José Ricardo Torquato no *Guarani*; Francisco Lobão na *Leopoldina*, escreveram mais uma pagina de gloria e mais alto elevaram a bandeira da patria já coberta de louros pelos serviços no Norte.

A's 4 da tarde, virou o inimigo no bordo de terra com força de vela, e ao pôr do sol entrou no porto, levando ás forças portuguezas a noticia da derrota soffrida."

* * *

Fracassado este ultimo golpe, cercado por terra e por mar, desesperançado dos auxilios pedidos ás Côrtes de Lisboa e ao general Madeira na Bahia, D. Alvaro de Macedo não tinha outro recurso senão capitular. Capitulou. A 18 de novembro foi assignada pelos emissarios de uma e outra facção a acta respectiva, ratificada pelos generaes em chefe no dia seguinte.

Demoras e difficuldades no apresto de transportes, affirmam historiadores que tambem intenções veladas de D. Alvaro que alimentava ainda a esperança de uma intervenção argentina, retardaram a partida dos reaccionarios.

A corveta *Maria da Gloria* veio reforçar a divisão Pedro Nunes.

Afinal, a 8 de março de 1824 embarcam para a Europa as tropas portuguezas. Seguem em nove

navios mercantes, escoltados pelos brigues *Cacique* e *Guarany* e escunas, *Leopoldina* e *Rio da Prata*.

Voltou a paz á Provincia Cisplatina. A Marinha encurralara no porto os reaccionarios, impedindo-os de receber recursos de fora; derrotara-os na ultima tentativa de salvacão; forçara-os a capitular; acompanhava-os, agora, mar alto, com o panno branco de suas velas e o olho vigilante de seus canhões.

ACÇÃO DA ESQUADRA NO NORTE

No dia 3 de abril de 1823, sob o commando do 1.º Almirante Lord Cochrane, partiu do Rio de Janeiro para o Norte a esquadra nacional composta da nau *Pedro I* (capitanea), fragata *Ypiranga*, corvetas *Liberal* e *Maria da Gloria*, brigue *Guarany* e brigue-escuna *Real Pedro*. Levava por missão bloquear o porto da Bahia, “destruindo ou tomando todas as forças portuguezas que encontrar, fazendo todos os damnos possiveis aos inimigos deste Imperio” — conforme rezavam as instrucções assignadas pelo ministro Cunha Moreira.

A 29 do mesmo mez a esquadra estava em aguas bahianas, a ella então se juntando mais um navio, a fragata *Nictheroy*.

A força naval portugueza na Bahia, ao mando do chefe de divisão João Felix Pereira de Campos, era composta de uma nau, tres fragatas, cinco corvetas, quatro brigues, duas escunas, cinco lugres, uma sumaca, diversas barcas-canhoneiras e muitas lanchas armadas. Uma esquadra, como se vê, algumas vezes mais poderosa que a nacional.

No entanto, do lado dos brasileiros militava um factor importantissimo: o valor pessoal do commandante em chefe. Cochrane era um nome aureolado. Discipulo de Jervis e de Nelson, marinheiro afeito ás lutas, corajoso, competente, decidido, tinha um lugar distincto nos fastos da marinha britannica, cobrira-se ainda recentemente de glorias no Chile, e valia, elle só, por toda a esquadra adversa.

Ao ter noticia da approximação da nossa esquadra, o almirante portuguez saiu-lhe ao encontro com os seguintes navios: nau *D. João VI* (capitanea), fragatas *Perola* e *Constituição*, corvetas *Dez de Fevereiro*, *Restauração* e *Regeneração*, charruas *Activa*, *Princeza Real* e *Calypso*, lugre *S. Gualter*, brigue *Audaz*, escuna *Príncipe do Brasil* e sumaca *Conceição Oliveira*.

Ao amanhecer de 4 de maio as duas esquadras se avistam e logo a capitanea brasileira desfalda no mastro do traquete o signal de — *preparar para combate*.

Um fremito perpassa por toda a tripulação nacional.

Cerca de meio-dia, conservando-se as esquadras na distancia approximada de tres milhas, Cochrane ordena novo signal — *Atacar o centro e a retaguarda*. Elle applicava assim um dos postulados de Nelson. Não podendo, pela inferioridade dos elementos que commandava, atacar de uma

vez toda a esquadra inimiga, concentrava suas forças sobre uma parte desta, atacando-a de impeto, vigorosamente, antes da chegada de qualquer socorro.

A esquadra portugueza, no entanto, evitava ou protelava a luta, e só por volta de 4 horas da tarde foi possível engajar realmente o combate.

A capitanea brasileira concentra seus fogos sobre a charrua *Prinzeza Real* que, desarvorada, arria a bandeira prompta a render-se. O fogo é intenso de parte a parte. Neste momento, porém, uma tentativa de sublevação, logo abafada, verifica-se na *Pedro I*. Tres marinheiros lusitanos aprisionam os encarregados do transporte de cartuchos e fecham os paioes de munição, declarando: “daqui não mais sairá polvora para atirar a portuguezes!”.

Factos identicos se verificam no brigue *Real Pedro*, na *Liberdade* e no *Guarany*, onde o numero de reinos era grande.

Só a *Nictheroy*, a *Ypiranga* e a *Maria da Gloria* continuam em campo a bater-se com denodo.

A's 7 horas da noite a capitanea portugueza iça o signal de — *União*. Um temporal baixara, violento. A noite se tornara de breu. O combate não poderia, mesmo, continuar. A esquadra portugueza faz força de velas e recolhe-se ao porto da Bahia; a brasileira ruma para o porto do mor-

ro de São Paulo, onde estabelece sua base de operações.

As perdas do pessoal e as avarias do material, de parte a parte, foram relativamente pequenas. O combate ficara indeciso, mas só aparentemente. Porque, de facto, os brasileiros fomos os vencedores, uma vez que ficámos com o dominio do mar: a esquadra portugueza recolheu-se ao porto, e ahi ficou como prisioneira.

Cochrane, como ficou dito, estabeleceu sua base de operações no porto do morro de S. Paulo. Ahi tratou de reparar as avarias soffridas pelos navios, reorganizou-lhes as guarnições e, com a *Pedro I*, mais a *Maria da Gloria*, continuou o bloqueio ao porto da Bahia.

Vieram do Rio mais a fragata *Paraguassu'*, o brigue-escuna *Rio da Prata*, a charrua *Luconia*. O brigue *Colonel Allen*, que trouxera Cochrane do Chile, foi tambem incorporado á esquadra com o nome de *Bahia*.

* * *

Aqui cabe espaço para relatar succintamente o papel relevante desempenhado pelos patriotas bahianos do Reconcavo e da Ilha de Itaparica, na reacção contra o general Madeira e consequente expulsão das tropas portuguezas da Bahia.

A 25 de junho de 1822 a população de Cachoeira acclama a D. Pedro, em festa, Regente Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Uma es-

cuna portugueza que estava no porto, bombardeia a villa no dia seguinte, como represalia. Os patriotas se reúnem e revidam ao ataque. Por dois dias se prolonga a luta, cada vez mais encarniçada. Afinal, a 28, a escuna é tomada por abordagem.

A ilha de Itaparica torna-se um foco de reacção, e, por isso, é vivamente atacada. Reagem os habitantes della. E, para que a reacção se torne mais efficaz, organizam uma esquadilha naval. João Francisco de Oliveira Bottas, segundo-tenente da Armada, Patrão-Mór do Arsenal de Marinha da Bahia, toma o commando dessa esquadilha, e, com ella, pratica prodigios de valor e rasgos de pericia marinheira. A 28 de agosto, 23 de outubro, 8 e 23 de dezembro de 1822, a flotilha patriótica bate-se gallhardamente contra as forças lusas, levando-as, sempre, de vencida.

São já diversos barcos que a constituem, e mais uma canhoneira, uma escuna, nove baleeiras, cerca de 700 homens de guarnição.

Uma fabrica de polvora, existente no Cabrito, é transformada em arsenal. Nella se fundem peças de artilharia, constroem-se projectis e petrechos outros de guerra.

A 7 de janeiro de 1823 novo ataque é levado a Itaparica. Quarenta e um lanchões portuguezes bem tripulados, repletos de tropa, dispostos para a arrancada em duas linhas. O proprio almirante

João Felix Pereira de Campos, num escaler, vem assistir ao combate que dura quasi o dia todo. Os atacantes são repellidos deixando duzentos mortos. João das Bottas, com sua flotilha, cobre-se ainda uma vez de glorias e o governo lhe colloca aos punhos, como premio, os galões de primeiro-tenente.

A 30 de abril novo combate em que duas canhoneiras lusas são postas a pique. E a 22 de maio tres canhoneiras nossas — *25 de Junho* (João das Bottas), *D. Januaria* e *S. Francisco*, sustentam encarniçado combate contra sete embarcações inimigas, uma das quaes cae em nosso poder, aprisionada. O almirante Cochrane, enthusiasmado pelos feitos de João das Bottas e reconhecido tambem ao auxilio que este lhe vinha prestando, promoveu-o a capitão-tenente.

* * *

Voltemos á esquadra propriamente dita. Emquanto com a *Pedro I*, a *Maria da Gloria* e posteriormente a *Paraguassu'* continuava o bloqueio ao porto da Bahia, o almirante Cochrane preparava, igualmente, no porto do morro de S. Paulo, um ataque de brulotes aos navios de Felix de Campos. Quando esta noticia estourou na Bahia, os reaccionarios se alarmaram. A 11 de abril de 1709, em Aix, como encarregado dos brulotes da esquadra ingleza, Cochrane registrara um dos grandes

feitos da sua carreira, num ataque memorável á esquadra franceza ali bloqueada. Era um mestre, portanto, no assumpto, e os portuguezes sabiam disso. O almirante Felix de Campos, deante da situação embaraçosa, teve um pensamento audaz. Iria destruir os brulotes na propria base de operações da esquadra nacional. Tomou as providencias necessarias. Destacou a melhor gente para os melhores navios. Fez embarcar na esquadra uma divisão do exercito.

O ataque fôra marcado para o dia 8 de junho. Cochrane, avisado, ficou á espera. Toda a esquadra nacional de promptidão, rigorosamente prompta para combate. Todavia, os portuguezes não vieram. Veio, ao invés, uma noticia: o general Madeira, desprezando aquelle plano de Felix de Campos, deliberara abandonar o porto da Bahia antes que se completasse o preparo dos brulotes...

Então foi Cochrane que resolveu levar um ataque á esquadra lusa e tomar-lhe, mesmo, por abordagem, um dos navios. Saiu a 12, ao anoitecer, com a *Pedro I*, a *Maria da Gloria* e a *Paraguassu'*, antiga *Carolina*. A esquadra portugueza estava fundeada em frente á barra, em duas linhas, sob a protecção dos fortes. Nessa noite, em terra, havia um baile e Cochrane estava informado de que ao mesmo devia comparecer a officiali-

dade da fragata *Constituição*, o mais novo e melhor navio da esquadra lusitana.

O valente marujo bretão traçou um plano simples, que communicou a seus subordinados. Os tres navios brasileiros, aproveitando a escuridão da noite, navegariam por entre as duas filas de navios lusos, tendo cada peça carregada com dois tiros e todo o pessoal munido de sabres e machadinhas. A um só tempo, no momento propicio, abriam fogo e navegariam para fora rapidamente. Estabelecida a confusão, os navios portuguezes, sem duvida, se atacariam uns aos outros. Emquanto isso, os brasileiros concentrariam fogos sobre a *Constituição*, tomando-a em seguida por abordagem.

“Até bem perto do inimigo — diz Garcez Palla — tudo promettia o mais feliz exito. A escuridão da noite e a pouca vigilancia consentiram que, sem serem presentidos, navegassem os navios de Cochrane até o alcance de tiro de pistola da nau *D. João VI*; nessa altura, porém, o vento escasseou até acalmar de todo, e impellidos pela correnteza do refluxo, foram obrigados a abandonar a empreza.”

O desanimo, quiçá o medo, mais invadiu então as fileiras reaccionarias. Dispondo de elementos bastantes para em acção decisiva disputar o dominio do mar, o chefe portuguez limitou-se á defensiva, permittindo deste modo á historia re-

gistrar o facto edificante de uma esquadra numerosa deixar-se bloquear por outra muitas vezes menor. E' que nada vale uma força quando nullo, ou vacillante, é o espirito do chefe que a anima. Alem do factor material, nas guerras, ha tambem o moral, que é sem duvida o mais importante.

A 20 de junho, desesperançado de receber soccorros de Portugal, sitiado pelo exercito libertador e pela esquadra, o general Madeira reúne um conselho de officiaes do exercito e da armada, e consulta-os:

1.º) — Se nos apuros em que se achava havia algumas operações de mar e terra que pudessem ser empreendidas e das quaes resultasse a restituição da provincia ao estado em que se achava, antes de revolucionar-se ou, ao menos, se pudessem por meio dellas obter mantimentos e meios para conservar a cidade, sem compromettimento dos interesses nacionaes;

2.º) — O que fazer no caso de não se poderem realizar taes operações, se chegasse a ultima extremidade;

3.º) — Se a impossibilidade de operar vantajosamente e o estado de apuro em que se achava a guarnição eram motivos para evacuar a cidade;

4.º) — Se no caso de ter que evacual-a, devia a esquadra não sair, para assim mais efficazmente auxiliar o preparativo dos transportes e proteger a tropa na defesa interior da capital,

Trinta dos presentes opinaram pela retirada e só quatro persistiram na idéa de continuar a resistencia.

O cerco libertador, por terra e por mar, foi-se apertando, apertando. Finalmente, a 2 de julho de 1823, não podendo as tropas portuguezas conservar mais tempo as posições occupadas, embarcaram-se na esquadra e, ás 11 horas, deixavam o porto da Bahia. Antes, o general Madeira fizera transportar para bordo dos navios quanto fosse possível carregar, inclusive as machinas e ferramentas do arsenal de marinha. O que não pôde ser carregado depredou-se. Embarcações mercantes, lanchas, batelões, foram postos a pique. Como a pata do cavallo de Attila que esterilizava o solo em que batia, o general portuguez só queria deixar, após si, a devastação...

A esquadra brasileira, na saída da barra, começou a caça aos fugitivos, para continuar, depois, a sua missão libertadora em outras provincias do Norte. Deixemol-a, por emquanto, para acompanhar a epopéa de um unico de seus navios.

O CRUZEIRO DA “NICTHEROY”

João Taylor, antigo official da marinha ingleza contractado para o nosso serviço no posto de capitão de fragata, commandava a *Nictheroy*. Marinheiro perfeito, competente e decidido, mereceu de Cochrane a incumbencia de perseguir até ás costas da Europa a fugitiva mas ainda assim poderosa esquadra portugueza composta de 86 navios, de guerra e onerarios. E elle, na sua elegante e veleira fragata, assistido por uma guarnição de bravos, transformou essa incumbencia na epopéa mais bella, na pagina mais transbordante de arrojo epico, de galhardia e de impavidez escripta pela nossa marinha a vela.

Nos primeiros dias a perseguição foi feita pela esquadra brasileira assim constituida: *Pedro I* (capitanea), *Nictheroy*, *Maria da Gloria*, *Real Pedro*, *Paraguassú*, *Bahia* e *Carlota*. Depois, Cochrane com a *Pedro I* seguiu a pacificar as outras provincias do Norte, os demais navios regressaram e a *Nictheroy*, sozinha, continuou a arrojada tarefa. De quando em vez, como a desafiar a colera dos fugitivos, forçava a marcha, velas pan-

das ao vento, e passeava arrogantemente lado a lado do vasós lusos. Depois, virando de bordo, em contra-marcha, descarregava uma banda de seus canhões sobre o navio mais proximo, e retomava sua posição na retaguarda, vigiando-lhes os movimentos. Se algum navio inimigo, por isto ou por aquillo, se distanciava dos mais, rapida caia sobre elle, como o falcão sobre a andorinha, e apresava-o. Assim, logo no dia 7 de julho eram aprisionadas as escunas *Santa Rita* e *S. José do Triumpho*; a 7 de agosto o transporte *Grão Pará*; a 26 do mesmo mez o hiáte *Alegre* e logo a seguir o brigue *União* e os hiates *Correio de S. Miguel*, *Esperança*, *Vigilante* e *Bomsuccesso*.

Passando pela altura do Ceará, a 12 de julho, enviou Taylor uma proclamação patriótica ao governo local, prevenindo-o do abandono da Bahia pelas tropas portuguezas; e mais tarde, a 19 de agosto, hasteando o pavilhão inglez — ardil então perfeitamente admissivel e até commum — aportou á ilha das Flores, onde fez aguada. Continuando sua rota, agora com destino a Lisboa, aprisiona mais as galeras *Prazeres e Alegria* e *Nova Amazona*, bem como os hiates *S. José* e *Paquete de Setubal*.

Os prisioneiros e não raro os proprios navios apresados, eram, regra geral, magnanimamente enviados a Portugal, depois de assignarem aquel-

les um termo de submissão e de serem estes desprovidos do armamento e da munição.

E assim, de audacia em audacia, levou Taylor aos mares europeus e á propria embocadura do Tejo as côres da bandeira já gloriosa do novo imperio sul-americano.

A 12 de setembro, inicia a *Nictheroy* a viagem de retorno ao Brasil. Ainda nesta travessia, porém, novos elementos retardatarios do inimigo caem em nosso poder: o brigue *S. Manoel Augusto*, a escuna *Emilia*, os hiates *Santo Antonio*, *Triumpho* e *Harmonia*.

Mas não foi apenas contra os navios portuguezes que os bravos da *Nictheroy* tiveram de pôr á prova, a cada momento, a sua coragem e a sua bravura. Tambem contra os elementos desencadeados da natureza, muito mais temerosos, por vezes, para o homem do mar. Ao deixar a ilha de S. Nicolau, onde aportara para se abastecer de agua, foi a *Nictheroy* acommettida por um temporal tão forte que, na imminecia de naufragio, necessitou-se picar-lhe o mastro da mezena e lançar ao mar parte dos canhões gloriosos com que acoosou ininterruptamente, durante cerca de tres mezes, os desmoralizados navios da esquadra lusa.

A 9 de novembro de 1823, quando a *Nictheroy* aportou á Bahia, de regresso do seu galhardo cruzeiro, o Brasil inteiro estava independente. A Cisplatina, no sul; a Bahia, o Maranhão, o Pará,

no norte, estavam, graças á acção efficaz da Marinha, integrados na communhão nacional. Taylor com os seus heroicos commandados, entre os quaes como simples voluntario, figurava o mais tarde legendario Marquez de Tamandaré, — abatera de uma vez para sempre os pruridos dominadrcres dos reinos...

PERSEGUIÇÃO À ESQUADRA LUSITANA

Avançámos um pouco, no relato destes acontecimentos, para acompanhar a *Nictheroy* ne seu galhardo cruzeiro. Voltemos, agora, ao ponto de partida.

Ao deixar a esquadra portugueza o porto da Bahia, a 2 de julho de 1823, encontravam-se fora da barra, cruzando, a nau *Pedro I*, capitanea de Cochrane, a corveta *Maria da Gloria* e o brigue *Real Pedro*. Avisados no morro de S. Paulo, a estes elementos se reuniram immediatamente as fragatas *Nictheroy* e *Paraguassu'*, o brigue *Bahia* e a escuna *Carlota*.

Cochrane havia expedido aos commandantes brasileiros as instrucções seguintes:

“Não convindo enfraquecer a esquadra e sendo impossivel dar officiaes e guarnição aos navios que possam cair em nossas mãos, devem VV. SS. adoptar o seguinte plano para segural-os: mandar a gente que fôr nas lanchas abordar os navios inimigos que leve sufficiente numero de pés de cabra para romper-lhes as pipas d'agua, deixando-lhes desta sómente a que baste para, a meia

ração, tornarem á Bahia, a cujo porto lhes ordenará immediatamente regressarem. Sendo os papéis dos mesmos navios essenciaes para justificar este ou outro qualquer acto hostile, terá o official abordante o especial cuidado de apoderar-se delles.”

Inicia-se a caça, no mar. Ao mesmo tempo o exercito sitiante, commandado pelo coronel Lima e Silva, fazia a sua entrada triumphal na antiga metropole do Brasil e a esquadilha patriotica, augmentada de mais duas bombardeiras e doze baleeiras, sob o commando do capitão de mar e guerra Tristão Pio dos Santos, deixava a invicta Itaparica para fundear em frente á cidade.

Estava debellada a rebelião na Bahia. Mas, enquanto estrugiam foguetes e bimbalhavam sinos, na capital, entregando-se os patriotas á justa alegria de se verem livres da oppressão lusa, a esquadra nacional, lá fora, vigiando a rota dos fugitivos, atacando-os de quando em quando, perseguindo-os e desfalcando-lhes sempre e sempre as fileiras, consolidava, em verdade, a libertação.

Ao amanhecer do dia 4 Cochrane encontrouse de subito em situação difficil. Tendo sido escurissima e de aguaceiros a noite anterior, a capitanea brasileira ficara separada dos demais navios imperiaes e, ao dealbar, achava-se entre a costa e o grosso dos navios portuguezes. A desproporção das forças era extraordinaria. Qualquer

resistencia impropicia. De modo que o bravo marujo julgou chegado o termo de sua carreira gloriosa. Entregar-se prisioneiro? Jamais! Preferiu então encalhar e atear fogo ao navio.

Nessa occasião, porém, a impericia lusa facilitou-lhe uma brecha na formatura. Aproveitando-a, rapido como uma flecha, elle escapou-se.

Continua a perseguição. Nesse mesmo dia a fragata *Paraguassu'* aprisiona o brigue de guerra *Promptidão* e a charrua *Leal Portuguez*. A 5 a charrua *Conde de Peniche* é apresada pelo brigue *Bahia* e corveta *Maria da Glória*. A 6 esta mesma corveta, mais a nau *Pedro I*, aprisionam a galera *Bizarria*. Chega a vez da *Nictheroy* que toma as escunas *Santa Rita* e *S. José do Triumpho*, iniciando a epopéa brilhante já resumidamente descripta no capitulo anterior.

Um grupo de navios da esquadra lusa destaca-se desta e ruma para o Maranhão. "Os nossos perseguiram-no, abordaram e apresaram cinco: o transporte *Grão Pará*, a charrua *Principe Real* e as galeras *Harmonia*, *Caridade* e *Fragatinha de Macau*, que transportavam uma divisão do exercito inimigo" (1). Estes navios, menos o transporte *Grão Pará*, foram acompanhados a Recife pelo brigue *Bahia*.

(1) Commandante Lucas Boiteux — "A Marinha de Guerra Brasileira nos Reinados de D. João VI e D. Pedro I".

Outros vasos são ainda tomados ao inimigo, perfazendo todos o total de 30, segundo o Barão do Rio Branco, afora um incendiado e diversos que, desprovidos do armamento e assignando seus tripulantes e passageiros termo de prisioneiros de guerra, eram magnanimamente mandados em paz. Um terço das tropas que evacuaram a Bahia, isto é, 2.029 officiaes e soldados, segundo ainda o depoimento do autor das "Ephemerides Brasileiras", foram feitos prisioneiros.

Tal a contribuição da marinha brasileira nesta emergencia. Se os navios de Felix de Campos tivessem chegado intactos a Portugal, com o moral de suas guarnições alevantado, quem sabe se os portuguezes não tentariam depois uma expedição contra nós, sabendo que, pelo menos no extremo norte, contavam com muitos partidarios seus?! Cochrane, Beaurepaire, Thompson, Hayden e sobretudo Taylor se haviam incumbido, porém, de lhes abater o animo: Se pensaram nisso, como foi apregoado, não se atreveram a realizar o pensamento...

* * *

A esquadra brasileira navegou até aos 4° de latitude norte. Dahi, Cochrane, na *Pedro I*, seguiu sozinho para o Maranhão. A *Nictheroy* continuou o seu ousado mas victorioso cruzeiro. Os demais navios brasileiros regressaram á Bahia e, posteriormente, ao Rio de Janeiro.

ADHESÃO DO MARANHÃO

A 26 de julho de 1823, Cochrane, na sua já famosa capitanea, apresentou-se á barra de S. Luiz. Suppondo tratar-se da fragata *Perola*, esperada com reforços de Portugal, veio-lhe ao encontro o brigue lusitano *D. Miguel*, commandado pelo capitão-tenente Francisco Salema Freire Garçã. Sabeedor por este official do estado precario da praça, Cochrane imaginou atemorizar a junta governativa com a noticia da aproximação de poderosas forças de mar e terra. Assim, dando liberdade ao brigue luso, enviou ao commandante das armas da provincia o seguinte officio:

“As forças navaes e militares debaixo do meu commando não me deixam duvidar do bom exito da empreza em que vou empenhar-me para libertar do estrangeiro dominio a provincia do Maranhão, e deixar ao povo a escolha do governo, da mesma forma que os habitantes de Portugal decidiram a respeito da sua constituição.

Da fuga das forças navaes e militares da Bahia já V. S. está informado. Tenho agora a noticiar-lhe a tomada de dois terços dos transportes e tropas com todos os petrechos e munições.

Ansiosamente desejo evitar o ter de deixar cair desenfreadas sobre o Maranhão, as tropas imperiaes da Bahia exasperadas como estão pelos prejuizos e crueldades exercidos contra ellas e contra seus compatriotas, assim como pelo saqueio do povo e das igrejas da Bahia. Fica a V. S. decidir se convém exasperar ainda mais os habitantes desta provincia com uma resistencia que me parece inutil e prejudicial ao mesmo tempo aos melhores interesses de Portugal e do Brasil.

Inda que não seja costume entre as nações européas receber ou respeitar bandeiras parlamentarias, vindo em embarcações armadas, todavia como vimos aqui com objecto muito acima da apprehensão do brigue de guerra que acabamos de pôr em liberdade, na esperança de que tal moderação facilitará aquella harmonia que todos devem desejar exista entre o governo do real pae e do imperial filho: e procedendo assim, não faço mais do que preencher as benignas intenções de S.M. Imperial”.

Em resposta, recebeu o almirante propostas de capitulação. Todavia, como fossem condicionaes, rejeitou-as: entrou no porto, e, com pontaria elevada, fez um disparo sobre a cidade. A junta não teve outro remedio senão acceitar a situação de facto. A 27 a cidade foi entregue a Lord Cochrane. O brigue *D. Miguel*, a escuna *Emilia* e oito barcas-canhoneiras que estavam a serviço dos

reaccionarios, foram incorporados á esquadra nacional. O brigue *D. Miguel* passou a chamar-se *Maranhão*. O capitão-tenente John Pascoe Greenfell, assistente de Cochrane, foi nomeado para commandal-o. Apresados foram mais as galeras *Conde de Cavalheiros e Ventura Feliz*, brigue *Nelson*, escuna *Gloria* e sumacas *Libertina* e *Caçadores*, navios esses que, destacados do comboio de Felix de Campos, haviam conseguido entrar no Maranhão, e alguns dos quaes foram depois utilizados em transportar para Portugal as tropas lusitanas expulsas da provincia.

A 28 de julho teve lugar a adhesão official do Maranhão á independencia e ao imperio.

Seria inverdade historica dizer que á marinha, exclusivamente, deveu o Maranhão sua incorporação á communitade brasileira e consequente pacificação. Quando Cochrane aportou a São Luiz, só a referida capital, pode-se dizer, permanecia em poder dos portuguezes. Fidié, encurralado em Caxias, contava os dias de resistencia. O interior inteiro estava com D. Pedro. Mais cedo ou mais tarde, portanto, a independencia seria proclamada nessa provincia. No entanto, a Marinha derrubou a Junta, expulsou as tropas lusas, fez a aclamação do novo imperador, apresou para mais de vinte navios de guerra e mercantes, que, em S. Luiz, poderiam quando nada prolongar a

resistencia reinol. Pode-se licitamente affirmar, pois, como alguns historiadores o têm feito, escorados em Varnhagen, que o Maranhão, no caso de sua independencia, nada deveu a Cochrane ou á Marinha?!

ADHESÃO DO PARÁ

Pacificado o Maranhão, Cochrane enviou ao Pará, a 5 de agosto, o brigade *Maranhão*. Seu commandante, John Pascoe Greenfell, recebeu instrucções para proceder nessa provincia mais ou menos como procedera Cochrane no Maranhão, isto é, fazendo suppor que atrás de si, prompta a apoiá-lo, estava a esquadra imperial.

Aos membros da Junta Governativa do Pará, com a data em branco afim de ser preenchida no momento opportuno, enviou Cochrane a seguinte carta:

“Illmós. Exmos. Srs. — Depois da libertação da Bahia, tendo procedido com as forças navaes e militares, debaixo do meu commando, livrar os dignos habitantes do Maranhão da sujeição em que se achavam, debaixo do jugo portuguez, e lhes dar o poder de livremente declarar a sua independencia e obediencia ao Magnanimo e Constitucional Imperador do Brasil, agora gozam o glorioso privilegio, que se offerece nesta occasião a VV. EEx. de fazer as suas proprias leis, pelos seus pro-

prios Representantes, no seu paiz; um privilegio que faz a distincção entre homens livres e escravos.

Tendo-se feito a mudança no Maranhão da maneira a mais pacifica, e a Independencia, adhesão e Constituição tendo sido declaradas e juradas (julguei de meu dever não perder tempo e offerecer a mesma liberdade e protecção aos dignos habitantes do Pará; mas antes de levar força á presença delles, desejo apresentar-lhes uma occasião para fazer a espontanea declaração dos seus sentimentos, e por isso mando o brigue de guerra *Maranhão*, ultimamente *Infante D. Miguel*, entregar esta e trazer a resposta.

Não ha duvida nenhuma que logo que o Pará se ajuntar ao Brasil, haja Paz estabelecida em toda a parte.

Offereço então aos portuguezes no Pará os mesmos termos favoraveis como no Maranhão; mas no caso de recusarem acceital-os, e dahi causarem a derrama de sangue, será do meu dever obrigar-os a render-se á discripção.

No entanto, incluso remetto a declaração do Bloqueio do Pará, junta com o Auto da Camara do Maranhão, que VV. EEx. depois de os ler, terão a bondade de me mandar.

Deus guarde a VV. EEx.

Agosto de 1823 — *Cochrane.*”

A 10 de agosto chegou Greenfell ao Pará e de tal modo agiu no cumprimento das ordens recebidas que no dia seguinte, apesar da resistência oposta pelo commandante das armas, a Junta Governativa, reunida em sessão, reconhecia a independência.

Foram incorporados à esquadra a escuna *Bella Elisa*, a fragata *Imperatriz Leopoldina*, o brigue-escuna *D. Januaria*, a charrua *Gentil Americana*, bem como varios navios mercantes.

Em breve tempo, porém, foi descoberta a lenda da esquadra que ficara fóra da barra... Os odios refervem contra Greenfell. Tentam assassinar-o. Elementos lusos organizam uma contra-revolução para invalidar a independência. Desmandam-se as duas facções em lucta. Ha disturbios. E Greenfell, arvorado pelas circumstancias em arbitro da situação, é obrigado a intervir para manter a ordem. Dá-se o celebre incidente do pontão *Palhaço*. Eis como, em carta a Lord Cochrane, relata Greenfell os acontecimentos:

“Brigue de S. M. Imperial *Maranhão*, surto no Pará, em 24 de outubro de 1823.

Tenho a honra de informar a V. Ex. da minha demora no Pará, continuando a apparellhar a fragata *Imperatriz*, que tem sido muito atrazada por falta quasi total de poleame e cabos necesarios para o maçame real, e por mais circumstancias que vou succintamente expôr a V. Ex.

Na noite de 15 deste mez a tropa que formava a guarnição desta Praça, levantou-se contra os seus officiaes e contra o governo imperial, e no dia seguinte deram saque á cidade, assassinaram muita gente, e obrigando quasi o resto dos habitantes a fugirem da cidade, e de abandonarem as suas propriedades; na noite de 17 do corrente, com o sr. Henrique de Mattos, membro da Junta Provisoria, desembarquei com todas as forças disponiveis da esquadra debaixo do meu commando; uma parte das milicias, e dos habitantes tendo-se immediatamente ajuntado a nós, eramos assás felizes para, no dia seguinte, conseguir desarmar os tres regimentos de linha, a Cavallaria e a Artilharia, dos quaes os principaes motores foram immediatamente punidos de morte.

A tranquillidade foi immediatamente restaurada e acompanhada de novas demonstrações de enthusiasmo pela causa da Independencia do Brasil e pelo governo de Sua Majestade Imperial.

A tragica catastrophe que teve logar no navio *Diligente* na noite de 20 do corrente, exige detalhes tão circumstanciados que os limites desta carta me privam de fazer a V. Ex. a narração dessa scena de horror. Portanto refiro a V. Ex. as indagações e processo verbal tomado pelo governo a este respeito, do qual não duvido que mande uma copia exacta a V. Ex.

Remetto a V. Exa. mappa do estado e condição actual dos navios debaixo do meu commando, e espero que os meios que tomei para organisal-os ao serviço de Sua Magestade Imperial serão de gosto e approvação de V. Ex.

.
 Deus guarde a V. Exa.

Brigue *Maranhão*, em 24 de outubro de 1823.
 — *John Pascoe Greenfell.*”

* * *

No dia 20 de outubro deixara Cochrane o Maranhão e a 9 de novembro fundeara no porto do Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia aportava á Bahia a fragata *Nietheroy*, de volta do seu glorioso cruzeiro. A 3 de março de 1824 deixa Greenfell o Pará, no commando da fragata *Imperatriz*, de regresso tambem á capital do Imperio. Aqui foi elle accusado, preso, submettido a conselho de guerra, mas, afinal, absolvido por falta de provas.

Cochrane recebeu, de envolta com outras homenagens e mercês, o titulo de Marquez do Maranhão.

A Marinha encerrava, assim, a primeira phase de sua actuação no drama da independencia patria.

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Os historiadores que se têm occupado detidamente com a personalidade desconcertante do nosso primeiro imperador — de Alberto Rangel a Pedro Calmon — pintam-no em geral como homem de espirito versatil, por vezes energico, sem duvida, mas incapaz de esforço duradouro, por isso mesmo inconstante nos gostos, inconstante nas afeições, inconstante nos designios politicos.

E Pedro I era, em verdade, assim. Todos conhecemos as berrantes côres nacionalistas com que se enfeitou elle a partir do *Fico* até pouco antes da dissolução da Constituinte. Então, ninguem mais amigo do Brasil, ninguem mais ferrenhamente cioso dos brios nacionaes! Depois, no entanto, surge a divergencia com os Andradas, os animos se acirram entre brasileiros e lusitanos, e a attitude do monarcha se vac, aos poucos, modificando. Ao dealbar de 1824 o estouvado Bragança está francamente nos braços de seus patricios. A *entourage* que o cerca é portugueza. A politica que elle orienta attende mais aos interesses do lado de lá do Atlantico que aos nossos proprios. A

visão do throno portuguez desorienta-lhe os passos...

Dahi, logicamente, o descontentamento reinante em quasi todas as provincias do imperio. Dahi o facho incendiario que accêso em Pernambuco por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, em pouco se propagava a Alagoas, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, transformando-se na ephemera mas gloriosa *Confederação do Equador*.

A 12 de novembro de 1823 foi dissolvida a Constituinte. A 13 de dezembro os deputados pernambucanos que della faziam parte chegaram a Recife e publicaram uma exposição dos acontecimentos. Francisco Paes Barreto, presidente da Junta Governativa Provisoria, sentindo-se divorciado da opinião publica, renunciou suas funções. Foi eleito para substituí-lo Manoel de Carvalho Paes de Andrade, republicano convicto, que teve sua escolha ratificada a 8 de janeiro pela assembléa eleitoral de Olinda.

Esta mesma assembléa resolveu ao mesmo tempo não escolher outros deputados para a nova Constituinte, "porque, tendo já eleito os que deviam fazer firmar o pacto social, era contrario á dignidade e decoro da provincia nomear outros" (1).

(1) Rio Branco — "Ephemerides Brasileiras".

D. Pedro nomeia presidente da provincia a Francisco Paes Barreto, mas o povo se recusa a dar-lhe posse no cargo.

Pernambuco se colloca, portanto, fora da lei, levado a este extremo pelo acto de D. Pedro que, dissolvendo a Constituinte, igualmente se collocara fora da lei.

* * *

No porto de Recife, por occasião desses acontecimentos, estavam os brigues de guerra *Bahia e Independencia ou Morte* e as escunas *Maria Zeferina e Camarão*. Estas ultimas foram enviadas ás provincias do norte com emissarios de Paes de Andrade para propaganda da revolução. O brigue *Independencia ou Morte* foi incorporado ás hostes revolucionarias, passando a chamar-se *Constituição ou Morte*.

Só o brigue *Bahia* continuou obedecendo ao governo imperial. Seu commandante, o capitão-tenente Bartholomeu Hayden, deu sciencia ás autoridades do Rio do que se passava em Pernambuco e para alli foi immediatamente enviada uma força naval composta das fragatas *Nictheroy e Ypiranga*, mais a charrua *Gentil Americana*, sob o commando do capitão de mar e guerra João Taylor. As ordens que este chefe levava eram no sentido de repor no governo o presidente nomeado Francisco Paes Barreto. Chegando a Recife a 31 de março de 1824, Taylor entrou em entendimento com

o commandante das armas, coronel José de Barros Falcão de Lacerda, tentando uma formula para resolver tudo amigavelmente. Não tendo tido bom resultado essas "demarches", reuniu-se a 7 de abril um grande conselho, composto do commandante das armas e dos delegados das camaras municipaes, sendo Taylor nelle representado pelo capitão de fragata Luiz Barroso Pereira. O Conselho, cujos debates correram acaloradissimos, resolveu não dar posse ao presidente nomeado, e, ainda, "que se conservasse a todo transe o presidente Manuel de Carvalho e a dignidade e soberania dos povos", accrescentando ainda: "Arraze-se Pernambuco, arda embora a guerra civil!"

Em vista deste resultado, no dia seguinte, 8 de abril, foi declarado em bloqueio o porto de Recife.

Do Rio, para reforço da divisão bloqueadora, chegaram mais os brigues *Cacique* e *Guarany* e a escuna *Leopoldina*.

D. Pedro ainda tentou uma solução conciliatoria nomeando presidente da provincia a José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. Esta medida, porém, resultou inocua. Os pernambucanos estavam irreductiveis.

Foi por essa occasião que chegou ao Brasil a noticia de que Portugal preparava uma grande expedição contra nós. Os navios todos, por isso, receberam ordem de recolher-se ao Rio, para a

organização da defesa. E deste modo foi suspenso o bloqueio do porto de Recife.

A 2 de julho Paes de Andrade proclama a união das provincias do norte, de Alagoas ao Piauí, sob o regime republicano federativo, constituindo a *Confederação do Equador*. Além do brigue *Constituição ou Morte* a que já nos referimos, os republicanos fizeram ainda armar a escuna *Maria da Gloria*, constituindo assim uma pequena força naval.

Serenados os animos com a certeza de que era apenas boato a vinda de uma esquadra lusa ao Brasil, o governo tratou de organizar um plano de ataque para submeter os pernambucanos. Assim, a 2 de agosto partiu para Recife sob o commando de Lord Cochrane uma divisão naval composta da nau *Pedro I*, corveta *Carioca*, brigue *Maranhão*, charruas *Hamonça* e *Caridade*, bem como alguns transportes conduzindo uma divisão do exercito ás ordens do general Francisco de Lima e Silva. A 13 chegavam os transportes a Jaraгуá, desembarcando as tropas que seguiram por terra para Pernambuco. A 18 a divisão fundeava no porto de Recife.

Cochrane iniciou entendimentos para conseguir a submissão dos revolucionarios sem maior derramamento de sangue, mas, nada conseguindo, enviou um "ultimatum" a Paes de Andrade, ameaçando bombardear a cidade.

O chefe revolucionario respondeu a Cochrane com uma tentativa de suborno:

“Milord. — A franqueza é o caracter distinctivo dos homens livres; mas V. Ex. não a encontrou em suas relações com o Governo Imperial. O não ter sido recompensado pela primeira expedição offerece justificavel inferencia de que nada receberá pela segunda. Tomo, portanto, a liberdade de assegurar a V. Ex. a somma de 400 contos de réis como indemnização de suas perdas. O serviço de V. Ex. requerido será o de acceitar a causa da *Confederação do Equador*, que é o adoptado pela maioria das provincias septentrionaes, cujo limite será o rio S. Francisco do Norte.”

O almirante Cochrane replicou altivamente:

“Exmo. Sr. — Se eu tiver occasião de que V. Ex. me conheça, poderei dar-lhe provas convincentes de como a opinião que de mim formou nasce de ter sido eu falsamente representado por homens que estão no poder, cujos objectos eu era por meus principios incapaz de servir. Tenho a honra de ser, — De V. Ex. muito humilde criado — *Cochrane e Maranhão.*”

Terminado o prazo estipulado em sua intimação, o almirante ordenou que a escuna *Leopoldina* abrisse fogo contra a cidade. Aos primeiros tiros, porém, o navio começou a fazer agua e teve por isso de abandonar o posto. Chegaram mais

do Rio a fragata *Paraguassu'* e a corveta *Maceió*. O brigue *Guarany* fôra enviado á Parahyba, para bloquear o porto de Cabedello.

Os dois navios da revolução, a que atrás já nos referimos, foram aprisionados em Porto de Pedras, a 25 de julho, pela corveta *Maria da Gloria*.

A 5 de setembro, — não se sabe bem se por espirito de humanidade para com os pernambucanos ou se por divergencias com o general Lima e Silva, o que é mais provavel — Cochrane retirou-se com a *Pedro I* para a Bahia.

Tendo partido do Rio a 25 de agosto, a 10 de setembro chegou a Recife uma divisão de reforço composta das fragatas *Ypiranga* e *Nictheroy*, brigue *Cacique* e charrua *Animo Grande*. Commandava-a o chefe de divisão David Jewett que, na ausencia do 1.º almirante, assumiu o commando em chefe da força naval. Os dois ultimos navios — brigue *Cacique* e charrua *Animo Grande*, foram destacados para Alagoas.

No dia 12 de setembro o chefe Jewett recebeu a primeira communicação do general Lima e Silva, cujas forças sitiavam, por terra, Recife e Olin-da, e que lhe pedia hostilizassem os navios da esquadra a cidade, pelo lado do mar. Assim foi feito. As fragatas *Ypiranga* e *Nictheroy* aproximaram-se de terra e abriram nutrido fogo contra os fortes e navios artilhados.

O presidente revolucionario Paes de Andrade, refugiado a bordo da corveta ingleza *Tweed*, envia propostas de capitulação; mas estas, por que condicionaes, são rejeitadas.

A' meia-noite do dia 16, trezentos marinheiros sob o commando do capitão de mar e guerra James Norton, effectuam um desembarque perto da Alfandega. Avançam celeres. Occupam as fortalezas do Brum e do Buraco cujas guarnições as desamparavam á sua approximação. Assenhoreiam-se das pontes. E, com o auxilio das forças de terra, ás 8 horas da manhã do dia 17 de setembro, estavam senhores da cidade.

Terminara a rebellião em Pernambuco. O que se seguiu depois, com a creação das celebres commissões militares, foi uma pagina escura de tripudios e vindictas contra os vencidos, na qual, felizmente, a marinha não tomou parte.

PACIFICAÇÃO DO CEARÁ E DO MARANHÃO

Deixando Pernambuco, o almirante Cochrane esteve na Bahia e seguiu, depois, para o Ceará. Ahi, porém, já encontrando restabelecido o governo legal, limitou-se elle a fazer varias proclamações concitando os cearenses á obediencia ao Imperador e prestigiando o governo instituido a 31 de outubro, em substituição ao revolucionario de Tristão Araripe.

A 3 de novembro partiu o almirante para o Maranhão, com os navios ás suas ordens, deixando no Ceará, por mais alguns dias, a fragata *Ypiranga*.

No Maranhão ha muito tempo que reinava a anarchia. As facções se degladiavam. Os presidentes eram substituidos a cada momento, sem prestigio, sem força moral. Chegando a S. Luiz a 9 de novembro, a 12 publicou Cochrane um edital em que se constituia o Commandante em Chefe Militar da provincia, até que fosse restabelecida a boa ordem.

Era presidente do Maranhão Manoel Ignacio Bruce, contra o qual chegavam ao almirante ac-

cusações de toda ordem, bem como representações, até de senhoras, pedindo o seu afastamento do governo. O almirante, a principio, recusou attender a esses pedidos. As cousas, porém, chegaram a tal ponto que a 25 de dezembro elle obrigou Bruce a deixar o governo, fazendo-o seguir para o Rio de Janeiro. Em officio de 31 do mesmo mez, ao Ministro da Marinha, assim justificou o seu procedimento:

“Exmo. Sr. — Tenho a participar a V. Excia. que o crer-me estar a esquadra a ponto de sahir daqui, e deixar perdida e desordenada gente militar deste sitio sujeita á fraca repressão de S. Excia. o Presidente, exercitou no animo publico tal grau de temor, que chegava quasi a phrenesi — e me convenceu de que não tinha alternativa, senão ou abandonar os principaes habitantes, e, verdadeiramente, toda a população branca á furia das tropas mercenarias e dos negros, ou então permanecer com a esquadra, até ser nomeado por S. M. I. outro presidente.

Esta ultima medida, contudo, pareceu-me depois de madura consideração inteiramente incompativel com os interesses de S. M. I., não sómente em razão das violentas animosidades existentes entre o presidente e o povo — as quaes, não obstante a maior vigilancia da minha parte diariamente perturbavam a tranquillidade publica — mas, porque, a presença em terra de toda a marinhagem dos

navios de guerra é necessaria para contrabalançar a influencia e o poder que o presidente havia ganho sobre a soldadesca e bandos irregulares, pela impunidade com que os ha deixado proceder, pelas recompensas dadas a soldados rasos ou de mais baixas ordens da sociedade.

O continuar a marinhagem ausente dos navios é evidente que poria em perigo a segurança destes; além de agora se estar approximando à estação em que as molestias proprias do clima veem a prevalecer e não deixariam de consideravelmente diminuir a pequena força ao meu dispôr.

A necessidade de adoptar alguma resolução decisiva, tornava-se dia a dia mais urgente.

Representações contra a conducta do presidente continuam a chegar de toda a parte. O Consul de S. M. Britannica, de mais a mais, tendo ouvido que ia partir a esquadra, escreveu-me a carta, cuja copia incluo a V. Excia. Sei muito bem que é difficultoso, nas circumstancias em que me acho, seguir a marcha que, julgada de longe e meramente sobre provas que se pode enviar por escripto, não deixa logar a dizer alguma gente que se podia haver adoptado com mais vantagem outra conducta; e estou perfeitamente certo de que, se eu tivesse deixado esta provincia e se seguisse a anarchia, me acharia igualmente exposto ás cavillações dos que estão sempre dispostos a reprovar as medidas adoptadas, quaesquer que sejam.

Não tendo, pois, senão a escolher entre os dois males em relação a mim mesmo, hei proseguido sem me importar de minha responsabilidade pessoal — a marcha que depois de plena consideração me parece a melhor adoptada para assegurar a tranquillidade desta provincia, e tendo reservado para a minha propria segurança taes documentos originaes, que satisfaçam o animo de S. M. I. pelo que toca á minha conducta em suspender as funcções do presidente do Maranhão.

Algumas das muitas razões que me hão induzido a tomar sobre mim responsabilidade mais grave do que houvera trazido consigo a adopção de qualquer das medidas que mencionei acima, se acharão no papel impresso que remetto incluso. Nesse papel, contudo, não considerei conveniente apresentar todos os factos que chegaram ao meu conhecimento, taes como estar-se mettendo, por intervenção de varios agentes, em alliciar tropas, a artilharia e a policia, e sobretudo os debandados *Pedestres*, e o mandar emissarios a distantes districtos da provincia excitar e para levantar-se de novo com as armas para sustentar — ainda que nenhuma prerogativa legal que presidente possuísse, ou devesse possuir, havia sido de maneira alguma infringido por mim ou por pessoa qualquer debaixo de minha autoridade. O facto é que este mesmo senhor, creado nos tempos dos capitães generaes despoticos, acostumado a seus procedi-

mentos arbitrarios, á má administração da lei colonial e á falta de todo processo regular, não pode soffrer limitação alguma ao seu poder, e ha demonstrado seu desejo, se não de estabelecer autoridade independente, pelo menos de obrar segundo seu gesto e vontade. Muito desejo attribuir as suas faltas antes ás circumstancias sob cuja influencia fora infelizmente educado, e a sua avançada idade, de que a más intenções premeditadas. Tenho a satisfação de accrescentar que, pela marcha adoptada por mim, se terminou uma desoladora guerra civil, forrou-se mais despesa no Thesouro, e salvaram-se da destruição as pessoas e fazendas do povo, pondo-os debaixo da protecção da lei. — *Cochrane e Maranhão*”.

* * *

Nomeado por Cochrane, assumiu o governo da provincia Manoel Telles da Silva Lobo, de quem otheve o almirante o pagamento das presas a que tinha direito, garantido por ordem escripta do Imperador, e deu disso sciencia ao Ministro da Marinha.

Chegando ao Maranhão o novo presidente nomeado, Pedro José da Costa Barros, Cochrane não lhe quiz dar posse no governo *por ser do partido portuguez*, e como o mesmo procurasse resistir com o apoio dos lusitanos, fel-o partir para o Pará pelo brigue *Cacique*.

Estas são as tão apregoadas violencias do almirante, no Maranhão. A 18 de maio de 1825, tendo recebido a ultima prestação da quantia que lhe era devida, Cochrane investiu Jewett no commando da nau *Pedro I*, ordenando-lhe que seguisse para a Bahia. Passou-se elle para a fragata *Ypiranga* e fez-se ao mar, rumo da Inglaterra. Ahi, deixando o navio, abandonou o serviço do Brasil.

LORD COCHRANE

A cada momento, no correr destas notas sobre a acção da marinha de guerra brasileira nas lutas da independencia patria, tivemos de alludir ao nome aureolado do almirante Lord Cochrane. Agora, que as vamos encerrar, permittam os leitores uma vista de olhos mais demorada sobre esse vulto singular de marinheiro, tão applaudido por uns, tão censurado, tão negado por outros!

Thomaz Alexandre Cochrane, filho dos Condes de Dundonald, nasceu a 14 de dezembro de 1775, em Annsfield, Escossia.

Aos 18 annos ingressou na marinha ingleza e aos 26 era capitão de mar e guerra. Commandou a *Queen Charlotte* em Gibraltar e, num ataque á esquadra franco-espanhola, tomou a nau franceza *Genereuse*, de 74 canhões. Passou-se depois para o brigue *Speedy*: num cruzeiro de dez mezes, fez 33 presas, entre as quaes a fragata espanhola *Gamo*, armada de 35 peças e guarnecida de 259 homens. Outros navios mais estiveram-lhe sob o commando, nelles desempenhou commissões importantes e varias, sua vida transcorrendo, sempre, cheia de pe-

ripecies. Prisioneiro em 1801, em 1809 se distinguia sobremancira como encarregado dos brulotes da esquadra ingleza, e em 1817 accitava o commando da nascente marinha do Chile, por cuja independencia se bateu galhardamente.

Já vimos como, depois de proclamada a nossa independencia, recorreu-se ao concurso de officiaes e marinheiros estrangeiros para a organização da marinha de guerra. Foi o Marquez de Barbacena quem, de Londres, lembrou a José Bonifacio o nome do almirante Cochrane, então a serviço do Chile, para o commando da nossa esquadra. O grande Andrada concordou sem vacillar com a indicação. Antonio Manoel Correia da Camara, nosso consul em Buenos-Aires, recebeu ordens de transmittir o convite, que foi acceito pelo Almirante; e a 18 de janeiro de 1823 seu pavilhão descia, sob salvas, da escuna *Montezuma*, em Valparaiso. Desligado da marinha chilena, a quem dera dias de gloria, partiu elle para o Rio de Janeiro com varios companheiros, a bordo do brigue *Colonel Allen*. Aqui chegou a 13 de março, e a 21 do mesmo mez, com o posto de 1.º Almirante, içou na nau *Pedro I* o pavilhão de commandante em chefe da esquadra brasileira.

* * *

São do nosso conhecimento, já, os feitos da marinha de guerra nessa phase culminante de nossa evolução historica. Não os relatarei novamente,

pois. Apenas desejo bordar ligeiras considerações sobre as attitudes do almirante perante o governo de Pedro I, attitudes que culminaram na cobrança, por sua conta, do dinheiro que lhe era devido, e no conseqüente abandono, ostensivo, do serviço do Brasil.

“A independencia do Brasil só foi uma realidade depois que o almirante Cochrane lançou na historia de nossa terra a sombra do seu grande nome, affirma o commandante Annibal Gama (1), De facto. Não fôra o seu concurso e o da pleiade valorosa que o acompanhou em todos os transes, e varias das nossas provincias do norte não ostentariam hoje, provavelmente, o pavilhão auri-verde. Podemos ir além. Tivesse elle acceto, por exemplo, o serviço da Confederação do Equador, mediante os 400 contos que lhe offereceu Paes de Andrade, e talvez esse movimento não representasse, apenas, na nossa historia, um estagio da evolução republicana...

Mas, sejamos methodicos. A 3 de abril de 1823 a esquadra nacional partiu para o norte, sob o commando de Cochrane, com a missão de bloquear o porto da Bahia. Travou-se o combate de 4 de maio contra a esquadra lusa. Estabeleceu-se o bloqueio. A 2 de julho as forças navaes e terrestres reaccionarias abandonaram o porto, rumo

(1) “A Marinha de Guerra na Pacificação Interna do Brasil”, 1923,

de Portugal. Cochrane persegue-as. Vae depois ao Maranhão e liberta-o. Destaca Greenfell para o Pará, que igualmente se incorpora á communhão brasileira.

A 9 de novembro elle está de regresso no Rio de Janeiro e o governo imperial, agradecido aos seus serviços, concede-lhe o titulo de Marquez do Maranhão.

A politica brasileira, porém, por essa occasião, soffria uma reviravolta. D. Pedro, imperador do Brasil, namorava a corôa de rei de Portugal... O partido lusitano, pois, orphão das boas graças imperiaes desde a independencia, voltava a dizer a ultima palavra nos concilios do Paço. Caem os Andradas. E' dissolvida a Constituinte.

O Tribunal de Presas, constituido de 13 membros, dos quaes nove portuguezes, timbrava em contrariar o Almirante, chegando ao extremo de julgal-o passivel de *pena corporal*. Taylor, pelos damnos causados aos lusos, no cruzeiro da *Nitheroy*, era condemnado a seis mezes de prisão. Greenfell era submettido a conselho de guerra.

Uma das clausulas da cessação de hostilidades entre Portugal e Brasil, impunha a este a *demissão de todos os subditos inglezes empregados pelo governo do Brasil*. Não valem os compromissos espontaneamente assumidos para com o bravo marinheiro. Os ministros são outros, o Imperador não mais pensa como em fins de 1822. Dahi o

choque inevitavel. Cochrane protesta na defesa dos seus direitos. Requer a expedição de sua carta-patente. Formula o primeiro pedido de demissão. O governo, porque precisa delle pois Pernambuco está rebellado, e porque as guarnições, até então sem receber vintem, abandonam a esquadra, — manda pagar-lhe duzentos contos para si e suas equipagens.

Os marinheiros voltam para bordo. A esquadra parte para o Norte. Era Cochrane um ambicioso? Ninguém pode pretender que elle viesse servir ao Brasil por patriotismo. Sendo, como era, um mercenario, só podia fazel-o ou por amor da gloria ou por amor do dinheiro. Eram interesses reciprocos que se alliavam. De sua parte, elle cumpriu o estipulado com risco, varias vezes, da propria vida. A recusa dos 400 contos de Paes de Andrade é uma prova de sua lealdade para com o governo imperial. Por que não cumpria este, então, com o seu dever?

“Abandonae-vos, Milord, ao reconhecimento brasileiro. A munificencia do principe, a prohibidade illibada do governo actual far-vos-ão justiça; não rebaixarão de um só ponto a alta consideração, categoria, posto, character e vantagens que vos são devidas.”

Isso dizia a carta de Correia da Camara convidando-o a acceitar o serviço do Brasil. Por que não cumpriu o governo, depois, o promettido?

Varias vezes Cochrane apresentou o seu pedido de demissão. Foi energico, intransigente, na defesa dos seus direitos, tanto perante os ministros como perante o Imperador. Em carta a este ultimo, ameaçou, mesmo, apoderar-se dos navios apri- sionados “afim de impedir que o tribunal de pres- as os liberasse”, como invariavelmente vinha fa- zendo.

No Maranhão, deante da balburdia reinante, elle usurpou, de facto, poderes que lhe não pertenciam. Mas, se não fizesse isso, imperaria o chaos, a desordem. Sua acção não foi bem comprehen- dida. O desgosto, então, culminou. Pagou-se, po- demos dizer, por suas proprias mãos. Abandonou o serviço do Brasil. Já antes allegara *ser impossí- vel continuar ao serviço de S. M. I. sem a todo ins- tante sujeitar o seu character profissional a gran- de risco.*

Era inevitavel o desfecho. Corollario: foi de- mittido, como se diria hoje, *por abandono de em- prego.* Muito tempo depois de sua morte, porém, o governo brasileiro lhe rendia justiça, mandando pagar a seus herdeiros cerca de 260 contos de réis. A geração brasileira de 1860 resgatava, assim, a perfidia da facção lusa de 1824...

II PARTE

O ALMIRANTE TAMANDARÉ

O NELSON BRASILEIRO

Fôra de todo inesperada, naquella tarde de julho de 1824, a visita do Marquez de Maranhão ao primeiro imperador do Brasil, no Paço Imperial. Ainda assim Pedro I o recebeu com amabilidade no amplo salão roseo de janellas voltadas para a Guanabara, e escutava-o agora attentamente, pezar que quasi deitado na alta cadeira de espaldar, numa postura deselegante muito sua.

— Conheço bem esse moço, Majestade — dizia o Marquez. Foi um dos primeiros voluntarios alistados. Tomou parte no bloqueio da Bahia, praticou actos de valor no encontro de 4 de maio com a esquadra portugueza, e, embarcado na *Nietheroy*, fez o cruzeiro desta fragata em perseguição aos navios do almirante Campos. Taylor fez-me sempre delle as melhores referencias. Bravo, competente, de uma dedicação ao serviço a toda prova. Posso confirmar isso tudo porque tambem o tive sob minhas ordens directas, na *Pedro I*. E affirmo a Vossa Majestade Imperial que aquelle voluntario, quasi menino, é uma das mais promissoras esperanças da marinha brasileira. Elle foi o ajudante

de navegação de Taylor, encarregado dos chronometros da *Nictheroy*, e este é um encargo que não se entrega a todo official.

Thomaz Alexandre Cochrane, Lord do Almirantado britannico contractado ao nosso serviço com o posto de 1.º almirante, estava verboso, entusiasmado, e ia decerto continuar na exaltação de meritos do jovem desconhecido; mas D. Pedro levantou-se, enigmatico, e os dois caminharam para uma das sacadas, dir-se-ia attraídos pela magia do crepusculo que baixava. O olhar duro do inglez, pervagando por sobre o mar immenso que elle sabia domar qual verdadeiro tritão, adoçou-se-lhe de repente, como se evocasse panoramas longinquos de outros mares, sob a doçura ou a inclemencia de outros céos. Lembrava glorias da marinha ingleza. Aboukir.. Trafalgar...

Quasi com intimidade, apontou a Pedro I a immensidão azul, para além do Pão de Assucar, da Rasa e da Redonda:

— O Brasil deve seguir o exemplo da Inglaterra se aspira a ser respeitado e forte. E' no mar que está o futuro deste grande imperio. Vossa Magestade não deve prescindir dos valores authenticos, mas aproveital-os sempre, porquanto elles não se improvisam na hora da batalha...

Parou um momento, encheu os pulmões fortes desse ar magnifico que a viração da tarde sacode sobre a terra, e como retomando o fio da conver-

sa interrompida, um tom de prophecia nas palavras ditas pausadamente, accrescentou:

— Aquelle senhor, Majestade, será o Nelson brasileiro!

O sol, por detraz das montanhas altas, lançava á terra um ultimo jacto de luz sanguinea.

* * *

Joaquim Marques Lisboa, futuro almirante Marquez de Tamandaré, era o voluntario por quem intercedia Cochrane junto ao Imperador. Filho legitimo do segundo-tenente honorario da Armada Francisco Marques Lisboa e de D. Euphrasia Joaquina de Azevedo Lima, nasceu elle no povoado de S. José do Norte, proximo á então villa do Rio Grande, na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Viu a luz do dia á beira-mar e, menino ainda, muita vez acompanhou ao pae, que era Patrão-Mór da barra do Rio Grande, nos seus trabalhos menos arriscados. Dahi, talvez, a attracção irresistivel que o mar passou a exercer sobre seu destino, orientando-o ao balanço caricioso ou violento das suas vagas.

Tinha dezeseis annos quando ingressou na Marinha, na epoca em que esta se organizava para consolidar a nossa independencia, em principios de 1823. E, desde logo, ninguem mais habil nem mais prompto na manobra, ninguem mais destemeroso diante do perigo. A começar dos primeiros

tempos de vida maruja, revelou-se o typo de lenda que seria mais tarde: bravo e altivo, justo e magnanimo como um cavalleiro medievo; e de uma singeleza, de uma tal simplicidade de habitos que ainda aos noventa annos podia dormir sobre uma taboa com um jogo de dictionarios por travesseiro e regar elle proprio, cada manhã, após o banho frio indispensavel, as rosas do seu jardim.

Vivendo integrado na sua classe, a que se dedicou como poucos, subiu de voluntario — praticante de piloto — a almirante, ornou o peito com toda ordem de condecorações, foi barão com grandeza, visconde e marquez, tendo todas as suas promoções por merecimento!

Da independencia á republica, ajudou a consolidar a unidade periclitante do imperio. perseguiu até á embocadura do Tejo a esquadra lusitana no gallardo cruzeiro da *Nictheroy*, e onde quer que se fez necessario o concurso da marinha — na Cisplatina, nas lutas da regencia, na revolução praieira como nas campanhas externas do Uruguay e do Paraguay — elle ahi esteve na primeira fila, prestando seu auxilio efficaz de brasileiro patriota.

Tão ligada esteve sempre sua vida aos empreendimentos todos e a todos os nossos feitos navaes que, no dizer autorizado de Garcez Palha, sua biographia é a propria historia da marinha brasileira!

PRIMEIRA FAÇANHA

Nos primeiros dias de fevereiro de 1827 o almirante Pinto Guedes fez seguir para a Patagonia, sob o commando do capitão de fragata James Sheperd, uma divisão composta das corvetas *Duqueza de Goyaz* e *Itaparica*, brigue-escuna *Escudeira* e escuna *Constança*. Essa divisão tinha por incumbencia aprisionar ou destruir varios corsarios argentinos que se achavam em reparos no Rio Negro, por onde, devido ao bloqueio de Buenos Aires, se effectuava o intercambio commercial das Provincias Unidas do Rio da Prata.

A escuna *Constança*, armada com seis canhões, era commandada pelo segundo-tenente Joaquim Marques Lisboa.

Chegada a divisão á entrada do Rio Negro no dia 25, foi a pequena escuna destacada para explorar a costa e dois dias depois, com vento favoravel, era forçada a barra e destruido o forte que a defendia. Infelizmente a *Duqueza de Goyaz*, ao manobrar no canal, bateu num dos innumerados bancos ali existentes e naufragou. A *Constança* teve nesta emergencia papel saliente. Já tendo antes re-

pellido uma tentativa de abordagem do corsario. *Chacabuco*, ao constatar a situação critica da nossa capitanea, accorre em seu auxilio e consegue salvar 280 homens dos 318 de sua tripulação.

Esse contratempo concorreu decerto para que o commandante Sheperd procurasse terminar o mais depressa possivel a commissão de que estava incumbido. E para isso, sem um exame meticoloso da situação e contrariamente ás instrucções que trouxera, organizou uma força de desembarque constituída do melhor pessoal dos seus navios, e com ella resolveu atacar a Villa del Carmen, ou Carmen de Patagones, situada um pouco acima, rio a dentro. Não tendo encontrado os corsarios, que tiveram tempo de se occultar, suppoz o commandante Sheperd que o inimigo estivesse concentrado na citada villa e dahi a sua resolução de atacal-a. Resolução infeliz, por meio da qual entregámos ao adversario não só a totalidade dos nossos homens, mas, tambem, a totalidade dos nossos navios.

Marques Lisboa seguiu na força de desembarque, ficando no commando interino da *Constança* o segundo tenente Joaquim José Ignacio, futuro Visconde de Inhauma.

Percorrendo um terreno desconhecido, sem pessoa de confiança que os pudesse guiar, os nossos bravos officiaes e marinheiros conseguiram atingir Villa del Carmen no dia 9 de março, ali

encontrando uma defesa tão mais forte quão inesperada, flanqueando-nos o inimigo e atacando-nos com guerrilhas bem dispostas.

Tendo cahido morto o commandante Sheperd, substituiu-o no commando da força o capitão tenente Guilherme Eyre, que achou mais prudente retirar. Percebido entretanto o nosso intento, mais cerrado tornou-se o ataque dos argentinos que atearam fogo ás macegas de capim secco, envolvendo-nos, além da chuva de balas, numa nuvem de pó e de fumaça.

Sedentos, exhaustos da caminhada e da lucta, desfalcados num grande numero de combatentes mas defendendo-se como leões, nossos homens se viram todavia na contingencia de capitular, e foram feitos prisioneiros.

Emquanto isso acontecia á força de desembarque, os nossos navios, fundeados e quasi completamente desguarnecidos como estavam, eram abordados e atacados pela guarnição dos corsários e, apesar da resistencia heroica, foram tambem apre-sados.

Desastre total, portanto, e um dos nossos maiores revézes da campanha.

* * *

O futuro Marquez de Tamandaré, feito prisioneiro de guerra, não teve o seu animo abatido. Elle já sabia que a sorte das armas é inconstante, e do

mesmo passo que sorri, hoje, a um dos combatentes, pode mostrar-lhe, amanhã, o cenho carregado... Foi realmente o que aconteceu, como vamos vêr.

A 16 de agosto, escoltado pelas corvetas *Chacabuco* e *Ituzaingo*, sahia a barra do Rio Negro, o brigue argentino *Anna*. A seu bordo, mettidos no porão, seguiam para o Rio Salado noventa e tres prisioneiros brasileiros. Apenas o brigue montou a barra, Marques Lisboa, que figurava entre estes, põe á prova sua coragem e seu espirito de iniciativa. Revoltando seus companheiros, com o auxilio valioso do segundo tenente Joaquim José Ignacio, domina a guarnição do navio, aprisiona o commandante e assume, elle proprio, o commando. Isso de modo tal, com tal presteza que os navios da escolta não percebem a mudança, continuando a divisão a navegar com o destino indicado.

Ao apresentar-se momento asado, porém, faz o *Anna* rumo a Montevidéo, onde, apesar da perseguição tenaz dos dois navios argentinos da escolta, conseguiu entrar no dia 29.

Estava praticada a primeira façanha da serie que assignalaria a vida gloriosa de Tamandaré.

“ESPORAS” PARA UMAS “BOTAS”

O anno de 1828, ultimo da Campanha Cisplatina, não foi feliz para a esquadra argentina. Marcou-lhe, antes, reiterados insuccessos, já pela inação forçada em que permaneciam seus escassos navios, já pelo aprisionamento ou destruição daquelles que, como corsarios, se aventuravam ao oceano. Os navios brasileiros espalhavam-se vigilantes em todos os rumos, quaes sentinellas moveis, e para onde quer que se dirigissem os elementos de Brown (1) encontravam-nos, sempre, pela frente.

Na altura do rio Salado, bloqueando-o, permanecia a divisão do heroe da independencia capitão de fragata João Francisco de Oliveira Botas. Constituiam-na as escunas *Greenfell*, *Constança*, *Bella Maria* e canhoneira *26 de Fevereiro*.

Ao descerrar-se o nevoeiro matutino, no dia 29 de maio, foi avistado entre esses navios o bri-gue-escuna argentino *Ocho de Febrero*, commandado pelo major Thomaz Espora.

(1) William Brown, organizador e commandante em chefe da esquadra argentina.

Este navio voltava de um cruzeiro ás costas do Rio Grande, e ao perceber a situação critica em que se encontrava, no meio de uma força inimiga, tratou de procurar a costa, para, valendo-se do seu calado, escapar á acção dos nossos navios. Era a mesma tactica preferida do commandante em chefe argentino que mais uma vez se punha em practica.

A divisão brasileira sae-lhe ao encalço, destacando-se desde logo a escuna *Bella Maria*, de pequeno calado como a *Ocho de Febrero* e cujo commandante, como o do navio adversario, conhecia aquella região como verdadeiro pratico.

O major Thomaz Espora, no dizer de Brown *uma das espadas mais valentes da America do Sul*, merecia, em verdade, um tal conceito. Respondendo sempre ao fogo dos nossos navios, mas não podendo enfrental-os devido á desproporção flagrante dos poderes combatentes, foi encalhar nos bancos Aregui, bem proximo de terra. De maior calado, as escunas *Greenfell* e *Constança* e a canhoneira *26 de Fevereiro* não puderam continuar a perseguição. A *Bella Maria*, porém, commandada pelo primeiro tenente Joaquim Marques Lisboa, aproxima-se cada vez mais do inimigo, tendo, no entanto, como este, a desdita de encalhar. Isso não foi empecilho, todavia, para que o combate se iniciasse. Como para uma apothese grandiosa, os dois navios se defrontam, no palco immenso das

aguas, enquanto os tres outros ficam lá atraz, na platéa, como espectadores maravilhados. E a pe-
leja se trava, e perdura, horas a fio, num crescen-
do de belleza epica!

Marques Lisboa e Thomaz Espora não eram
dois nomes, não representavam, apenas, duas ma-
rinhas. Eram os expoentes de duas nacionalidades
valorosas, — o proprio Brasil cavalheiresco e bra-
vo, deante da Argentina audaciosa e valente!

O sol desaparecera, e a noite, com o seu pe-
plum negro, envolveu os contendores. Mas o com-
bate continuou. Durante dez horas consecutivas o
canhão se fez ouvir, ininterruptamente. Só do cos-
tado argentino — affirma Garcez Palha (1) nada
menos de 900 tiros foram disparados.

Ao clarear do dia seguinte, com a munição ex-
gottada, o convés cheio de feridos e a maior par-
te de sua guarnição em terra, salva durante a noi-
te, o brigue argentino arriava, vencido, o pavilhão
azul e branco de sua patria; e Marques Lisboa,
no proprio convés da *Ocho de Febrero*, recebia as
espadas de Thomaz Espora e de Antonio Toll, seu
immediato, os quaes, podendo evadir-se por ter-
ra, preferiram permanecer, num gesto nobilissi-
mo, junto a seus marujos feridos.

Os contendores foram dignos um do outro. E
tanto o reconheceu o commandante vencido que,
num preito de admiração ao vencedor, o brindou

(1) "Ephemerides Navaes".

com o binoculo de seu uso particular, offerta que por sua vez recebera de Brown e hoje figurante entre as reliquias navaes do nosso Museu Historico.

Num escaler da *Bella Maria* dirigem-se todos, a seguir, para a capitanea brasileira onde os aguardava, sorridente, o capitão de fragata João das Bottas.

O glorioso defensor de Itaparica recebe os prisioneiros com a cortezia e o cavalheirismo dos heroes authenticos; elogia-lhes a coragem e a bravura, indaga-lhes da saude. Depois, com o mesmo sorriso satisfeito nos labios, volta-se para o futuro Marquez de Tamandaré:

— Obrigado, commandante. E numa allusão trocadilhistica ao proprio nome e ao do official argentino: Até que afinal tenho *esporas* para as minhas *botas!*

UM ESPORTE AMAZONICO

Quando ainda primeiro tenente, Tamandaré permaneceu cerca de dois annos no Pará, de 1835 a 1837, durante o periodo da *Guerra dos Cabanos*. Commandava o *Cacique*, brigue veleiro que por mais de uma vez desempenhou papel saliente nas peripecias dessa lucta e no qual o futuro marquez confirmou as brillhantes qualidades de marinheiro, adquiridas na Campanha Cisplatina.

Estacionando aqui e alli, ás margens do Tocantins, do Xingú ou do proprio Amazonas, o unico desporto a que se podiam entregar as guarnições dos navios, nos seus momentos de lazer, era a natação. Tamandaré, ou melhor, o tenente Marques Lisboa, nascido á beira-mar e naufrago já uma vez, da *Maceió*, era emérito nadador. Competindo com os indigenas atravessava os rios a nado, vencendo ás vezes grandes correntezas e não raro utilizando-se de um só braço enquanto que o outro, fora d'agua, sustinha roupas, armas ou outros objectos. Sempre altruista, certa vez salvou de morrer afogado, deante de Cametá, ao então tambem primeiro-tenente Francisco Manoel Barroso

da Silva, mais tarde vencedor do Riachuelo, e de outra feita, no rio Mojú, arrancou das garras de enorme polvo um marujo de seu navio, prestes a ser immobilizado pelos tentaculos do cephalopode.

Um domingo, depois da segunda tomada de Oeiras pelas forças legaes, em Setembro de 1836, estava o *Cacique* fundeado em frente a esta villa. Aproveitando o descanso, depois do quarto d'alva, Marques Lisboa sahiu num escaler com alguns officiaes e marinheiros, para assistir a uma caçada de jacarés de que elle tivera noticia, feita pelo processo usualmente empregado naquelles logares. Era pouco adeante, numa volta remançosa do rio onde havia uma especie de enseada. Chegaram, abicaram o escaler na praia de areias muito claras, ainda remexidas das tartarugas nocturnas, e misturaram-se a uns tantos nativos já alli á espera do primeiro jacaré. Quando este surgiu, mansamente, para o afago costumeiro do sol, um caboclo desempenado atirou-se á agua, a provocal-o. Foi uma luta rapida e violenta em que a intelligencia venceu a força bruta.

Marques Lisboa já ouvira falar desse esporte emocionante, e agora que o presenciara sentia-se irresistivelmente attrahido a pratical-o. Assim, mal terminara a primeirá façanha do dia, elle se declarou disposto a uma experiencia, enfrentando por sua vez outro hydrosaurio. Muniu-se da pequena liaste de madeira aguçada nas duas extremidades,

única arma para o singular combate, e, sem ouvir os conselhos prudentes dos que o rodeavam, atirou-se ao rio. Nadou, ágil, veloz. Lá adiante, imóvel, a habuiar, emerge a cabeça pretalhona de um jacaré. Deve ser dos maiores. Mas o caçador estreante não o teme; enfrenta-o, desafia-o. O monstro como que não lhe dá importancia a principio. Logo em seguida, porém, subitamente enraivecido, avança para o temerario, as compridas fauces escancaradas. Rapido, o adversario desvia-se. Seu braço direito, todavia, estendido para diante, some-se bocarra a dentro do caimão amazonico. As duas orlas de dentes agudissimos rebrilham um instante ao sol, as mandibulas se contraem. Ha um *frisson* na assistencia. Teria sido decepado o braço do audacioso? Não. No interior da bocca immensa, um movimento rapido da dextra collocara na vertical a haste, mantida até então horizontalmente; de modo que as mandibulas ao se estreitarem, na violencia do abocanhar, apenas encontraram duas pontas afiadas, nellas se encravando fortemente. Uma rabanada furiosa sacode columnas d'agua a distancia. O jacaré, ferido e impotente, agita-se em movimentos repentinos, desordenados, ora desaparecendo num mergulho para surgir logo em seguida, ora deslizando velozmente á superficie para estancar de subito, como estranho barco de corridas obedecendo a um timoneiro maluco.

Emquanto isso o nadador se approxima da praia em grandes braçadas, levando consigo a resistente corda de embira cuja extremidade ficou ligada á haste, na bocca do amphibio.

O jacaré amortece os movimentos, deixa-se arrastar para terra quasi immovel, vencido, os dois olhos immensos e esbugalhados a devassarem tudo, dir-se-ia com odio e desespero.

O jovem commandante iniciara-se com exito no novo esporte perigosissimo. E ao olhar admirado da caboclada indigena, e aos cumprimentos dos collegas e subordinados sorria, satisfeito. Nem se lembrava de que tinha estado, ainda ha pouco com a vida por um fio...

UM EPISODIO DA "SABINADA"

Já em fevereiro de 1832 explodira na Bahia, em S. Felix, um movimento republicano que proclamando a independencia da provincia deu ao governo regencial não pequeno trabalho para ser debellado. O que rebentou na noite de 6 para 7 de novembro de 1837 na propria capital bahiana e que passaria á historia com o nome de "Sabina-das" (1), assumiu, porém, caracter muito mais sério.

Durante muito tempo foi crença geral que essa revolução tivera, como a de S. Felix, feição republicana, acreditando-se mesmo na proclamação, então, da *Republica Bahiense*. Hoje, no entanto, depois de estudos mais aprofundados do assumpto, e principalmente á luz da documentação apresentada ao Instituto Geographico e Historico da Bahia pelo erudito historiador dr. Braz do Amaral (2), sabe-se que o objectivo em parte alcançado da re-

(1) Assim chamado por ter sido o dr. Sabino Vieira a alma do movimento e o chefe de facto da revolução.

(2) Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia — Numero especial — 1909.

volução de 1837 foi apenas a separação da provincia *durante a menoridade de D. Pedro II.*

Victorioso o movimento desde o inicio pela adhesão do povo e das tropas de terra, foi convocada a Camara Municipal e imposta aos vereadores uma acta já previamente lavrada em que, declarando-se a separação da provincia, nomeava-se a Innocencio da Rocha Galvão, João Carneiro da Silva Rego e Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, respectivamente presidente, vice-presidente e secretario do novo estado livre, além de outras disposições menos importantes.

Achando-se Rocha Galvão nos Estados Unidos, assumiu a presidencia o vice-presidente João Carneiro da Silva Rego, que, organizando ministério algum tempo depois, e tomando de prompto medidas de ordem geral, deu aos negocios internos da provincia o andamento caracteristico das nações autónomas, a que não faltavam, para as necessidades da defesa, exercito e força naval.

No porto, no dia 7 de novembro, achavam-se os brigues *Tres de Maio* e *29 de Agosto*. Foi para bordo deste ultimo que se recolheu o presidente da provincia, desembargador Francisco de Souza Paraiso, acompanhado de varias outras autoridades e familias, indo o navio, nesse mesmo dia, fundear perto da barra. No dia seguinte, o vice-presidente em exercicio intimou o commandante do' *Tres de Maio* a não movimentar seu navio sem au-

torização do governo, pois que a Bahia se havia constituído em estado independente: mas apesar dessa intimação o navio suspendeu de onde estava e, hostilizado embora pelas fortalezas do Mar e da Gambôa, foi reunir-se ao 29 de Agosto.

A cidade ficou em poder dos revolucionarios.

* * *

No dia 11, procedente do Pará com escala por Pernambuco, entrou no porto o palhabote *Brasília* a cujo bordo, como passageiros, seguiam para o Rio de Janeiro varios officiaes desligados da força naval estacionada em Belém. Mal fundeou no porto, o *Brasília* foi aprisionado pelos revoltosos.

Ora, entre aquelles officiaes vinha o capitão-tenente Joaquim Marques Lisboa. O futuro Marquez de Tamandaré não era homem que pudesse, em qualquer situação, permanecer inactivo. O perigo como que o attraia fortemente, facultando-lhe energias sempre renovadas. Apesar de doente, pois que se dirigia ao Rio de Janeiro para tratamento de sua saude, deparou ensejo de prestar serviço ao governo, e prestou-o, decididamente, arriscando, como em outras tantas vezes, a propria vida.

Em terra, obrigado a contemporizar com os revoltosos por não poder regressar ao seu navio, estava o primeiro tenente José Moreira Guerra.

— Vamos apoderar-nos de um dos navios rebeldes? — propoz-lhe Marques Lisboa.

— Estou prompto para tudo, retruca o tenente Guerra. Para quando a empreza?

— Para esta noite mesmo.

— E qual delles?

— A canhoneira n. 1. Combinado?

— Combinado.

Os officiaes legalistas apertam-se as mãos e seguem, cada um para o seu lado.

Era o dia 12 de novembro de 1837. Mal anoiteceu, sem mesmo esperar a chegada do outro official que se demorara um pouco, Marques Lisboa dirige-se para bordo da canhoneira n. 1, armada com dois rodizios e tripulada por 60 homens. Recebido ao portaló pelo mestre, a este declara, energico:

— Sou o capitão-tenente Marques Lisboa e trago ordem do governo para assumir o commando desta canhoneira.

Nenhuma objecção lhe sendo opposta, entrou desde logo a providenciar, na demonstração practica do homem de acção que sempre foi. Chegado pouco depois, o tenente Moreira Guerra foi investido das funcções de immediato.

E o navio levanta ferros, navegando rumo da barra.

Na noite sem estrellas a pequena canhoneira nada mais é que um ponto negro, a deslizar sobre as aguas. A vigilancia do forte do Mar percebe-a,

no entanto, e um tiro de peça intima-a a não proseguir.

A voz de Marques Lisboa se alteia:

— E' a canhoneira n. 1. Por ordem do governo vamos proceder a um reconhecimento.

Ha um silencio inquietante. Mas logo depois a sentinella responde:

— Pode seguir! Convem não se approximar muito da barra, para não ser presentida pelo inimigo.

A canhoneira segue calmamente, e, calmamente, fundeia junto aos navios da esquadra legal, a que se incorpora.

* * *

Dias depois, aggravando-se seus padecimentos, Marques Lisboa continuou sua viagem para o Rio. Ao ser debellada definitivamente a revolta, porém, já elle estava de novo na Bahia; e tomou parte na celebre "batalha dos tres dias" — 14, 15 e 16 de março de 1838 — sendo designado depois da victoria para commandar a escuna rebelde *Cabocla*, que em homenagem á data de retorno da provincia ao dominio da lei, passou a chamar-se *16 de Março*.

A REVOLUÇÃO PRAIEIRA

Quando o vapor *D. Affonso*, no dia 1.º de fevereiro de 1849, aportou a Recife procedente do velho mundo, a cidade vivia um instante de emoção e desassocego. A revolução praieira, iniciada a 7 de novembro do anno anterior, attingia á sua phase culminante.

O brigadeiro José Joaquim Coelho, commandante das armas, attrahido dias antes por um ardid, deixara a capital da provincia com o fito de atacar os rebeldes concentrados em Agua Preta. Estes, no entanto, que já dominavam em varias localidades do interior, desampararam enquanto isso aquella posição e marchavam resolutamente sobre a capital então quasi desguarnecida.

Só ás 10 horas desse dia é que o presidente Manoel Vieira Tosta recebia aviso dessa occorrença tão grave e, sem perda de tempo, preparou a resistencia determinando as providencias necessarias e percorrendo, em pessoa, os pontos guarnecidos pelas tropas e voluntarios ás suas ordens. O commando da praça do Recife foi entregue ao coronel José Vicente de Amorim Bezerra, que por seu turno passou a agir activamente.

Era portanto um dia de grande agitação o em que chegou a Recife o primeiro grande navio a vapor adquirido para a nossa esquadra. O capitão de mar e guerra Joaquim Marques Lisboa, seu commandante, foi desde logo posto ao par da situação pelo seu collega capitão de fragata Joaquim José Ignacio, futuro Visconde de Inhauma, que exercia o cargo de commandante da força naval ali estacionada. Homem de acção, ao apresentar-se pouco depois ao presidente Tosta, o futuro Marquez de Tamandaré foi-lhe logo declarando estar disposto a tomar parte activa na luta. Embora a sua escala no porto visasse apenas o reabastecimento de mantimentos e combustiveis para seu navio, como militar e patriota achava de seu dever cooperar, decididamente, com os meios a seu alcance, para a defesa da ordem e das autoridades constituidas.

Era um auxilio quasi providencial que chegava, trazido ademaes por um homem que, como Marques Lisboa, além de valente e capaz, tinha já bastante experiencia dessa especie de luta.

No dia 2 de fevereiro, ás 5 horas da manhã, iniciou-se o combate. Os rebeldes, fortes de 2000 homens e em duas columnas commandadas respectivamente pelo capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira e pelo official de igual posto, reformado, João Ignacio Ribeiro Roma, investem simultaneamente a capital uma pelos Afogados e a outra pe

lo bairro da Boa Vista. A primeira columna, dada a sua manifesta superioridade numerica, conseguiu penetrar na cidade, e occupou varias ruas do bairro de Santo Antonio, ameaçando o palacio do governo. Ahi foi que se fez sentir a acção dos imperiaes marinheiros e fuzileiros navaes, commandados em pessoa por Marques Lisboa, que os desalojaram dessa posição.

Na Soledade as tropas rebeldes encontraram uma resistencia heroica tendo sido morto em combate, nesse sector, um dos orientadores e um dos chefes mais graduados da revolta, o desembargador e deputado Nunes Machado.

Cerca de duas horas da tarde o brigadeiro Coelho, entrando inesperadamente na cidade em marcha forçada, fez decidir a favor dos legaes a victoria que para estes já se pronunciava.

Relatar aqui a acção desassombrada e efficientissima das forças navaes, quer as de desembarque, quer as que agiram de bordo dos navios, seria alongar por demais este capitulo. O exemplo veio de cima: Marques Lisboa e J. J. Ignacio, longe de determinarem a outros o posto de sacrificio deante das balas inimigas, assumiram elles proprios o commando de sua gente, dando assim o exemplo edificante de valor e de patriotismo que assignalam os chefes authenticos, correndo par a par de seus commandados os mesmos perigos e as

mesmas vicissitudes da luta tremenda, quasi corpo a corpo.

Os brigues *Canopo* e *Calliope* e o cutter *Esperança de Beberibe*, postados em frente ao Arsenal de Guerra, evitaram a invasão deste e a da Thesouraria, “protegeram o movimento das tropas legaes e a regular communição com esses e outros pontos, desalojaram os rebeldes de algumas casas de onde hostilizavam os legaes, cortando e impedindo, por fim, a fuga dos mesmos” (Jeronymo de Mello — *Chronica da Rebelião Praieira*).

O pessoal da *Euterpe*, da *Urania* e do *Pirajá* que, com aquelles outros navios já citados, compunham a força naval, encarregou-se da passagem do armamento e cartuchame para o Arsenal de Guerra, bem como do serviço de recebimento e guarda dos prisioneiros.

A Marinha emfim, como em todos os momentos criticos da vida nacional, cumpriu o seu dever.

Em relação a Marques Lisboa, eis o que o commandante superior da Guarda Nacional, coronel Francisco Jacintho Pereira, que commandava as forças de Santo Antonio, dizia em sua parte official ao brigadeiro Coelho: “Passando a designar os individuos cujos serviços relevantes testemunhei, principio pelo bravo e intelligente capitão de mar e guerra Joaquim Marques Lisboa, commandante do vapor de guerra *Affonso*. Este benemerito official, amestrado em dobellar a anarchia

em varias cidades do imperio, muito me coadjuvou por sua intrepidez e sangue frio, e mais ainda pelas acertadas medidas que me suggeriu com a sua consummada experiencia”.

O presidente da provincia, por sua vez, dirigindo-se em officio a Marques Lisboa, assim se exprimiu: “Sr. capitão de mar e guerra graduado Joaquim Marques Lisboa, commandante do vapor *Affonso*. Illmo. Sr. Tendo eu observado pessoalmente o muito digno e louvavel comportamento que V. S. teve no combate de hontem, quando no momento o mais critico o encarreguei de dirigir o ataque contra os rebeldes que já se haviam apoderado de parte do bairro de Santo Antonio e invadiam as ruas proximas á praça do palacio, apresso-me a dirigir a V. S. os louvores e agradecimentos de que se faz digno, asseverando-lhe que muita satisfação terei em fazer subir ao conhecimento de S. M. o Imperador os relevantes serviços que V. S. prestou, e que em grande parte concorreram para a brilhante victoria que alcançaram as armas da legalidade. Deus guarde a V. S. — Palacio do Governo de Pernambuco, 3 de fevereiro de 1849 — *Manoel Vieira Tosta*”.

No correr do combate do dia 2, Marques Lisboa teve occasião de evidenciar mais uma vez o seu feitio moral: energico e valente na hora do perigo; magnanimo deante do inimigo vencido. Conta o almirante Henrique Boiteux (*Nossos Al-*

mirantes, 1.º vol.) que “ao pronunciar-se a derrota dos praieiros, dois delles foram feitos prisioneiros e sem mais processo além do ditado pelo encarniçamento da luta e pelo odio gerado, já postados ao angulo de uma praça, esperavam do pelotão da legalidade a sentença proferida, que era o fuzilamento. Nisso, á frente de um pelotão, desembocava o commandante Marques Lisboa, o qual vendo semelhante barbaridade, correndo, foi-se collocar entre o pelotão prompto a disparar e os infelizes, intimando aquelle a baixar as armas. Tomou os prisioneiros, mandou-os para bordo, e salvou-os, assim, da morte”.

O Governo Imperial, reconhecido aos serviços que vimos de assignalar, elevou Marques Lisboa a dignitario da Ordem Imperial do Cruzeiro.

SALVAMENTO DA NAU PORTUGUEZA “VASCO DA GAMA”

Marques Lisboa foi sempre, em toda sua vida, um homem de iniciativa. Nunca titubeou para dar uma ordem ou para tomar uma resolução. Levado pelo espirito marinheiro, pelo patriotismo ou pelo sentimento de solidariedade humana, que nelle era aprimorado, agia sempre de prompto, quaesquer que fossem as circumstancias a enfrentar. O caso do salvamento da nau portugueza *Vasco da Gama*, que vamos relatar, é typico.

O *D. Affonso*, commandado por Marques Lisboa, achava-se fundeado no porto do Rio de Janeiro. Na madrugada de 5 de março de 1849 cae, de repente, violenta tempestade. Na entrada da barra, com a mastreação desarvorada pelo furacão, sem governo e á mercê das vagas alterosas que a ameaçavam de sossobro, foi avistada ao amanhecer a nau portugueza *Vasco da Gama*.

Por sua propria conta, isto é, sem que houvesse recebido ordens para isso, mas guiando-se apenas pelo proprio instincto de humanidade e de solidariedade marinheira, o commandante brasileiro-

ro faz accender os fogos do seu navio, levanta ferros e vae tentar salvar o barco lusitano.

O mar, porém, como já ficou dito, era de grandes vagas, o tempo tempestuoso, e a tarefa em vista assumia, por isso mesmo, aspecto de quasi impossivel realisação. Foi debalde que o *D. Affonso*, lutando com a violencia do mar, tentou passar os cabos de reboque ao navio portuguez. Um escaler nosso que se arriou sob a direcção do 1.º tenente Lucio de Araujo, mal se tinha desprendido das talhas foi arrebatado pelos vagalhões, salvando-se a tripulação a muito custo.

A *Vasco da Gama* estava com os cabrestos, gurupés e mastros arrebetados; perdera os escaleres quasi todos. De modo que os esforços realizados de parte a parte resultaram improficuos.

O commandante brasileiro, no entanto, não se entibia, não desfallece no desejo e no esforço de salvar aquelle navio e aquellas vidas. No dia seguinte recomeça a luta. E só ás quatro horas da tarde, quando o temporal amainou um pouco, foi possivel, enfim, passar-se os cabos de reboque.

A's seis horas da tarde, quando as sombras da noite já invadiam a Guanabara, o *D. Affonso* entrou a barra trazendo, a reboque, a *Vasco da Gama*.

O governo de Portugal concedeu a Marques Lisboa, por esse feito, a commenda da Ordem da Torre e Espada, e a colonia portugueza, aqui do Rio, offereceu-lhe uma espada de ouro.

TAMANDARÉ E O CONSELHEIRO PARANHOS (1)

A proposito do seu penultimo artigo aqui escripto, intitulado *O Visconde do Rio Branco* e inserto na edição de 14 do corrente, o nosso companheiro M. Paulo Filho recebeu do escriptor Prado Maia a seguinte carta:

“Meu caro Sr. M. Paulo Filho: Li, com a attenção que merece e o encanto que sempre proporciona quanto lhe sae da penna erudita, o seu bello artigo de sexta-feira sobre a personalidade fascinante do Visconde do Rio Branco. Li-o encantado, como disse, mas fiquei, depois da leitura, com um travo de amargura no coração. Porque o senhor, com a autoridade de conhecedor profundo da nossa historia, não devia reeditar uma accusação injusta ao character e á dignidade do legendario Marquez de Tamandaré.

Não é verdade que Tamandaré, na celebre questão do Uruguay, tenha creado os maiores embaraços á acção do Conselheiro Paranhos, de quem era, até, amigo particular. O que houve foi um

(1) “Correio da Manhã”, 20-10-1932.

conflicto de competencia, lamentavel por certo, mas que teve origem nas instrucções dispareas do gabinete Furtado a um e outro desses dois grandes brasileiros, e não no orgulho ou no impulsivismo do marquez.

Como todos sabemos, quando o Conselheiro Saraiva deixou Montevideo após a apresentação do *ultimatum*, os negocios da guerra e da diplomacia ficaram entregues a Tamandaré, a cujo arbitrio coube o modo pelo qual deveriam ser feitas as annunciadas represalias.

O caso do *Villa del Salto* attraiu para nós, como consequencia, as manifestações mais ostensivamente hostis dos *blancos*; a suspensão do *exequatur* aos consules, a queima dos tratados, e desacato á nossa bandeira. Outro homem, sem a noção devida de patriotismo, talvez ficasse boquiaberto deante dos arreganhos allucinados dos partidarios de Aguirre. Tamandaré não. Energico, creado na escola da altivez, acostumado desde menino a venerar como reliquia sagrada a bandeira de sua patria, elle não poderia deixar de encarnar, como de facto encarnou, nessa conjunctura, o partido exaltado que não mais admittia meias tintas senão uma attitude radical, decidida, unica compativel com os brios nacionaes offendidos. Estavamos num declive. Já muito, já demasiadamente contemporizara o Brasil. E dahi, inevitavelmente, o bloqueio de Paysandú e Salto, a alliança com

Flores, a investida contra a cidadella de Leandro Gomes.

Tamandaré não foi feliz, por exemplo, na tão decantada confidencial ao corpo diplomatico. E' que naquelle tempo os officiaes de marinha não dispensavam grande attenção, como hoje, ás questões de direito internacional. Mas se errou, fel-o de boa fé, com intenção de acertar. Não sendo politico, como tantos outros seus collegas de farda, tanto se lhe dava que estivesse no poder o partido liberal como o conservador. Porque, como marinho e patriota, elle servia ao Brasil e ao Imperador.

Por isso mesmo, quando Paranhos chegou ao Prata o almirante não lhe creou quaesquer embaraços, como varios autores têm affirmado e como cré o senhor. Apenas, não o reconheceu como superior, a quem devesse contas de seus actos, e isto pela razão muito simples de o futuro Visconde do Rio Branco ter sido acreditado, plenipotenciario tão sómente junto ao governo de Buenos Aires. Demais, ainda quando o Conselheiro livesse levado poderes para tambem agir junto ao governo montevideano, não teria o almirante motivos para modificar seu modo de agir porque estava convencido, de longa data, que "um general em chefe, desde que começaram as operações de guerra, é o unico competente para decidir da opportunidade e condições de paz".

Essa opinião elle a manifestou francamente a Paranhos, e dahi a necessidade, que este sentiu, de ter sua autoridade augmentada sendo tambem acreditado junto ao governo da Republica Oriental. E foi quando, sem o conhecimento de Tamandaré, o Ministro dos Estrangeiros, João Pedro Dias Vieira, enviou-lhe os *plenos poderes* que lhe garantiram ascendencia sobre o commandante das forças navaes.

Quem, nisso tudo, agiu menos elogiavelmente, foi decerto o governo, representado pelo gabinete de 31 de agosto. Porque não esclareceu devidamente a cada um dos nossos principaes agentes no Prata o papel que lhes competia desempenhar na acção a desenrolar-se. Em "A Convenção de 20 de Fevereiro" escreve o Conselheiro Paranhos: "A questão do Visconde (Tamandaré) não era com o diplomata; era com o Governo Imperial, ou, se o preferem, com o Ministro dos Negocios Estrangeiros, o qual conferira-me uma missão que o Almirante julgava competir-lhe, e, até, que de feito lhe estava commettida".

Até ás vespersas da capitulação de Montevidéo Tamandaré desconhecia a verdadeira funcção, que competia a Paranhos, de director politico da guerra. Por isso negou-lhe competencia para negociar a paz. "Desde que alleguei estar habilitado com plenos poderes firmados por Sua Majestade o Imperador — escreve ainda o primeiro Rio Branco

— o senhor Visconde de Tamandaré desistiu da sua reclamação, declarou que já se não queixava de mim, mas sim do Governo Imperial; teve até a delicadeza de dispensar a exhibição da minha carta de plenos poderes. O incidente terminou, e por nós ambos foi logo communicado ao Governo Imperial, para que providenciasse quanto ao futuro”.

De modo que o pedido de demissão de Tamandaré, por fim, significou apenas o justificado melindre de um depositario de confiança que, inesperadamente, se vê desautorado. Se o ministro Dias Vieira tivesse scientificado o Almirante da sua verdadeira situação, nada disso aconteceria, porque o typo mais representativo da nossa marinha, como militar que sempre foi, não sabia apenas mandar, sabia também obedecer.

Releve-me o tempo que lhe roubei e creia-me patricio admirador — *Prado Maia*.

A AMIZADE DE TAMANDARÉ E BARROSO

Joaquim Marques Lisboa, futuro almirante Marquez de Tamandaré, e Francisco Manoel Barroso da Silva, futuro almirante Barão do Amazonas, conheceram-se rapazotes, aqui no Rio, na época em que o Brasil inteiro se agitava, de norte a sul, na ansia de conquistar sua independência política. Barroso era lisboeta; mas tendo vindo para o Brasil aos tres annos de idade, com seus paes, quando da transmigração da familia real portugueza para as nossas plagas em 1807, considerava-se tão brasileiro quanto seu collega, natural da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Destinando-se ambos á vida do mar, frequentavam juntos a aula de inglez do padre Guilherme Tilbury, á travessa de S. Francisco esquina da rua do Cano (actual 7 de Setembro), e de logo uniu-os amizade estreita e fraterna que se prolongou pela vida em fora, sem jamais soffrer interrupção.

Desde os primeiros aos mais altos postos da carreira militar-naval, varias vezes estiveram elles

reunidos na mesma commissão. Assim nas lutas da Independencia, na Cisplatina, na revolta dos Cabanos, na Campanha do Uruguay, na guerra contra Lopez. Pesar de dois annos mais moço, Tamandaré foi sempre o mais antigo, ou mais graduado. Mas entre elles, como não raro acontece com outros, a differença de sorte na carreira não lhes trouxe arrefecimento á amizade, que o tempo fortalecia e consolidava. A alguém que, certa vez, allegava a condição de portuguez de Barroso, retorquiu Tamandaré com calor: “Portuguezes eramos todos nós antes de 1822; elle é mais brasileiro do que muitos aqui nascidos, porque se bateu pela independencia da nossa terra!”

Em 1836, ambos primeiros-tenentes, serviam, Tamandaré e Barroso, na força naval que operava contra os *Cabanos*, no Pará. Tamandaré commandava o brigue *Cacique*; Barroso commandava o *Brasileiro*. O futuro Marquez, emerito nadador, convidou certa vez o amigo para explorar em sua companhia pequena ilha proximo a Cametá, no rio Tocantins. Aceito o convite, atiraram-se os dois á agua e alcançaram a ilha. Na volta, porém, a correnteza do rio tornara-se mais forte; Barroso sentiu-se impotente para vencel-a, foi perdendo as forças, estava prestes a afogar-se. Percebendo num relance a situação, Tamandaré approxima-se do companheiro para soccorrel-o, mas este lhe diz, desalentado: *Deixa-me ficar; salva-te*. Marquez

Lisboa, porém, não era homem que abandonasse a alguém em perigo, muito menos a um amigo. Retruca-lhe, energico: *Segura-te no meu hombro e não faças movimento algum*. E, em braçadas vigorosas, em breve alcançava o portaló do *Cacique*. Barroso, depois disso, costumava dizer: "Devo a vida em primeiro lugar a meus paes, em segundo ao Lisboinha". Lisboinha era o tratamento que elle dava, na intimidade, a Marques Lisboa.

Barroso constituiu familia em Montevidéo e ahí commandava, em 1864, no posto de Chefe de Divisão, a força naval brasileira. No periodo mais intenso e melindroso das nossas reclamações contra o governo de Aguirre, o Governo Imperial designou a Tamandaré para o commando em chefe dessas forças, accrescidas de novos elementos. Tamandaré, já barão e vice-almirante, chegou á capital uruguaya em meados de maio desse anno e, assumindo o commando, não quiz prescindir dos serviços de Barroso, e este, num rasgo de desprendimento e de verdadeira comprehensão do dever militar, não se sentiu diminuido passando de commandante da esquadra a chefe de estado-maior de seu velho amigo. E foi melhor assim, porque, depositario da absoluta confiança de Tamandaré, tão depressa se iniciou a guerra contra Lopes, foi por elle designado para o posto de maior destaque propriamente militar, qual o bloqueio ás Tres Boccas, com as divisões avançadas da nossa esqua-

dra, e, assim, no Riachuelo, pôde cobrir-se de louros.

Quando Tamandaré deixou o commando da esquadra, após o desastre de Curupaity e consequente divergencia com Mitre, Barroso foi designado para substituí-lo. Allegou, porém, doença e regressou ao Rio com o amigo, no mesmo navio. O imperador foi recebê-los e abraçá-los a bordo. A bordo, com elles, no dia da chegada, almoçou o Conselheiro Affonso Celso, depois Visconde de Ouro Preto, então Ministro da Marinha.

Barroso obteve reforma do serviço activo em 1873, no posto de almirante, e fixou residencia definitiva em Montevidéo. Não obstante, vinha de quando em quando ao Rio. Sempre que isso acontecia, hospedava-se elle na casa de Tamandaré, cujos filhos o queriam tanto quanto o pae e lhe davam, até, o tratamento de tio.

A ultima viagem do heroe do Riachuelo foi em 1882. Convidado pelo governo para assistir ao lançamento ao mar do cruzador *Barroso*, construido no Arsenal de Marinha do Rio, elle deixou o aconchego do seu lar, velho, alquebrado, quasi cego de todo, e veio. Foi recebido com honras excepcionaes. Ao Ajudante General, cargo hoje correspondente ao de Chefe do Estado Maior da Armada, expediu o Ministro da Marinha o seguinte aviso: "Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios da Marinha, 12 de abril de 1882. Annuindo ao pedido que me foi di-

rigido pela distincta officialidade da marinha, resolvei que a fragata *Amazonas* vá ao encontro do paquete que deve conduzir a este porto o almirante Barão do Amazonas. Na fragata seguirão o almirante Visconde de Tamandaré e os officiaes que quizerem prestar as devidas homenagens ao benemerito vencedor de Riachuelo. Nesse sentido queira portanto V. S. expedir suas ordens. Deus guarde a V. S. — *Bento Francisco de Paula Souza*".

Assim, para a ultima consagração que teve em vida, foi Barroso recebido pela sua mesma capitanea no grande prelio do Riachuelo — a fragata *Amazonas*, nos braços do seu melhor amigo e chefe de então — Tamandaré. Aliás, quem não percebeu, nisso tudo, o dedo do Marquez?

De regresso a Montevideo, a 2 de agosto do mesmo anno, Barroso deixava de existir. Tamandaré ainda lhe sobreviveu 15 annos. Ao primeiro o povo, e sobretudo a tenacidade do Ministro Alexandrino de Alencar ergueram, no Russel, imponente estatua de bronze. Tamandaré ainda espera a sua, porque o busto da praia de Botafogo está longe, muito longe do merecimento e do rol de serviços prestados á nação durante uma existencia inteira, da Independencia á Republica, pelo maior dos nossos generaes de mar!

DIA DO MARINHEIRO (1)

A ephemeride que a Marinha hoje commemora assignala o nascimento de Joaquim Marques Lisboa, almirante e Marquez de Tamandaré.

Nascido á beira-mar, na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Tamandaré ingressou na marinha na occasião em que a marinha se organizava, após o grito do Ypiranga. Quer dizer, quando a marinha, em verdade, nascia. Contava dezeseis annos quando, na qualidade de voluntario — praticante de piloto — se apresentou ao bravo commandante Taylor, a 4 de março de 1823, a bordo da fragata *Nictheroy*.

Desde logo, numa exuberancia precoce de qualidades positivas, ninguem mais habil nem mais prompto na manobra, ninguem mais dedicado ao serviço, ninguem mais destemeroso deante do perigo!

Foi descobrindo-lhe com o olhar frio de inglez experimentado essa predisposição ingenita para a arte da guerra, que o nosso 1.º Almirante Lord

(1) Conferencia irradiada do studio da P. R. A. 9 — Radio Sociedade Mayrink Veiga, a 13 de dezembro de 1933.

Cochrane, recommendando-o ao imperador Pedro I, dizia:

— “Majestade, aquelle senhor será o Nelson brasileiro!”

De facto, desde os primeiros tempos de vida maruja, revelou-se Marques Lisboa o typo de lenda em que se transformaria mais tarde: bravo e altivo, justo e magnanimo como um cavalleiro medioevo; e de uma simplicidade, de uma tal pureza de habitos que ainda aos noventa annos podia dormir sobre uma taboa com um jogo de dictionarios por travesseiro e regar elle proprio, cada manhã, após o banho frio indispensavel, as rosas do seu jardim!

Sua vida militar é — como nenhuma outra — rica de episodios bellissimos, cada qual mais evidenciador da sua coragem, da sua competencia profissional, do seu espirito recto, do seu profundo sentimento de solidariedade humana.

Depois de tomar parte activa nas luctas da independencia e de perseguir até á embocadura do Tejo a esquadra lusa no cruzeiro da *Nictheroy*, seguiu elle para essa rude escola de bloqueios e combates que, no dizer do almirante Jaceguay, foi a Campanha Cisplatina.

Ahi, como official, vamos encontral-o aos dezenove annos no commando da escuna *Constança*, e vemos iniciar-se a serie de proezas audazes que

assignalam, como marcos gloriosos, as etapas de sua existencia.

Em março de 1827, no desastre da Patagonia, Marques Lisboa, com o remanescente da nossa força, caiu prisioneiro do adversario. E a 16 de agosto desse mesmo anno, mettido no porão do brigue argentino *Anna*, seguiu com mais 92 companheiros para as prisões do rio Salado. Como escolta do *Anna* seguiam as corvetas argentinas *Chacabuco* e *Ituzaingo*.

Apenas o brigue montou a barra, Marques Lisboa põe á prova sua coragem e seu espirito de iniciativa. Revoltando seus companheiros, domina a guarnição do navio, aprisiona o commandante e assume, elle proprio, o commando. Isso de modo tal, com tal presteza que os navios da escolta não percebem a mudança, continuando a divisão a navegar com o destino indicado. Ao apresentar-se momento asado, porém, faz o *Anna* rumo a Montevideo, onde, apezar da perseguição tenaz dos dois navios argentinos, consegue entrar no dia 29.

Naufrago da *Maceió* na expedição á bahia de San Blas, vemol-o em seguida distinguir-se em todos os combates, avultando o travado entre a escuna *Bella Maria*, de seu commando, e o brigue escuna argentino *Ocho de Febrero*, commandado pelo valente major Thomaz Espora, combate que durou dez horas consecutivas e durante o qual só do costado argentino, segundo Garcez Palha, fo-

ram disparados 900 tiros, terminando pela rendição do adversario.

Na captura do corsario *Gobernador Dorrego*, um dos lances finais da Campanha Cisplatina, a Marques Lisboa, no dizer do almirante Henrique Boiteux, couberam tambem as glorias do dia.

Voltando ao paiz, tomou parte em todas as luctas do periodo agitado da regencia — Abrilada, Guerra dos Cabanos, Balaiada, Sabinada, Guerra dos Farrapos — bem como na revolução praieira, em Pernambuco, já no governo de Pedro II, e em todas teve acção destacada, ora no commando de navios, ora no commando de forças, mais de uma vez cooperando para a pacificação nacional com o grande Lima e Silva, Duque de Caxias — o pacificador pór excellencia.

Para demonstrar o espirito de abnegação de Tamandaré cito dois factos.

Uma vez, em Liverpool, o nosso primeiro grande navio a vapor, o *D. Affonso*, sob seu commando, sahiu barra fora para experiencia de machinas. A seu bordo, entre outras pessoas de distincção, os príncipes de Joinville, os duques de Aumade, o ministro do Brasil em Londres e o chefe de divisão Greenfell e sua familia. De repente, avista-se um navio a arder em chammas, necessitando de soccorro urgente. O *D. Affonso*, porém, estava com os paioes atonetados de polvora e munição de toda ordem, de modo que seria quasi loucura tentar

o salvamento. Que fazer, todavia? Assistir impassível á morte horrível de centenas de creaturas? O commandante não vacilla. Approxima-se, arria escaleres, um marujo decidido leva a nado a espia salvadora que é ligada ao navio incendiado, e a tripulação e passageiros deste, na sua quasi totalidade, são restituídos á vida!

Outra vez, estava o mesmo *D. Affonso* fundeado no porto do Rio de Janeiro. Cae violenta tempestade. Na entrada da barra, com a mastreação desarvorada pelo furacão, sem governo e á mercê das vagas que a ameaçavam de sossobro, foi avistada a nau portugueza *Vasco da Gama*. Sem aguardar ordem de especie alguma, guiando-se apenas pelo proprio instincto de humanidade e de solidariedade marinheira, o commandante faz levantar ferros e vae tentar salvar o barco luso. O mar, porém, como já foi dito, era de grandes vagas, o tempo tempestuoso. Mas, mesmo assim, o commandante brasileiro luta durante 24 horas com a furia dos elementos e, no dia seguinte, afinal victorioso, entra no porto com o navio desarvorado a reboque.

Isso no commando. Individualmente, agindo apenas como homem, não era menos intrepido. No Pará, durante a revolta dos Cabanos, salvou certa vez de morrer afogado, deante de Cametá, ao então 1.º tenente Francisco Manoel Barroso, futuro heroe do Riachuelo, e noutra occasião fez o mes-

mo a um marinheiro de seu navio, que, ao tomar banho, deixara-se envolver pelos tentáculos de enorme polvo.

De regresso do Pará, doente, aportou á Bahia em novembro de 1837, quando esta provincia ardia no incendio da "Sabinada". O palhabote *Brasilia*, em que elle viajava com varios outros collegas, foi aprisionado pelos revoltosos. Marques Lisboa não perde a calma e logo concebe um projecto audacioso. De combinação com o tenente José Moreira Guerra, apresenta-se a bordo de uma canhoneira rebelde e declara ir assumir-lhe o commando de ordem do governo. Não encontra resistencia. Pouco depois chega o tenente Guerra que assume as funcções de immediato. Então o navio levanta ferros e, com grande espanto das fortalezas e da propria guarnição, vae fundear calmanente junto aos navios da força legal, a que se incorpora.

Aqui no Rio, uma vez, em noite de temporal, elle se dirigia a uma pharmacia para comprar certo medicamento urgente de que necessitava sua esposa. Ao passar pela praia de Santa Luzia, ouviu pedidos de soccorro, vindos do mar. Esquecendo a urgencia do remedio e a sua propria posição social, pois já alcançara os bordados de chefe de divisão, atira-se resolutamente á agua e, emerito nadador, enfrentando as furias do oceano, salva,

um por um, a dois pobres pretos, tripulantes de um bote que virara...

Sempre assim, abnegado e altruista. Tamandaré galgou todos os postos, exerceu todas as comissões de importancia dentro da marinha, crescendo cada vez mais no conceito da classe, que o venerava.

Onde, porém, sua figura mais avulta, assumindo proporções extraordinarias e gigantescas, foi na Campanha do Uruguay e no seu desdobramento natural — a Guerra contra o Paraguay. Commandante em chefe das nossas forças navaes estacionadas em Montevidéo, quando o Conselheiro Saraiva deixou esta cidade após a apresentação do celebre ultimatum, Tamandaré ahi ficou como arbitro supremo, respondendo simultaneamente pelos negocios da guerra e da diplomacia. A elle coube a tarefa ardua de executar as represalias a que a não acceitação das justas exigencias brasileiras por parte do governo de Aguirre, imperativamente nos obrigavam. E Tamandaré não se arreceou de chamar a si as responsabilidades tremendas de uma luta que o proprio governo brasileiro prote-lava, mas que o pundonor nacional, mas que o brio offendido da nação exigiam como solução unica! Creado nessa escola de altivez que é a marinha, acostumado a venerar desde menino, como reliquia sagrada, a bandeira de sua patria, elle não poderia deixar de encarnar, como de facto encar-

nou, então, o partido que não mais admittia meias tintas, senão uma attitude radical, decidida, unica compativel com a nossa dignidade. E dahi, inevitavelmente, tudo o que aconteceu depois.

Criticado, negado, incomprehendido por muitos, elle emergiu do incidente, no entanto, quando a serenidade voltou aos espiritos, cercado de maior prestigio e consideração. O proprio governo, além de mantel-o no commando das forças navaes brasileiras no Prata, elevou-o á dignidade de visconde.

Marinheiro, vivendo integrado na marinha a que dedicou todas as vehemencias e todas as ternuras do seu coração e do seu espirito, Tamandaré tornou-se em vida o seu typo mais representativo, e, depois de morto, a sua gloria mais legitima! Foi um dos poucos, senão o unico que, de simples voluntario, pôde subir ao posto culminante de sua classe, o peito ornado de condecorações, barão com grandeza, visconde, marquez, tendo todas as suas promoções por merecimento!

Entrando para a marinha com a independencia, a republica ainda o encontrou, octogenario mas forte, em pleno serviço activo! E na manhã de 17 de novembro de 89, ao regressar de bordo da *Parnahyba*, onde fôra levar suas despedidas ao imperador deposto, houve alguém que o interpellou, no Arsenal de Marinha, a respeito da mudança politica. Tamandaré, cuja dedicação a Pedro II

era bem conhecida, apenas respondeu num gesto de familiaridade amiga, a physionomia cheia a um tempo de austeridade e de doçura:

—“O que está feito, está feito; cuidemos de trabalhar e engrandecer a nossa patria!”

E' que elle, em sessenta e sete annos de actividade militar, e em todos os transes bonançosos ou criticos da sua existencia, sempre collocou a patria acima de tudo!

Bem inspirado, portanto, o acto do ministro Alexandrino de Alencar escolhendo o dia 13 de dezembro, data do nascimento de Tamandaré, para ser festejado annualmente, pela corporação naval, como o *dia do marinheiro*. Porque, em verdade, Tamandaré não foi apenas o maior dos nossos marinheiros: na dedicação á patria, na lealdade em servil-a, no espirito de sacrificio, elle symbolizou a propria marinha do Brasil!

III PARTE

ATRAVÉS DA HISTORIA NAVAL
BRASILEIRA

A VIAGEM DA CHARRUA “LUCONIA”

Nos momentos de eclosão nacional, quando os animos se exaltam e os caracteres se descontrolam no ardor das paixões políticas, pequenos incidentes assumem, por vezes, proporções extraordinárias. Foi o que aconteceu em principios de novembro de 1823, aqui no Rio. A Constituinte, orientada pelos Andradas, divorciara-se por completo do Imperador. O sentimento nativista se accentuava decisivamente. Funda barreira de divergencia, senão de odio, separava brasileiros e portuguezes. A imprensa opposicionista, por intermedio de o *Tamoyo*, e de a *Sentinella*, accendia labaredas no espirito inflammavel das multidões.

Foi num ambiente tal que a 5 de novembro, sob a assignatura de “Brasileiro Resoluto”, a *Sentinella* publicou um artigo violento contra os officiaes portuguezes da guarnição. Attribuido esse artigo ao boticario David Pamplona Corte Real, foi este, em sua pharmacia no Largo da Carioca, agredido, maltratado e quasi morto por dois officiaes do Regimento de Artilharia. Ao envés de recorrer á policia, como seria natural, o offendido

se dirigiu á Assembléa Constituinte onde a voz de Antonio Carlos logo se alteou, vibrante de indignação, propondo fossem banidos do imperio os offensores.

A exaltação dos animos chegou ao auge. O imperador exige da Assembléa a expulsão dos Andradas. Esta, com a cooperação do povo e em sessão permanente, ameaça transformar-se em Convenção Nacional. As tropas, tomando o partido de D. Pedro, deslocam-se do centro da cidade para S. Christovão. Explicações são pedidas ao governo e não vêm satisfactorias.

Afinal, com o Imperador á frente, as mesmas tropas marcham para o Campo de Sant'Anna; dahi uma brigada se destaca e cerca completamente o edificio da Assembléa. O general Moracs penetra então no recinto e lê o decreto de dissolução. Era o dia 12 de novembro de 1823.

Foram immediatamente presos os deputados José Bonifacio, Martim Francisco e Antonio Carlos (os tres irmãos Andradas), Montezuma, Belchior Pinheiro e José Joaquim da Rocha. Antonio Carlos, ao passar em frente ao canhão apontado para a entrada do edificio da Assembléa, tirou o chapéo e, fazendo uma reverencia, disse com ironia: *respeito muito o seu poder*. José Bonifacio, sendo apupado pela populaça ao ser conduzido ao Arsenal de Marinha, exclamou para o general Mo-

raes, que o acompanhava: *Hoje é o dia dos moleques.*

Ficaram todos no Arsenal de Marinha, donde mais tarde foram transferidos para a fortaleza da Lage.

* * *

Em reunião ministerial do dia 15 de novembro ficou resolvida a deportação desses presos, e, para transportal-os ao estrangeiro, escolheu-se a charrua *Luconia*.

Vejamos até aonde pode chegar o odio politico alliado ao espirito de vindicta. Era commandante da *Luconia* o 1.º tenente Antonio dos Santos Cruz, brasileiro nato. Substituiram-no immediatamente pelo 2.º tenente Joaquim Estanislau Barbosa, portuguez de nascimento, e official de pessimo comportamento. Por que? Porque os ministros haviam concertado um plano diabolico e, para a execução do mesmo, necessitavam de um homem como o tenente Estanislau.

Tal plano era o seguinte. As instrucções escriptas entregues ao commandante da *Luconia* determinavam fossem os presos politicos desembarcados no Havre. A este porto francez, portanto, deveria fazer-se a rota de destino. No entanto, instrucções verbaes mandavam que, ao envés disso, o commandante arribasse a Portugal. O proposito é clarissimo. Os politicos deportados seriam presos e encarcerados pelas autoridades portuguezas.

A idéa, como foi dito, era dos ministros, inclusive o da Marinha, Villela Barbosa, mas nenhum delles se achou com coragem bastante para submittel-a á approvação do Imperador. Então foi incumbido dessa missão o proprio commandante da *Luconia*. “Este — relata o Commandante Lucas Boiteux (1) — sob o pretexto de agradecer a D. Pedro a sua nomeação, foi ao paço e em conversa lembrou ao Imperador o machiavelico plano, dizendo: *Se V. M. consente nisso, eu prometto fazel-o de modo que salve a responsabilidade de todos*. D. Pedro, apesar de voluvel, guardava no peito sentimentos de nobre cavalheirismo, e não admittiu tão negra infamia, respondendo: *Não! não consinto, que isto é uma perfidia!* — e voltou-lhe as costas”.

* * *

A *Luconia* partiu do Rio de Janeiro a 24 de novembro. Levava a seu bordo, segundo Rio Branco (“*Ephemerides Brasileiras*”), os tres Andradas, Montezuma (depois Visconde de Jequitinhonha), Belchior Pinheiro de Oliveira, José Joaquim da Rôcha, todos deputados da Constituinte dissolvida, e os dois irmãos Vasconcellos de Drummond, um dos quaes, nas *Anotações* á sua biographia,

(1) “A Marinha de Guerra Brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I” — Imprensa Naval, 1913.

deixou-nos interessante depoimento sobre este facto.

Apesar da repulsa do Imperador, o commandante Estanislau Barbosa levou avante o plano dos ministros e fez o possivel para que a charrua caisse em poder dos portuguezes. Tres longos mezes durou a travessia. O rumo visava de preferencia a aproximação das costas portuguezas. A' noite, porém, o commandante se recolhia e a navegação era entregue ao immediato, 2.º tenente José Joaquim Raposo. Este official, então, fazia o contrario, isto é, mudava o rumo de modo a diminuir a possibilidade de encontro com navios lusitanos. Decerto por isso, a *Luconia* pôde passar incolume, indo arribar ao porto de Vigo, na Espanha. O governo portuguez reclamou ao espanhol, immediatamente, a entrega do navio, e dois de seus vasos de guerra — a corveta *Lealdade* e o brigue *Tejo* — ficaram pairando, cá fora, á espera da sahida da charrua brasileira, para aprisional-a. De facto, deante da pressão exercida pelo governo portuguez, as autoridades espanholas exigiram a partida da *Luconia*. Então os politicos deportados, mais os marinheiros brasileiros, apoderaram-se á mão armada do navio e impuzeram ao commandante a sua vontade. José Bonifacio entendeu-se com o consul francez, e, tambem devido á interferencia do ministro inglez Canning, os illustres brasileiros foram afinal postos em liberdade.

A *Luconia* ahi mesmo no porto de Vigo foi desarmada, depois vendida, tendo seu commandante, officiaes e tripulação voltado ao Brasil onde o primeiro delles foi submettido a conselho de guerra.

DEFESA HEROICA DA “IMPERATRIZ”

O almirante William Brown, commandante em chefe da esquadra argentina durante a Campanha Cisplatina, não era homem que esmorecesse deante do primeiro insuccesso. Os revêzes mais sérios — e não foram poucos os que elle soffreu nos tres annos dessa lucta — os revêzes mais sérios como que o predispunham para novas arremettidas contra o adversario temivel que o cercava sempre por todos os lados, impedindo-lhe os movimentos. Por isso mesmo na tarde daquelle dia — 27 de abril de 1826 — depois do ataque mallogrado á Colonia do Sacramento onde perdera o *Belgrano* e do combate infeliz do dia 11 em que fôra batido e obrigado a fugir, elle determinava as ultimas providencias para um novo commettimento audacioso. Durante a noite seria tomado por abordagem um dos navios brasileiros. E o escolhido era precisamente a fragata *Nictheroy*, do commando de James Norton, contra quem remordia o almirante fundo despeito e não menor desejo de vingança.

Tudo estava preparado por mão de mestre, carinhosamente, desveladamente, e nem o mais in-

significante detalhe fôra esquecido. Os marinheiros destinados á abordagem — escolhidos a dedo entre os mais valentes e robustos — já haviam recebido camisetas brancas para se differençarem dos nossos, e já estavam devidamente industriados e treinados sobre o que deveriam fazer no momento preciso; calafates e caldeireiros tinham sido designados para, ao primeiro instante, pregar as escotilhas e cortar as amarras do navio abordado; o pessoal das gaveas recebera pistolas e granadas de mão para, do alto, melhor alvejar a nossa gente.

Sahido de Buenos Aires um dia antes com seis de seus melhores navios, Brown fizera realizar nessa tarde o ultimo exercicio, com resultado excellente; e ao communicar as ultimas disposições a Thomas Espora, seu capitão de bandeira, cruzando em passos energicos o tombadilho da capitanea, elle esfregava as mãos, risonho, visivelmente satisfeito. Tinha como certo o feliz exito do emprehendimento planejado.

* * *

Ao cair da noite suspenderam os navios argentinos das proximidades do banco Ortiz, onde se achavam, e velejaram com destino a Montevideo, em cujo porto estava fundeada a nossa esquadra. Iam na seguinte ordem: corveta *25 de Mayo* (capitanea), brigues *Independencia*, *Republica*, *Balcarce*, *Congresso* e escuna *Sarandi*.

Ora, regressando de uma viagem a Maldonado, a fragata *Imperatriz* fôra fundear á terra de toda a esquadra brasileira, em frente ao forte de S. José, afim de arriar e refrescar o apparelho. Seu commandante, o bravo e illustrado capitão de fragata Luiz Barroso Pereira, immediato de Taylor no celebre cruzeiro da *Nictheroy*, não olvidara todavia as precauções aconselháveis na emergencia, e conservou seu navio preparado para qualquer eventualidade.

Noite clara, de luar bellissimo. Cerca de 11 horas e 45 minutos o cabo de quartos da *Imperatriz* dirige-se ao 1.º tenente Lucio de Araujo, official de serviço, e previne-o da approximação de seis navios. A principio, dado o socego que se notava nos demais navios brasileiros, o official não quiz acreditar se tratasse de inimigos; um marinheiro de nome Ivadish, aprisionado pouco antes na Colonia, reconhece, entretanto, a capitanea de Brown, e logo a guarnição foi acordada sem ruido, acorrendo todos a seus postos de combate.

— “Aonde está fundeada a *Nictheroy*?”—pergunta Brown em inglez, com o auxilio do portavoz, ao approximar-se da *Imperatriz* que elle suppunha ser a fragata americana *Doris*.

— “Na mesma direcção, mais á frente!”—responde-lhe no mesmo idioma o voluntario Mariano Rosquellas, indicando a corveta ingleza *Tweed*,

Os navios argentinos seguem no rumo indicado; mas, verificada a burla, viram de bordo, em contra-marcha, e a 25 de Mayo descarrega seus canhões sobre o navio brasileiro. Este já estava inteiramente preparado para o combate. Em vão, porém, seu bravo commandante tenta enfrentar o inimigo a vela: a primeira descarga inutilizara-lhe o velame, cortara-lhe os cabos de laborar. Com o auxilio do leme, entretanto, ora orçando, ora arribando, evita o *Independencia* que tenta a abordagem pela prôa e descarrega cerrado tiroteio sobre a capitanea buenairense que lhe enfiara o gurutés pela almeida da pôpa, esmagando-lhe um escaler. A luta se desenrola encarniçada, em lances de heroicidade e de bravura. O segundo-tenente Lopes da Silva, chefe do destacamento de abordagem, desdobra-se com a sua gente numa actividade pasmosa. Lucio de Araujo, imperturbavel, na mesa do traquete, desafia a peito descoberto as furias do inimigo, cujas fileiras vae desfalcando com certos tiros.

Nó mais acceso da peleja sobreven-nos desgraça irremediavel. O commandante Barroso Pereira, attingido por uma bala em pleno peito, tomba nos braços do homem do leme. Mas ainda morrendo elle revela a tempera do verdadeiro patriota. Alteia o busto ferido e brada á marinagem que o adorava: *Não se assustem camaradas, não foi nada!* Substitue-o incontinentemente o capitão-tenente Ra-

bello da Gama, immediato, e já agora ha uma chamma nova a animar os defensores da fragata que ansiavam vingar a morte do seu commandante.

Deante da resistencia heroica, Brown reconhece irrealizavel o seu intento, e resolve interromper a lucta. O gageiro da gata, porém, passa o chicote do braço grande pelo gurupé da *25 de Mayo* e conserva-a mais algum tempo sob o fogo cerrado da nossa fuzilaria bem como dos dois guardas-leme, enquanto a bateria toda responde arduosamente ao fogo das demais unidades argentinas.

Uma hora e quinze minutos durava o combate quando o inimigo bate em retirada, precipitadamente, pois os outros navios da esquadra brasileira se approximavam attrahidos pelo ribombar dos canhões.

A' frente delles, destemeroso, vinha Norton com a sua garbosa *Nictheroy*. Fôra-se o ensejo de, mais uma vez, medir forças com Brown. Este, porém, não perderia por esperar...

COMBATE DE LARA-QUILMES

O grande adversario de Brown durante a Campanha Cisplatina não foi, como se poderá supôr, nem o almirante Rodrigo Lobo — primeiro commandante em chefe da nossa esquadra, nem o futuro Barão do Rio da Prata, almirante Pinto Guedes — que o substituiu pouco depois. O grande e temível adversario de Brown foi James Norton, capitão de fragata no começo da lucta e capitão de mar e guerra do transcorrer até o finalizar desta.

E é facil explicar porque. O almirante Lobo, salvo na refrega de 9 de fevereiro de 1826 em que, na *Liberal*, trocou tiros com a capitanea argentina, esteve sempre afastado dos recontros, inactivo, vacillante, e cinco mezes decorridos do inicio das hostilidades era destituído do commando para responder a conselho de guerra. O almirante Pinto Guedes, por sua vez, logo depois de empossado no cargo passou a dar nova organização á esquadra, que ficou dividida em quatro divisões: a primeira, sob o seu proprio commando, constituia a linha de bloqueio exterior, do largo; a segunda, commandada por James Norton, era encarregada do

bloqueio interior; a terceira, sob as ordens de Sena Pereira, tinha por missão a guarda de Martin Garcia e da Colonia do Sacramento, bem como o policiamento dos rios Uruguay e Paraná; a quarta, finalmente, formada dos navios em reparos, era a chamada divisão de reserva e permanecia em Montevidéo.

Como se está vendo, á divisão de Norton coube o bloqueio interno e, conseguintemente, era elle quem mantinha o contacto tactico com o inimigo, vigiando-o de perto.

A 23 e a 25 de maio (1826) os argentinos deixaram o porto de Buenos Aires, provocados pelos nossos, mas, travada a luta, prestes a elle de novo se recólheram com avarias diversas, mortos e feridos. Apesar disso, no dia 11 de junho aventuraram-se de novo ao oceano, sendo porém mais uma vez batidos, obrigados a fugir, e só não foram totalmente destruidos devido ao grande calado dos nossos navios, aos bancos que infestavam a entrada do porto e á pouca profundidade do respectivo canal de accesso.

Depois desta *famosa accion del 11 de junio*, cerca de dois mezes permaneceu Brown em Buenos Aires, immovel e silencioso, pezar de sua bravura e audacia. Ao largo do porto, cruzando, lá estava a segunda divisão da nossa esquadra — capitanea a *Nictheroy* — prompta para o que desse e viesse.

Ora, no dia 29 de Julho a esposa de Norton,

D. Elisa Bland, viera de Montevideo visital-o a bordo. Talvez no desejo de proporcionar á consorte um espectáculo inedito, o bravo marujo veio fundear seus navios nas balizas exteriores, num gesto de franco desafio aos buenaienses.

Brown, então, resolve atacar-nos. Reuniu os commandantes a bordo da sua capitanea, expoz-lhes o seu plano de cortar a linha brasileira e envolver a nossa vanguarda entre dois fogos, e, á tardinha, a esquadra argentina põe-se em movimento, rumo do oceano. Cerca de dez e meia da noite a *25 de Mayo* abalroa a nossa escuna *D. Paula* que guardava a sahida. Presentidos assim os vasos inimigos, abriram os nossos fogo contra elles, sendo logo iniciada a perseguição. Dada a escuridão da noite, porém, que não permittia distinguir amigos de inimigos, Norton interrompe-a pouco depois, fazendo o signal de *União* para os nossos navios.

Ao amanhecer de 30 de Julho defrontavam-se de um lado os nossos: *Nictheroy, Maria da Gloria, Itaparica, Maceió, Caboclo, Pirajá, 29 de Agosto, Leal Paulistana e Liberal*, esta ultima algo distanciada; e, de outro, os argentinos: *25 de Mayo, Congresso, Independencia, Republica, Balcarce, Oriental-Argentino, Sarandi, Pepa* e, mais afastadas, nove canhoneiras.

No seu interessante trabalho sobre "A Marinha de Guerra Brasileira nos reinados de D. João VI

e D. Pedro I”, eis como relata este encontro o erudito historiador naval senhor capitão de mar e guerra Lucas Boiteux:

“As 6 1/2 horas da manhã puzeram-se as duas esquadras em movimento com pequena brisa de léste; navegando os nossos com prôa a léssueste a contra-bordo da linha inimiga. O brigue *Pirajá*, collocado entre as duas linhas, iniciou o combate mandando uma valente bordada aos argentinos. Os nossos continuavam a avançar e depois de ganharem barlavento, viraram por d’avante e, em rapida e acertada manobra, cortaram a linha inimiga, aproveitando a occasião em que esta virava em roda e procurava orçar com amuras a boresic. Batida de perto pelos fogos da *Nictheroy* e *Caboclo* a capitanea inimiga metteu em chcio e deitou a fugir. Deante deste bello resultado os outros navios inimigos se apavoraram, fugindo o *Congresso* para Punta Lara, seguido de perto pelo *Republica*. O *Independencia* e o corsario *Oriental-Argentino*, perseguidos pelos nossos, fizeram força de vela e conseguiram alcançar os Pozos. Os covardes abandonavam assim impunemente a 25 de Mayo á furia da nossa artilharia. A *Nictheroy* e a *Maria da Gloria* metteram a capitanea inimiga entre dous fogos e a crivaram de balas, seguidos de perto pela *Liberal*, 29 de Agosto, mais veleiros e de menor calado. A *Leal Paulistana*, veleira escuna, seguia na esteira da corveta inimiga batendo-lhe a pôpa com

seus pequenos canhões. O *Caboclo* foi obrigado a suspender a caça, pois teve o seu bravo commandante ferido gravemente. A *Liberal*, de pouca marcha, distanciava-se aos poucos; a *Itaparica* no ataque que levava aos brigues inimigos desarvorara do mastaréo do velacho; o *Pirajá*, por sua vez, manobrava desastradamente ficando fóra do campo da luta. Eram 10 1/2 da manhã e o combate proseguia encarniçado. A capitanea inimiga, desarvorada, fugia a bom fugir, perseguida sempre de perto pela *Nichteroy*, *Maria da Gloria*, *29 de Agosto* e *Leal Paulistana*.

“La carniceria espanta — narra um escriptor argentino. Apenas hay brazos para retirar los muertos y los heridos de que estan sembrados los puentes que, rebozando en sangre, principian yá a derramalo por los enbornales.”

“Repentinamente o *29 de Agosto* abandoná a caça; era ferido gravemente seu denodado commandante. A *Sarandi*, dando um nobre exemplo de heroismo, procura auxiliar a sua capitanea que, tendo arribado tudo e já com vento pela alheta, procurava refugio nos bancos. A *Maria da Gloria*, tendo tocado no fundo, não poudo continuar na caça. A *Maceió* e o *29 de Agosto* faziam força de vela na perseguição dos brigues inimigos. Não podendo os nossos continuar a perseguir a almiranta inimiga, que só velejava com o traquete, o velacho e a rabeca, por se ter mettido entre os bancos, esta

poude escapar, sendo cercada pelas canhoneiras, e foi encalhar no banco de la Ciudad. Alguns vasos inimigos, na precipitação da fuga, foram encalhar no banco de Camarones.”

Às 11 horas fez Norton o signal de suspender a caça e de reunião. Tínhamos pequenas avarias no material, 6 mortos e 24 feridos entre os quaes o bravo Greenfell, commandante do *Caboclo*, que perdeu o braço direito. Mas os argentinos tinham experimentado um dos maiores revêzes da campanha. Sua capitanea, a corveta *25 de Mayo*, ficou reduzida a tão misero estado que nunca mais poude sair, sossobrando pouco depois, vergastada por um pampeiro.”

Conta-nos ainda o commandante Boiteux que a esposa de Norton assistiu do convés da *Nictheroy* a todo o combate, com uma calma e sangue frio admiraveis. O que elle não conta, porém, nem nenhum outro historiador, é que terminada a lucta, quando os esposos se encontraram a sós na camara da capitanea, D. Elisa tenha aconchegado ao seio, carinhosamente, a cabeça escaldante do marido... No entanto, é provavel que o tenha feito. As mulheres dos heroes sabem que a doçura feminina é o refugio macio, o balsamo suavizador para as asperezas de todas as luctas...

A ABORDAGEM DO “RIO DA PRATA”

Primeiro anno da Campanha Cisplatina. 15 de Novembro. O vento soprara rijo, o dia todo, do quadrante sul. Depois viera a chuva, uma chuva intermittente, ora fina como poeira esparsa que se diluisse, ora violenta, em bategas grossas que caiam no convés como marteladas. De qualquer modo, porém, fria, friissima.

O vasto estuario do Prata alteava-se em montanhas ou afundava-se em precipicios liquidos e as ondas avançavam para os navios apostando corrida, de começo baixinhas, rez-vez ao mar, logo depois crescendo, crescendo, até se despejarem nos costados ou nos convéses, impetuosa, fragorosamente. Outras passavam, formidaveis de altura, e iam arrebenatar na praia...

O commandante Lamego Costa, do brigue *Rio da Prata*, suspendeu com seu navio, foi abrigar-se do temporal ao noroeste da ilha de Gorriti, na entrada de Maldonado. Ahi o impeto das ondas era menor, o navio não seria tão castigado.

Veio a tarde. Baixou a noite. Com o escurecer, o tempo amainou um pouco, o vento deixou

de assobiar no massame. Devagar, chegou a hora do silencio e do recolhimento, hora em que o marujo — na macca de lona ou no beliche de ferro — antes de fechar os olhos no somno, deixa o pensamento fugir num vôo caricioso ás plagas proximas ou remotas do passado... E então lembram-se o recanto patrio do nascimento, os sitios predilectos da infancia, os entes queridos... E então, muita vez, sem a gente dar por isso, um sulco liquido nos corta a face, põe-nos um gosto de sal no canto da bocca...

Tres horas da madrugada. Agora o silencio era completo, no navio. Apenas o olhar dos vigias se alongava mar em fora, perscrutando como um pharol a escuridão. A guarnição dormia. As ondas quebravam mansas na linha d'agua do brigue.

De repente, o vigia da prôa corre ao official de quarto, guarda-marinha Diogo Ignacio Tavares;

— “Seu” Tenente, escutei um rumor de remos nesta direcção; parece de escaleres que se approximam.

O official estirou o olhar no rumo indicado semicerrado os olhos como os myopes para ver melhor, e apurou o ouvido. De facto, um rumor chegava, distincto, de remadas leves. E umas silhuetas de barcos, mais negras ainda do que a noite começaram a distinguir-se.

São embarcações inimigas. É o celebre corsario francez Cezar Fournier, a soldo dos argenti-

nos, que vinha abordar o brigue nacional, como, mezes antes, fizera o proprio Brown com a fragata *Imperatriz*.

— Acorde rapidamente a guarnição, ordena o official ao vigia, e que todos, sem o menor rumor, corram a seus postos de combate! Foi elle proprio prevenir o commandante e acordar os demais officiaes.

Dez minutos depois, se tanto, todos tinham occupado seus postos. Era tempo. Oito baleeiras e um lanchão, com cerca de duzentos homens, rodeavam, já, o brigue.

O commandante Lamego ordena o fogo. Ha uma confusão terrivel nas baleeiras, que se afastam. Seus tripulantes não esperavam por isso. O lanchão, porém, onde estava Fournier, aborda o navio pela prôa. Um bando aguerrido, com sabres e machadinhas, investe sobre os defensores do lenho patrio. Torna-se feroz a lucta corpo a corpo. Os aggressores levam, de começo, vantagem. Avançam pelo convés, chegam á meia-nau. Mas a reacção se estabelece, prompta. O commandante do brigue, 2.º tenente José Lamego Costa, seus irmãos Jesuino e Firmino Lamego Costa, ambos voluntarios, o guarda-marinha Tavares, o escrivão, o commissario, o cabo Manoel José Vieira, animam a resistencia. Os invasores estacam agora, baqueiam, recuam, atiram-se pelas bordas dentro d'agua, fogem espavoridos deante da valentia dos

nossos. No lanchão, aprisionado, só escapa com vida um marinheiro, norte-americano de nascimento.

Durava uma hora, já, o combate. Mas o comandante não se contentou com repellir a abordagem. Largou a amarra por mão, velejou em perseguição dos fugitivos, e mettu a pique, ainda, algumas das baleeiras. Fournier conseguiu salvar-se, a nado.

Nós ficámos com dois mortos, tres moribundos que falleciam pouco depois, doze feridos dos quaes tres gravemente. Os inimigos perderam 120 homens.

Referindo-se depois a este combate, na sua parte official ao governo, escrevia o Barão do Rio da Prata: "Parece factu milagroso, por extraordinario, mas é verdadeiro".

O MARUJO DESCONHECIDO

(Episodio da Campanha Cisplatina)

Depois do combate do monte Santiago, a 7 e 8 de abril de 1827, a esquadra argentina ou, melhor, os remanescentes da esquadra argentina alli desbaratada, pouco ou quasi nenhum trabalho deram aos nossos navios. Em compensação, os corsarios, armados por ordem ou incitamento do governo de Buenos Aires, trouxeram-nos numa verdadeira dohadoura.

Gente sem religião e sem lei, aventureiros de toda casta apenas orientados pela cubiça, não se limitavam elles a agir contra os nossos navios de commercio exigindo por isso mesmo assidua protecção dos de guerra, mas atacavam, até, num crescendo de audacia inconcebivel, os proprios elementos da esquadra imperial.

Um dos mais audaciosos desses corsarios foi o *General Brandzen*, armado com 12 canhões, duas caronadas de 8 e quatro de 22, cuja tripulação era toda composta de norte-americanos e inglezes. Commandava-o o capitão George de Kay, bravo e perito marujo bretão.

Sahido de Buenos Aires a 24 de junho de 1827, o *General Brandzen* cruzou durante cerca de um anno ao longo da costa brasileira, sendo repellido varias vezes mas conseguindo, de outras, realizar algumas presas, depredando o nosso commercio maritimo.

Nos primeiros dias de setembro de 1827 chegou a Recife a noticia de sua approximação de Pernambuco. Para combatel-o, fez-se immediatamente á vela o brigue de guerra *Cacique*, commandado pelo capitão de fragata Jorge Manson, que então se achava estacionado naquelle porto. No dia 9 os dois navios se defrontam, e o combate se trava, renhido.

Acontecia, porém, que a maior parte da marinhagem do navio brasileiro era constituida de mercenarios estrangeiros, desprovidos por isso mesmo da noção de patriotismo que é, como todos sabemos, factor decisivo nos momentos tragicos das batalhas.

Esses marinheiros, em cujos peitos dormitava talvez o instincto de piratas, mostraram-se atemorizados e descontentes, ensaiando desde as primeiras manobras uma indisfarçada resistencia passiva. Assim, quando á voz de commando de Jorge Manson, o *Cacique* descarregou uma banda inteira de bala e metralha sobre o inimigo, este, lepido, nada soffreu. E' que os traidores haviam apontado para o ar os nossos canhões.

Emquanto isso, percebendo a confusão reinante, o corsario manobrava para a abordagem e descarregava seus canhões, ininterruptamente, sobre o lenho brasileiro. Cairam mortos cinco homens, inclusive o segundo piloto, e mortalmente feridos, entre outros, o immediato, segundo tenente Carlos Frederico Xell, e o contra-mestre do navio, que assumira as funcções de official de quarto ao leme.

Alguns marinheiros brasileiros tentaram reagir, chefiados pelo commandante, mas nada puderam fazer além de retardar a abordagem durante cerca de meia hora, pois os estrangeiros se recusavam a cumprir ordens, bradando pela rendição.

“Nesta tristissima situação — reza a parte official do commandante Manson — não tendo um só official para me ajudar, e estando incapaz de fazer resistencia em virtude do abandono dos estrangeiros, e achando-se o resto da equipagem com terror panico, o inimigo tomou posse do navio e os estrangeiros quasi unanimemente se passaram.”

* * *

O official argentino nomeado para commandar a presa, entrou a bordo com a arrogancia e a empafia tão characteristics da sua gente. Começou por mandar reunir em um grupo distincto os marinheiros que, por haverem nascido no Brasil, commetteram o crime nobilitante de reagir contra os aggressores de sua patria. E, friamente, com re-

quintes de barbaro nos gestos e nas palavras, foi fuzilando-os elle proprio, um por um.

Não era uma sentença de guerra que se executava: era um assassinio injustificado, covarde, contra o adversario imbellé. Caiu a primeira victima, caiu a segunda, a terceira. Sete marinheiros tombam sem vida no convés do *Cacique*, encharcando-o — como num protesto vivissimo — do sangue rubro dos seus defensores. O official para um momento, remunicia o revolver. As narinas lhe arfam como folle, ardem-lhe chispas nos olhos estrabicos de raiva.

O oitavo marujo, o que agora vae ser alvejado, é um caboclo alto, robusto, fronte larga e olhar intelligente dos jangadeiros do nordeste. Aguardando sua vez, todo elle é uma contensão nervosa como a do felino que se retrae, num accumulo de energias, para o arremesso final do ataque. Pensava comsigo: Morrer todos morrem um dia... O que é preciso é saber morrer... Morrer com dignidade e com honra... Morrer de pé como o jequitibá que o raio attinge em cheio...

— Attenção!

O official levanta o braço, empunhando a arma, para recommençar o morticinio. No mesmo instante, porém, o marujo, num salto incrível, envolve-o fortemente nos braços musculosos, e abraçado com elle, deante da estupefacção geral, precipita-se nas ondas revoltas...

Umas bolhas de ar surgem na superficie do mar. Depois tudo desaparece. As ondas amortallham os dois corpos.

* * *

A historia regista o feito mas não o nome desse marujo. Que importa? Elle symbolizará o marujo desconhecido, tantas vezes malsinado, mas prompto, sempre, em todos os momentos criticos da vida nacional, para o arremesso heroico do desagravo da patria!

APRISIONAMENTO DO CORSARIO “PAMPEIRO”

O Barão do Rio Branco, nas suas tão conhecidas e valiosas “Ephemerides Brasileiras”, publica uma relação minuciosa dos corsarios argentinos armados contra nós durante a Campanha Cisplatina.

Não levando em conta as mudanças de nomes, são perto de cinquenta navios, em geral commandados e tripulados por estrangeiros que, nos tres annos de 1826 a 1828, assolaram as nossas aguas aprisionando ou saqueando varios de nossos navios de commercio e investindo, não raro, contra os proprios navios da esquadra imperial e, até, contra fazendas e estabelecimentos patricios situados nas proximidades do littoral.

Muitos de taes corsarios foram aprisionados, incendiados outros, alguns postos a pique por nossos navios, e varias das capturas effectuadas revestiram-se de peripecias dignas de registro, como, por exemplo, as referentes ao aprisionamento do brigue *Pampeiro*, que passamos a relatar.

Na manhã de 15 de março de 1827 navegava na altura de Cabo Frio, com destino ao Rio de Janeiro,

a fragata brasileira *Izabel*, commandada pelo capitão de fragata Theodoro de Beaurepaire, quando se avista, no horizonte, a silhueta fugidia de um corsario.

A fragata larga o panno todo. A perseguição começa.

O brigue larga tambem todas as velas e, para melhor correr, vae lançando ao mar, uma a uma, dez peças de artilharia. E o dia se passa. Apesar de tudo, porém, a distancia que separa os dois navios vae diminuindo, diminuindo, e ao anoitecer a fragata abre fogo com os cachorros de proa contra o fugitivo, que se não rende ainda, talvez com a esperança de escapar á caça com a chegada da noite.

O mar era de grandes vagas e o vento zunia entre os inflexates e a cordoalha, enfunando as velas, adernando o navio. A's 8 horas da noite, enfim, já ao alcance da artilharia da fragata, o brigue ferrou parte do panno e atravessou a sotavento desta.

Era a rendição. Ahi, então, outra batalha começa, tenaz e violenta, contra os elementos. Vagalhões immensos, que pareciam tragar por vezes os dois navios, alteavam-se, abaixavam-se. A muito custo, num escaler, o commandante, officiaes e 43 praças da guarnição do brigue conseguem passar-se para a fragata, onde se apresentam prisioneiros. Os demais tripulantes não podem fazer o mesmo.

devido ao estado do mar. Dois escaleres nossos vão, successivamente, a pique...

Emfim, o tenente Duarte Martins toma conta da presa e tres dias depois entra com ella no Rio.

O brigue corsario *Pampeiro*... passou a augmentar o numero de navios da esquadra imperial e, algum tempo depois, a 19 de setembro, sob o commando do então 1.º tenente Pedro Ferreira de Oliveira, eil-o que, na altura dos Alcatrazes, se bate valentemente, durante uma noite inteira, contra o seu ex-collega corsario *Triumpho Argentino*. O feitiço, muitas vezes, costuma virar contra o feitiço...

O COMMANDANTE DO “CABOCLO”

Dentre os officiaes estrangeiros contractados para a nossa marinha por occasião da Independencia merece destaque Guilherme James Inglis, “pardo da Jamaica” no dizer do Barão do Rio Branco, que teve inicialmente o posto de segundo-tenente.

Embora não chegasse a almirante, como Taylor, Norton, Greenfell, David Jewett, aliás contractados em postos superiores, elle ascendeu rapidamente a capitão de fragata e decerto attingiria á culminancia da carreira se a morte tão prematuramente o não roubasse ás armas imperiaes.

No primeiro posto de official James Inglis tomou parte nas luctas da Independencia, e desde logo salientou-se pelo destemor deante do perigo, audacia e espirito marinheiro.

Em fins de 1825, já primeiro tenente, foi mandado servir na Campanha Cisplatina. Ahi passou a distinguir-se como commandante.

Havia na esquadra em operações no Rio da Prata um navio celebre: o brigue *Caboclo*. “Açoite dos inimigos no bloqueio”, no conceito do almirante Pinto Guedes, o *Caboclo*, sob o commando

do antigo assistente de Cochrane, John Pascoe Greenfell, sempre se distinguira, até então nos recontros e escaramuças com os elementos de Brown. No combate de 30 de julho de 1826, porém, Greenfell foi gravemente ferido, perdeu o braço direito, e teve de ser substituído no commando.

O escolhido para posto tão honroso foi James Inglis. E elle não desmereceu da confiança do almirante. Em todas as acções da esquadra o *Caboclo* continuou a salientar-se pelo acerto e promptidão das manobras, como pela afoiteza em enfrentar e bater o adversario.

Da mallograda expedição á bahia de San Blas foi elle o unico navio que se salvou. A 7 e 8 de abril de 1827, junto ao monte Santiago, portou-se como um dos mais ardorosos combatentes. E assim a 1 e 15 de fevereiro, 18 de junho e 30 de agosto do ultimo anno da campanha.

Na manhã de 23 de março desse mesmo anno de 1828, estando em cruzeiro no Rio da Prata, avistou o *Caboclo* a segunda divisão da nossa esquadra que, sob o commando do capitão de mar e guerra João das Bottas, dava caça a um navio inimigo. Este corria ao rumo de SE e de quando em quando disparava seus canhões sobre os perseguidores.

Inglis não perdeu tempo. Forçou a marcha do brigue desfraldando todas as velas e ás 11 horas, já na dianteira da divisão, chegava ao alcan-

ce de voz do inimigo, a quem intimou a render-se. Tratava-se do *Niger*, um dos mais audaciosos corsarios armados pelo governo de Buenos Aires. A resposta á intimação brasileira foi uma descarga de canhões.

Travou-se então o combate e o fogo se tornou violentissimo de ambos os lados.

“Por tres vezes o *Niger*, arribando, tentou passar pela pôpa do *Caboclo*; outras tantas, porém, este arriba tambem, conservando-se prolongado com o costado do adversario, na distancia de meio tiro de pistola, até que o obrigou a entregar-se” (Garcez Palha — “Ephemerides Navaes”).

A 24 de maio, em companhia do *Niger* já incorporado á nossa esquadra e commandado pelo seu antigo immediato 1.º tenente Thomaz Craig, Inglis, no *Caboclo*, aprisiona outro corsario argentino — o *Feliz*. E a 24 de agosto, com a *Bertioga* e a *Rio da Prata*, persegue durante 16 horas e afinal vence e aprisiona em combate renhido mais um outro — o *Gobernador Dorrego*.

Referindo-se a Inglis dizia o Barão do Rio da Prata em officio ao Ministro da Marinha: “Em todo o sentido perfectissimo official. E’ sempre o primeiro e quem tira os melhores resultados. E é tal a opinião geral, que nem os seus camaradas se declaram emulos. São tantas as occasiões em que este homem se tem distinguido, que me obrigaram a despachal-o capitão de fragata; embora

fosse capitão-tenente ha pouco, elle tem-no ganhado em guerra activa e sem deixar nunca duvidosos a sua honra, valor e intelligencia”.

Em apenas cinco annos de serviço, pois, ascendera Inglis de segundo-tenente a capitão de fragata.

E é ainda neste posto, em 1835, quando commandante da força naval estacionada em Belém, que a morte o arrebatou.

Na madrugada de 7 de janeiro desse anno, como todos sabemos, explodiu no Pará a revolução conhecida por *Guerra dos Cabanos*. Os revoltosos, apossando-se do quartel do batalhão de caçadores e do palacio do governo, iniciaram sua actuação pelo assassinio, entre outros, do presidente da provincia — Bernardo Lobo de Souza, e do commandante das armas — Joaquim José da Silva Santiago.

Inglis pernoitava em terra; mas como tinha noticias do levante projectado, ordenara a bordo que o mandassem buscar immediatamente caso algo de anormal se verificasse na cidade. Assim, quando se ouviu nos navios o tiroteio travado em terra, um escaler atracou ao caes e um marinheiro, altas horas da noite, foi bater á casa do commandante da força naval.

O official saiu logo — relata, segundo Garcez Palha, o historiador dos “Motins Politicos do Pará” — e com uma pistola carregada em cada mão

buscou o escaler. Ninguém encontrou pelo caminho que o informasse sobre a occorrecia.

— Pois hei de ir para bordo sem saber o que ha em terra? — disse elle ao entrar no escaler. E, resolutto, saltou outra vez, caminhando pela travessa de S. Matheus em direcção ao Largo do Quartel. Ao chegar ahi, inquiriu-lhe a patrulha, postada na esquina:

— Quem vem lá?

— E' o commandante Inglis, respondeu elle.

Não teve tempo de proferir mais uma palavra. Um individuo conhecido pelo nome de Domingos Sapateiro, prostrou-o em terra com um tiro.

Inglis ainda disparou suas duas pistolas, porém sem resultado. Deixado como morto, foi depois transportado para casa de um amigo onde exhalou seu ultimo suspiro.

A marinha perdia com a morte d'elle — na opinião do erudito autor das "Ephemerides Brasileiras" — "talvez o melhor marinheiro que então tínhamos".

A BATALHA NAVAL DO RIACHUELO E SUA INFLUENCIA SOBRE O DESTINO DA GUERRA COM O PARAGUAY

Ao observador superficial dos nossos factos historicos parecerá exaggerada a affirmação de que a batalha do Riachuelo exerceu influencia decisiva sobre o desenvolvimento das operações e o desfecho final da guerra a que nos arrastou o despota do Paraguay. Isto porque, travada a batalha a 11 de junho de 1865, a guerra só terminaria, no entanto, quasi cinco annos depois, a 1.º de março de 1870. Como influencia decisiva — perguntarão muitos — se a luta ainda se prolongou por tão longo tempo?

Antes de tudo, precisamos considerar a posição e o valor numerico das forças belligerantes de terra na occasião do recontro naval, bem como, principalmente, a orientação politico-estrategica dos nossos inimigos.

Quando Solano Lopez, com aprisionar ostensivamente o *Marquez de Olinda*, atirou-nos o cartel de desafio para a luta, o Brasil levantou-se estremunhando, pois que era então, como ainda ho-

je, o eterno gigante que dorme. Desprevenido de recursos bellicos, sonhando utopisticamente com as delicias da paz, elle assistiu quasi que estarecido á invasão do seu territorio, sujeitas as populações e cidades fronteiriças aos vexames impostos por uma onda de barbaros, — desde o assassinio frio ao estupro, desde o roubo desenfreado ao talamento dos campos. Deante da situação de facto, appellou-se para o nunca desmentido patriotismo dos brasileiros como o remedio salvador de todos os tempos. E de toda parte accorreram voluntarios. E organizaram-se batalhões. E adquiriram-se armamentos. E encommendaram-se navios. E pensou-se, enfim, na realidade brutal da guerra.

Os nossos alliados do Prata não estavam melhor preparados. De modo que em junho de 1865, as tropas que podiamos contrapor aos invasores eram, em Corrientes, os 6.500 homens dos generaes Paunero e Caceres, e, mais aquem, na Concordia, os 12.000 recrutas de Osorio e Mitre.

E elles — os paraguayos — que apresentavam contra nós? Robles, á frente de um poderoso exercito de 25.000 homens, depois de atravessar o Paraná no Passo da Patria, invadira Corrientes e avançava parallelamente ao grande rio com destino a Entre-Rios. Estigarribia e Duarte, commandando o primeiro uma columna de 7.500 homens e o segundo outra de 3.000, caminhavam em

cada uma das margens do Uruguay rumo da villa brasileira de Uruguayana e da corrientina de Restauracion. As hostes de Barrios e Resquin assolavam Matto Grosso.

Que objectivos guiavam as forças paraguayas? Dirigindo-se a Entre-Rios contava Robles com o annunciado apoio dos *federates* chefiados por Urquiza. Penetrando na Republica Oriental tinha Duarte como certo levantar os *blancos*, inimigos rancorosos do imperio, e com elles constituir a vanguarda do exercito invasor. Resta Estigarribia. Este, invadindo a prospera provincia do Rio Grande, tencionava nella implantar a desordem, e talvez a desaggregação, promovendo um levante de escravos, para mais facilmente conseguir seus objectivos militares.

Nestas condições, para a completa realização do plano de Lopes, apenas faltava a livre navegação do Paraná, que a esquadra brasileira interceptava, impedindo não só o abastecimento por via fluvial ao grande exercito de Robles, como, ademais, ameaçando cortar-lhe a retirada.

Com effeito, quer bloqueando o territorio paraguayano nas Tres Bocas, quer concorrendo effizamente para a retomada de Corrientes, a nossa força naval apresentava-se, além de adversario temivel, como o entrave mais sério a ser vencido no momento.

Dahi deixar Lopez Assumpção e, dirigindo-se a Humaytá, organizar elle proprio a expedição temeraria que resultou no fracasso do Riachuelo. O plano era muito simples. A nossa esquadra, fundeada um pouco abaixo da cidade argentina de Corrientes, compunha-se, no dia 10 de junho, de nove unidades. Lopez escolheu por sua vez nove de seus melhores navios, guarneceu-os com o escol da marinha e do exercito paraguayos, entregando o commando delles ao mais antigo dos seus officiaes de mar, o velho commodoro Mezza, provector conhecedor da navegação do Paraguay e do Paraná. Esses nove navios, partindo de Humaytá na noite de 10, deveriam alcançar a esquadra brasileira na madrugada do dia 11. Cada navio paraguayos abordaria um dos navios brasileiros. Estes, atacados de surpresa, de certo não resistiriam; mas se resistissem, repellindo a abordagem, lá estavam para impedir-lhes a fuga as seis chatas armadas com rodizios de 68 e 80 trazidas a reboque pela força de Mezza e, mais do que isso, a formidavel bateria de 22 boccas de fogo e os 2.000 atiradores dispostos por Bruguez nas barrancas do Riachuelo.

“Acaben com los brasileños pero traigan sus buques intactos para refuerzo de nuestra escuadra!” — foram as ultimas palavras da proclamação de El Supremo aos expedicionarios. Um dos seus navios, porém, o *Yberá*, soffreu um desarranjo nas

machinas e ficou no caminho. As 14 unidades restantes (oito navios e seis chatas), prejudicadas na sua marcha por esse contratempo, só ás nove horas da manhã defrontavam os navios brasileiros.

Parece que o chefe Mezza não se sentiu com coragem para a realização da abordagem em pleno dia encontrando a nossa força, como encontrou, perfeitamente aparelhada para o combate. Dahi a sua resolução de desfilar a toda velocidade pela nossa frente e ir postar-se sob a protecção da artilharia de Bruguez, junto á embocadura do Riachuelo, onde o foi buscar, para derrotal-o, a intrepidez e competencia profissional de Barroso.

* * *

Se nós tivéssemos perdido a batalha é facil de acompanhar o rumo que tomariam os acontecimentos. A esquadrilla paraguaya, descendo o Paraná, faria de Montevideo sua base estrategica de operações. Robles teria o caminho desimpedido, e certamente as sympathias dos entrerrianos pelo Paraguay não se resumiria na demonstração platonica da debandada de Basualdo, senão num apoio mais decidido. Reforços seriam enviados a Estigarribia e a Duarte, e tanto a Republica Oriental como a provincia do Rio Grande seriam dominadas inteiramente.

O pensamento vacilla, atemorizado, ante a perspectiva que se desdobra! Se completamente

isolado do exterior como ficou desde o começo da guerra, pôde Lopez sustentar a luta durante cinco longos annos, obrigando-nos a despesas fabulosissimas e ao sacrificio de cem mil vidas, que não faria elle se attingisse Montevidéo e dominasse de prompto a navegação do Paraguay e do Paraná? A que immensas proporções não attingiria a campanha se a republica mediterranea pudesse receber do mundo inteiro, que a olhava com sympathia, os recursos que o nosso bloqueio não lhe permittiu adquirir? Recebendo da Inglaterra e da França os encouraçados que ahi tinha em construcção quando rebentou a guerra, o arrojo do dictador paraguayano decerto nos viria combater dentro da propria capital do imperio!

Isolado do mundo, o Paraguay, graças a *las onzas de oro* que o ministro Berges distribuia, conseguiu as sympathias de grande parte da imprensa universal. Vencedor no Riachuelo, com a chave do Prata nas mãos, todos os louvores seriam para o joven David — como chegou a ser comparado — que arrostava impavidamente as furias imperialistas do gigante Goliás. . .

Felizmente, porém, fomos os vencedores. E as consequencias tambem não se fizeram esperar. Duarte, pouco depois, em Ytajahy, era fragorosamente batido pela vanguarda do exercito alliado ao mando do general Flores. Estigarribia, isolado em Uruguayana, rendia-se sem dar um tiro. Ro-

bles era obrigado a retroceder da posição occupada, e, mais tarde, a evacuar Corrientes.

A batalha naval do Riachuelo, portanto, considerada sob o ponto de vista das consequências politicas immediatas, teve uma importancia decisiva sobre a sorte de toda a campanha. Sob o ponto de vista militar sua importancia foi ainda mais decisiva, porquanto destruimos o poder naval adversario continuando com o dominio pleno de toda a navegação fluvial.

Resta a descripção da batalha. Esta, porém, está tão viva, no espirito e no coração dos brasileiros, que fora superfluo aqui rememoral-a. Basta dizer que os feitos dos que nella se empenharam de nossa parte — desde o chefe ao menos graduado dos tripulantes — constituem exemplo e padrão de orgullo para as gerações que se succedem. Barroso, Pedro Affonso, Hoonholtz, Greenhalgh, Marcilio Dias, são hoje figuras lidimas de heroes não apenas do Brasil, senão do proprio continente sul-americano!

UM EPISODIO DE RIACHUELO

O Barão de Teffé, nas suas "Memorias", conta-nos um episodio interessantissimo occorrido tres dias depois do memoravel prelio do Riachuelo, isto é, a 14 de junho de 1865.

Como todos sabemos, á *Araguary*, de seu commando, coube acção destacada no desenrolar da batalha. Finalizada esta, não tiveram todavia, navio e guarnição, um momento de descanso.

Na mesma tarde do dia 11, depois de perseguir com a *Beberibe*, até ao escurecer, os quatro desmantelados remanescentes da esquadra paraguaya, a *Araguary* foi retirar de junto do barranco as chatas ahi deixadas pelos fugitivos, indo fundeal-as depois em lugar seguro. Nessa faina permaneceu até alta madrugada.

A 12 soccorria a *Parnahyba* que amanhecera com signal içado pedindo medico com urgencia, fazia enterrar, juntamente com os seus, os trinta mortos daquelle navio, e, em seguida, abordando o *Marquez de Olinda* encalhado do lado do Chaco, aprisionava cincoenta e cinco paraguayos que ainda nelle permaneciam, entre os quaes, mortal-

mente ferido, o commandante Robles, irmão do general do mesmo nome.

Seguindo até onde estava o navio chefe para lhe communicar tal facto, teve ordem de auxiliar o desencalhe do *Jequitinhonha*, serviço em que permaneceu até ao anoitecer de 13, tendo sustentado com a *Ypiranga*, a *Mearim* e a *Yguatemy*, de 2 ás 6 horas da tarde desse dia, o segundo combate com a bateria de Bruguez.

A noite de 13 foi empregada no salvamento da tripulação do *Jequitinhonha* e, executado este serviço, quando contava com um repouso merecido e necessario para si e sua guarnição, recebe o commandante Hoonholtz um bilhete laconico:

— “Suba outra vez ao Riachuelo; queime os navios e inutilize a chata”.

Elle não *estrilla*: cumpre a ordem. Todavia em carta intima ao irmão Fritz, não pode deixar de desabafar: “ O mais moderno da collectividade é sempre o burro de carga!” E’ que elle era o mais joven e o menos graduado dos commandantes...

Bem. Os navios que elle tivera ordem de incendiar eram o *Jequitinhonha*, nosso, e o *Paraguay*, da frota de Mezza.

Ferro em cima, marcha moderada, a *Araguary* se aproxima da embocadura já historica do Riachuelo. Os ingredientes para incendiar os navios estão preparados, o carpinteiro de bordo remenda-a, como possível, o *guig* do commandante,

Então, do passadiço, brada Hoonholtz:

— Preciso de seis homens valentes para uma comissão arriscada; quem o fôr salte á canôal

“Foi uma correria, um zum-zum, uma confusão que se não imagina, escreve o futuro Barão. Todos queriam embarcar, emquanto que a guarnição do *guig*, reclamando a primazia, saltara dentro e não cedia a ninguem o direito de guarnecel-a. Vendo eu os meus homens dependurados ás talhas e á bóssa, a disputarem um lugar nas bancadas, ao principio ri-me com verdadeira satisfação, mas receando que com aquelle peso mettessem a pique a *encouraçada* (como lhe chamavam os marinheiros pelo feitio da prôa em ariête) mandei subir todos os intrusos e deixei a propria guarnição, designando sómente para dirigir a operação o Guardião Antonio de Souza, homem activo e valoroso, ao qual determinei que começasse pela chata, desmanilhando-lhe a amarra e deixando-a vir agua abaixo para eu apanhal-a, emquanto elle subisse ao *Jequitinhonha*, afim de incendial-o, e só em ultimo lugar atracando ao *Paraguay*, que occupava posição mais distante da bateria”.

Mal a canôa deixava o costado do navio e uma bateria se desmascarava, do barranco, num fogo intensivo. Dir-se-ia que os artilheiros paraguayos tinham a intuição plena da comissão confiada á fragil embarcação, e tentavam por todos os meios

impedil-a. Não visavam a *Araquary*; visavam a canôa.

De bordo, o fogo rompe, tambem, violento. Mas os corações batem forte, nos peitos vigorosos, pela sorte dos companheiros. O espectáculo é impressionador. No leito calmo do rio, impellida por doze braços robustos, a *encouraçada* avança. De um bordo e de outro, á prôa e á ré, as granadas explodem, levantando columnas dagua. Por vézes, tem-se a impressão de que um projectil a attinge, em cheio...

Nos peitos largos dos valentes ha sempre um lugar para Deus; e quando a gente esquece o perigo proprio para só pensar no perigo alheio, então a Sua lembrança nos vem mais nitida, e os labios, quasi que sem querer, clamam incessantemente por Elle...

O clarim resôa, crystallino, rufa surdamente o tambor. E' o toque de oração. Os homens todos se descobrem, muitos se ajoelham. As balas chovem, agora tambem sobre o navio. Um marujo cae, aqui, sem vida; outro escabuja, além, ferido de morte. Mas os corações continuam alto, pedindo pela guarnição do *guig*.

A canôa segue. Desmanilha a amarra da cha-ta que descae ao sabor da maré. Rolos de fumo negro sobem dos navios incendiados.

Apenas cinco homens remam, de volta. O sexto remo, attingido junto á pá, fôra arrojado longe... E a canôa atraca, de regresso.

O commandante, enthusiasmado, ergue um *viva* ao Guardião Antonio de Souza e abraça, um por um, aos homens da guarnição... Todos vivos, bem dispostos, sem um arranhão.

— Milagre? Quem sabe?!... Deus sempre foi brasileiro.

ABORDAGEM AUDACIOSA

Uma das grandes aspirações de Solano Lopez, durante a guerra que sustentámos contra o Paraguay, era conseguir o dominio integral da navegação do Paraguay e do Paraná de modo a garantir para seus navios franco accesso ao estuario do Prata.

O desbarato de sua esquadra pela nossa, no Riachuelo, representou, por isso, para *El Supremo*, um choque tremendo. Todavia elle não desistiu do proposito de apoderar-se, por abordagem, de alguns dos navios brasileiros. E esse desejo era tão mais intenso quanto elle sabia que os encouraçados que o Paraguay tinha em construcção na Inglaterra e na França, ao romper do conflicto, haviam passado, por um golpe victorioso da nossa diplomacia, a augmentar o poderio da esquadra imperial.

A 15 de agosto de 1867 Curupaity foi forçada. O dictador paraguayo fez annunciar, então, que nossos navios tinham por si mesmos caído numa armadilha, pois mettidos entre aquella fortaleza e a de Humaytá e impossibilitados de serem abastecidos por via fluvial — unica de que dispunham.

— elles se achavam, de facto, prisioneiros. O Visconde de Inhauma, entretanto, fez construir uma estrada de ferro através do Chaco, e o serviço de abastecimento de viveres e munições aos navios da vanguarda continuou a ser feito regularmente.

Seis mezes depois da passagem de Curupaity Humaytá era, por sua vez, forçada.

Depois deste feito, e exceptuados os navios da divisão Delfim, o grosso da esquadra brasileira ficou assim distribuido:

Em porto Elizario, com o Visconde de Inhauma:

Brasil (capitanea da esquadra)

Colombo

Mariz e Barros.

À vista de Humaytá, sob as ordens do capitão de mar e guerra Joaquim Rodrigues da Costa:

Lima Barros (capitanea da divisão)

Cabral

Silvado

Herval.

Estes navios, desde a data do forçamento de Curupaity, nunca cessaram de hostilizar as duas fortalezas paraguayas e, além disso, se occupavam do policiamento do rio nesse trecho, da guarda e fortificação de porto Quiá e porto Elizario, e da protecção ás nossas communicações pelo Chaco

através do qual, como já ficou dito, fez o commandante da esquadra construir uma estrada de ferro.

* * *

Na noite de 1 para 2 de março, estava de promptidão o *Silvado*, do commando do capitão-tenente Jeronymo Gonçalves, e fazia a ronda, em escaler, o guarda-marinha José Roque da Silva, da guarnição do *Lima Barros*.

Até meia-noite fizera luar, um luar claro, bonito; mas dessa hora em diante a escuridão tornara-se densa, e só a poucos metros de distancia se conseguia distinguir o vulto dos navios.

Com a enchente do rio, que ha muitos dias se fazia sentir, era commum a descida de camalotes. A regularidade, porém, com que estes começaram a descer nessa noite, ahi por volta das duas horas da madrugada, pareceu suspeita ao guarda-marinha de ronda, o qual, approximando seu escaler de um grupo delles, verificou tratar-se não de camalotes, mas de chalanas cobertas de ramagens, occultando gente armada. Era o plano de abordagem aos nossos encouraçados que Lopez, audacioso como sempre, punha em acção.

Sem perda de tempo gritou o guarda-marinha para os navios da divisão, prevenindo-os do perigo, e recolheu-se ao capitanea.

Quasi simultaneamente com Roque da Silva, entraram de roldão no *Lima Barros* cerca de 400

paraguayos, enquanto numero pouco inferior invadia o *Cabral*.

Com o inopinado do ataque os marinheiros brasileiros que pernoitavam na tolda mal tiveram tempo de defender-se e foram sacrificados. Os demais, porém, accorreram a seus postos, e das casamatas e das torres enfrentaram o inimigo, incomparavelmente mais numeroso.

O capitão de fragata Aurelio Garcindo Fernandes de Sá, commandante do *Lima Barros*, num minuto estava no convés. E gritava uma ordem ao primeiro grupo que avista quando este o investe, ás cutiladas: era de paraguayos. O heroico commandante da *Parnahyba* na jornada do Riachuelo tinha, porém, a alma de espartano. Embora ferido gravemente, reage a tiro de pistola antes de recolher-se a uma torre, de onde passou a dirigir a defesa.

Sorte quasi identica estava reservada ao commandante da divisão, capitão de mar e guerra Rodrigues da Costa. Subindo ao convés, no cumprimento indeclinavel do seu dever, é cercado, e atacado, violentamente, pelos soldados de Lopez. Mas elle é um bravo. Chefe de facto, dá o exemplo na resistencia heroica. A espada flammeja-lhe no pulso agil. Abate um inimigo aqui, fere outro acolá, mas cae, afinal, morto, no seu posto de honra, crivado de feridas.

Enquanto isso, outras chalanas repletas de paraguayos procuravam abordar o *Herval* e o *Silvado*, mas viam frustrados os seus intentos.

Neste ultimo navio, o commandante Jeronymo Gonçalves não perde tempo. Fundeado, como se achava, vae largando amarra até collocar-se entre o *Lima Barros* e o *Cabral*, cujos convézes estavam repletos de paraguayos, e varre-os a metralha.

“Foi uma terrivel mas necessaria carnificina — escreve o Visconde de Ouro Preto referindo-se a esta lucta —. Ficaram as toldas juncadas de cadaveres, e raro foi o inimigo que se atirando ao rio encontrou salvação.”

Ao clarear do dia o commandante da esquadra, que fôra avisado em Porto Elizario e immediatamente subira com o *Brasil* e o *Mariz e Barros*, fazia abordar os dous navios tão duramente acomettidos durante a noite, e aprisionava os atacantes sobreviventes, que já não offereciam a menor resistencia.

As perdas dos inimigos foram incalculaveis, muitos tendo perecido afogados.

De nossa parte tivemos a lamentar a morte do chefe Costa, do 1.º tenente João Gomensoro Wandenkolk e de oito praças, contando-se além disso 52 feridos (21 gravemente), entre os quaes o commandante Garcindo e oito officiaes.

Estávamos, porém, victoriosos. O estratagema de Lopez, como tantos outros que elle haveria de tentar durante a guerra, não surtira o effeito desejado. E a esquadra brasileira — transposto como já fôra o baluarte de Humaytá — dominava inteiramente as aguas do Paraguay.

O CAPITÃO-TENENTE ANTONIO JOAQUIM

A 11 de novembro de 1860 naufragou nas proximidades do cabo Spartel, nas costas de Marrocos, a corveta brasileira *D. Izabel* que viajava sob o commando do capitão-tenente Bento José de Carvalho, irmão mais moço do futuro Visconde de Inhauma. Dentre os tripulantes que então mais se salientaram resalta a figura masculina de Antonio Joaquim, mestre do navio, o qual, pelos prodigios de valor praticados nessa emergencia, mereceu do imperador a offerta de rico relógio de ouro com a legenda: “Pedro II a Antonio Joaquim — 11 de novembro de 1860”.

Amigo particular do commandante Bento, Antonio Joaquim foi dos mais activos e diligentes nas manobras para evitar o desastre e conservou-se attento ás ordens do commando até que o navio, fustigado incessantemente pela violencia do mar, se despedaçasse, de todo, de encontro aos escolhos. Consummado o sinistro, não podendo salvar a vida do commandante que num gesto de antiga ethica maruja se deixara desapparecer com o navio, Antonio Joaquim salvou-lhe, todavia, a espada, os

objectos de estimação e as quantias em dinheiro existentes na camara, os quaes, uma vez no Rio, entregou em pessoa á familia enluctada. Victorino de Barros, na sua interessante biographia do Visconde de Inhauma, relata-nos o encontro do official marinheiro com o então chefe de esquadra Joaquim José Ignacio, durante o qual os dois militares, unidos pela mesma dôr e mutuamente esquecidos das barreiras da hierarchia, se estreitam num longo abraço emquanto as lagrimas lhes sulcam as faces.

* * *

Quatro annos depois, quando se inicia a guerra contra o Paraguay, Antonio Joaquim occupava o posto de piloto, intermediario então entre os officiaes de patente e as praças de pret. Patriota de verdade, bravo como poucos, o antigo grumete segue para o campo da lucta. E, ahi, os galões lhe vêm chegando, um a um, como recompensa aos feitos de heroismo que se succedem.

Em começos de 1868, ao resolver-se o forçamento de Humaytá, elle é primeiro tenente e commanda o *Rio Grande* — um dos monitores recém-incorporados á esquadra. A 13 de fevereiro desse anno, sob as ordens do chefe Delfim de Carvalho e em companhia do *Pará*, commandado por Custodio de Mello, e do *Alagoas*, sob o commando de Maurity, força Curupaity. Menos feliz que seus companheiros, porém, tem um camalote a entra-

var-lhe a marcha e fica parado, a meio do rio, bem sob o canhoneio cerrado de trinta bocças de fogo. É uma hora angustiosa de provação. Seus artilheiros, porém, respondem com denodo aos tiros da fortaleza paraguaya, o obstaculo é destruido a machado e, pouco depois, com o intervallo certo de uma hora, reunia-se o *Rio Grande*, na vanguarda, aos outros dois monitores.

A 19 de fevereiro, com o *Barroso* commandado pelo futuro Barão de Jaceguay, constitue seu navio o primeiro grupo de unidades brasileiras a desafiar as correntes, os torpedos, o fogo concentrado da Sebastopol guarany.

E, com os écos da victoria, recebia Antonio Joaquim os galões de capitão-tenente, posto hoje correspondente a capitão de corveta.

Enfrenta a seguir as baterias do Timbó, vae a Assumpção com a divisão avançada da esquadra brasileira e, de volta, estaciona no Tagy. E' neste posto que a morte o arrebatava nos braços alados, para o entregar á historia.

Na noite de 9 para 10 de julho Lopez leva a effeito segunda tentativa de abordagem contra os nossos navios. Desta vez os escolhidos foram o *Barroso* e o *Rio Grande*. Armados de espadas, lanças curtas, pistolas e granadas de mão, 250 paraguayos robustos, treinados cerca de um mez para esse apprehendimento, acommettem primeiramente o navio de Silveira da Motta, e, repellidos

deste a metralha, dirigem-se em seguida ao *Rio Grande*. Antonio Joaquim, com seus homens, recebe-os a peito descoberto, na tolda. A lucta foi breve e a victoria brasileira completa: os paraguayos não puderam voltar para contar a Lopez a derrota.

No correr do embate, porém, Antonio Joaquim desaparecera. No outro dia seu corpo foi encontrado boiando, no rio, uma bala encravada na cabeça. Principal defensor do seu navio, elle morrera luctando, heroicamente, como bravo que sempre fôra!

Na ordem do dia em que relatou á esquadra o acontecimento, escrevia o vice-almirante commandante em chefe: "Não terminarei sem pagar um tributo á memoria do glorioso capitão-tenente Antonio Joaquim. Era o typo da honra, da bravura e do verdadeiro marinheiro. Ninguém está mais habilitado a proclamar esta verdade do que o irmão mais velho do infeliz commandante da corveta *Izabel*. Recommendo aos imperiaes marinheiros que tomem por modelo do seu comportamento aquelle que da simples classe de grumete soube, por suas heroicas e estimaveis qualidades, elevar-se ao alto posto de official superior da armada. Se a marinha da mãe patria possuiu os seus mestres Matheus, Santa Rita e Laranja, tambem a jovem marinha brasileira pode dizer com orgulho — nós tivemos um Antonio Joaquim!"

UMA ERA NOVA PARA A MARINHA BRASILEIRA

O Brasil parece destinado desde o berço a ser uma grande potencia maritima, affirmei eu, já, em outra parte deste volume. Sua conformação geographica, suas extensas costas, seus numerosos recantos litoraneos como que apropositados para o estabelecimento de portos, exigiam, de prompto, para exploral-o e colonizal-o, a actividade de uma marinha numerosa. Por isso, talvez, a Providencia Divina ensejou a Portugal a gloria de se apossar delle, porque o pequenino-grande reino attingira, no momento, a culminancia do poder maritimo

No entanto, attrahidas pelas perspectivas seductoras do commercio com as Indias, as vistas de D. Manoel o Venturoso e as de seu successor D. João III só se detiveram na nova terra quando os piratas francezes começaram a mostrar ao mundo, com as possibilidades industriaes do *pau brasil*, as primeiras riquezas della arrancadas. Então vieram as capitancias, as fortificações dos pontos estrategicos da costa, as *tarracenas*, as ribeiras das naus, e, com o aproveitamento das nossas madei-

ras, o incremento da construcção naval indigena e a constituição, meio empirica embora, da marinha colonial.

Mas, como se isso tudo não bastasse para alicerçar o nosso poder maritimo, o imperialismo napoleonico, no começo do seculo dezenove, obrigou a familia real portugueza a abandonar Lisboa, buscando refugio na colonia florescente. E trazendo, e comboiando a familia real, veio para o Brasil a marinha lusa que logo se transmudou em luso-brasileira, pois aqui verdadeiramente se desdobraram, então, todas as instituições navaes da metropole.

Assim, dir-se-ia que o destino mesmo encaminhava para nossa terra a organização mais necessaria ao seu desenvolvimento e á sua propria existencia, elegendo-a a unica colonia americana que, ao proclamar a sua independencia, podia dispor de força naval para contrapôr á da metropole. Isso explica por que as luctas decorrentes desse acto politico não perduraram, entre nós, annos e annos como as da Republica Argentina e as dos Estados Unidos, por exemplo. Ao contrario, proclamada a independencia a 7 de setembro de 1822, menos de um anno depois, a 15 de agosto de 1823 (adhesão do Pará), estava ella consolidada de norte a sul, em todo o territorio brasileiro.

Todos sabemos o papel decisivo que a marinha desempenhou nessa emergencia. Não fosse ella,

não fosse o concurso intelligente de Cochrane, de Taylor e de Greenfell sobretudo, e as provincias do Norte, notadamente Bahia, Maranhão e Pará teriam seguido o exemplo de suas congengeres de origem espanhola e seriam hoje, provavelmente, nações livres. A' marinha se deveu a pacificação rapida na independencia. A' marinha se deveu a conservação da unidade nacional no primeiro reinado, no periodo agitadissimo da regencia, no governo de Pedro II. A Confederação do Equador, a Abrilada, a Balaiada, as Guerras dos Cabanos e dos Farrapos, a Sabinada, a Revolução Praieira precisaram, para ser debelladas, do concurso efficaz da marinha.

Em todos os tempos, por isso mesmo, mereceu ella o reconhecimento dos governos como a sympathy, o carinho reconfortante do povo. Assegurada e ampliada logo depois da independencia por meio de uma subscrição publica, ella de logo pôde enfrentar na Bahia a numerosa esquadra do almirante Felix de Campos; combatendo-a, bloqueando-a a principio, e perseguindo-a depois, no galhardo cruzeiro da *Nictheroy*, até á embocadura do Tejo!

Cresceu a seguir nas lutas da Cisplatina, cooperou efficazmente com os exercitos alliados na acção contra Rosas, venceu galhardamente nas campanhas do Uruguay e do Paraguay, alteando, então, na historia dos feitos militares sul-ameri-

canos, os marcos gloriosos de Paysandú, Riachuelo, Humaytá!

A republica encontrou-a forte, e augmentou-lhe, ainda, o poderio. Os governos Rodrigues Alves e Affonso Penna, com os ministros Julio de Noronha e Alexandrino, remodelaram-na por completo, modernizando-a.

De ha uns vinte annos para cá, porém, ella vem diminuindo, desapparecendo aos poucos, um navio hoje e outro amanhã, como se a nação pudesse viver sem o seu concurso, como se a soberania nacional pudesse ser mantida, e o nosso commercio maritimo protegido, e as nossas costas e portos bem defendidos sem o auxilio dos *dread-noughts*, dos cruzadores, dos submarinos, dos aviões, sem o tirocinio e a competencia tecnica dos commandantes e officiaes, sem o treinamento intensivo da marinhagem!

No entanto, os ouvidos patriotas ainda hoje escutam a palavra prophetica de Ruy, na *Lição das Esquadras*:

“O mar é o grande avisador. Pol-o Deus a bramir junto ao nosso somno para pregar que não durmamos. Por ora a sua protecção nos sorri, antes de se trocar em severidade. As raças nascidas á beira-mar não teem licença de ser myopes; e enxergar, no espaço, corresponde a antever, no tempo. A retina exercitada nas distancias marinhas habitua-se a sondar o infinito, como a do

marinheiro e a do albatroz. Não se admittem surpresas para o nauta: ha de adivinhar a atmosphaera como o barometro, e presentir a tormenta quando ella pinta apenas como uma mosca pequenina e longinqua na transparencia da immensidade. O mar é um curso de força e uma escola de previdencia.”

Ainda bem que, com o advento da segunda republica, acaba de soar, redoirada de clarões festivos, a hora do resurgimento e do *sursum corda* para a Marinha.

Bemdito o patriotismo do actual governo voltando para ella suas vistas! Bemdita a clarividencia do actual ministro que por actos, não por palavras, vem procurando dar á marinha o lugar destacado que sempre lhe competiu no concerto naval sul-americano! A incorporação á esquadra do navio-escola *Almirante Saldanha*, a construcção benadiantada do novo edificio para o Ministerio, a execução do programma naval, entre outros factos de relevancia, assignalam o raiar de uma nova era de brilho e de grandeza para a marinha brasileira.

Agora, applaudindo a acção governamental, o Brasil inteiro precisa olhar com olhos de amor para a sua marinha, lembrando que ella foi sempre, em todos os momentos criticos da nacionalidade, a dedicação que se não quebranta, o apoio decidido que jamais faltou nem faltará!

Só os povos fortes têm o direito de viver! E hoje, mais do que nunca, aos individuos como ás nações, faz-se opportuno o conselho do primeiro Roosevelt, ainda ha poucos annos lembrado aos officiaes-alumnos da Escola de Guerra Naval, em brilhante conferencia, pelo almirante Oliveira Sampaio: *Try to be good, but carry always with you a big stick!*

A ILHA E FORTALEZA DE VILLEGAGNON

O Barão de Nova Friburgo cóstumava affirmar pittorescamente, referindo-se a seus empreendimentos: “minhas asneiras são feitas de pedra e cal”. De facto, quem visita hoje a bella cidade dos cravos constata que os melhores edificios, as melhores estradas, os melhores serviços publicos ali existentes são fructos das *asneiras* desse homeni genial, que sabia enxergar para além do horizonte commum a todas as creaturas.

Phrase parecida com a do Barão, mas sem a classificação brincalhona, poderia ser empregada nos nossos dias pelo almirante Protogenes Guimarães, que a politica conseguiu roubar á Marinha para collocar á testa do governo fluminense; porquanto os seus empreendimentos ou são de aço, como o *Almirante Saldanha*, os submarinos, destroyers e cruzadores da futura esquadra, ou são de cimento armado, como o palacio do Ministerio, o projectado Hospital de Marinha, a Escola Naval. Modificando de algum modo aquella imagem celebre de Ruy, em sua permanencia na direcção da

pasta naval elle plantou simultaneamente a semente da couve, para o prato de amanhã, e a semente do carvalho, para o abrigo do futuro. Por outras palavras: estabeleceu doutrinas, regulamentos, transformações que já vigoram nos dias presentes; organizou reformas, iniciou programas cujos fructos só serão saboreados pelas gerações que ora se adaptam á vida trabalhosa do var.

Mas não é a respeito do almirante Protogenes Guimarães que desejamos falar. Nosso thema de hoje só indirectamente se prende a um de seus empreendimentos, melhor: a uma de suas realizações. Queremo-nos referir á proxima mudança da Escola Naval para a antiga fortaleza e ilha de Villegagnon.

O carioca que percorre a Avenida Beira-Mar ou a Praia do Flamengo tem a sua attenção chamada para um arranha-céo de linhas magnificas, a altear-se na pittoresca ilha que, no primeiro seculo do Brasil-colonia, abrigou a séde ephemera do governo da França Antartica. Que será, aquillo? Nem todos sabem. O brasileiro ainda se interessa muito pouco pelas coisas da Marinha de Guerra. Nossas brilhantes professoras primarias decerto continuam a ensinar ás creanças, quando enumeram as ilhas da Guanabara, que na de Villegagnon funciona o Quartel Central do Corpo de Marinheiros Nacionaes.

De facto assim foi, por muito tempo. Ha cousa de um anno, porém, o Quartel dos Marinheiros está provisoriamente installado no velho cruzador *Barroso*, ora atracado ao caes do novo Arsenal, na ilha das Cobras. Em Villegagnon, apenas os engenheiros e operarios da firma Raja Gabaglia e Cia. empregam sua actividade para dotar o paiz com uma Escola Naval modelo, digna em tudo por tudo dos nossos foros de nação culta e progressista.

Ora, não seria interessante colligir uns dados ligeiros sobre a ilha historica? Foi o que tentámos fazer.

* * *

Serigipe, que quer dizer *garra de siri*, era o nome que lhe davam os indigenas quando, em 1555, della se apossaram os francezes capitaneados por Nicolau Durand de Villegagnon, ahí erigindo, de prompto, o forte de Coligny. *Ilha das Palmas* ou *Ilha das Palmeiras* chamaram-na depois os portuquezes, devido a um coqueiral que nella havia.

Segundo o informe de Fernandes Pinheiro, a illia, então, só era accessivel pelo lado de terra, esse lado mesmo por onde, agora, está sendo ella ligada ao continente. E a chronica de D. Sebastião, citada pelo erudito historiador naval commandante Lucas Boiteux, informa tambem, a seu respeito: "Tudo o que é ilha era fortaleza e tudo o que

era fortaleza ilha, e toda excepto um pequeno porto na praia era cercada de penedia brava, onde o mar cousa de cem braças de comprimento e cincoenta de largo, em cujos dous ultimos pontos levantou a natureza dous cabeços talhados no mar, e no meio de ambos um singular penedo, como de quatro braças de alto e seis em contorno. Da circumferencia dos recifes e penedia tinham feito defensavel muralha, dos dous cabeços, com pouco artificio, duas juntamente naturaes e artificiaes fortalezas; e do penedo um pouco mais cavado ao picão, caixa de polvora, segura e constante contra todo artificio. No meio, em cima do rochedo que se elevava a sessenta pés, a casa abaluartada do governador”.

Pois foi a esse singular conjuncto de defesa que os portuguezes commandados pelo governador geral Mem de Sá, em principio de março de 1500 depois de tres dias de constante batalhar, invadiram e arrasaram completamente, carregando para bordo de seus navios os canhões e demais armas encontrados.

No entanto, como nos ensina a Historia do Brasil, tendo os portuguezes se retirado para a Bahia, então séde do governo geral, os francezes, com o auxilio de seus alliados os Tamoyos, voltaram a asenhorear-se da ilha, fortificaram-na outra vez, e só em definitivo a abandonaram quando, a 20 de janeiro de 1567, foram derrotados pelos portugue-

zes de Mem e Estacio de Sá e pelos indios valentes de Ararigboia.

Ha, depois disso, o hiato immenso de um seculo, durante o qual se não encontram, nos historiadores, referencias a esta ilha. Teria ella sido abandonada? Ter-se iam inutilizado as fortificações? São conjecturas que não obtêm, de prompto, resposta satisfactoria. . .

“Antes de 1669 — tem a palavra, de novo, e commandante Boiteux — antes de 1669 o povo do Rio de Janeiro offereceu ao governo 8.000 cruzados para as obras de fortificação desta ilha e da ponta de Gragoatá. O governador Sebastião Caldas mandou levantar uma bateria em uma de suas pontas. A 12 de setembro de 1711, ao repellir o ataque da esquadra de Duguay-Trouin, teve o seu paiol de polvora incendiado por uma bomba do inimigo e mortos dous capitães e varios soldados. A cartaregia de 22 de novembro de 1761 mandou que se proseguisse na construção da bateria em circulo e se arrasasse o morro das palmeiras, que nella existia. Esta bateria, edificada no tempo de Gomes Freire, chamava-se de S. Francisco Xavier, em cujos trabalhos foram empregados 50 quilombolas vindos de Goyaz. O Conde da Cunha deu principio ao arrasamento do morro, que foi continuado pelo 2.º Marquez do Lavradio, o qual mandou tambem abrir nella uma cisterna e um fôssô para isolar o

forte. Ficou sendo padroeira do forte N. S. da Conceição”.

Com a proclamação da independência a fortaleza de Villegagnon passou á jurisdição da Marinha, e foi della que, a 3 de abril de 1832, partiu o tenente-coronel Miguel de Frias e Vasconcellos para, no “Campo da Honra”, actual Praça da Republica, tentar depôr a Regencia, dissolver as duas Camaras e convocar a Constituinte, de accôrdo com o partido *exaltado*.

Em 1836 o brigadeiro Salvador José Maciel, Ministro da Marinha, creou as “Companhias de Marinheiros” que, um anno depois, na gestão de Tristão Pio dos Santos, passaram a constituir um Corpo, em março de 1840, sendo gestor da pasta naval o chefe de divisão Jacintho Roque de Senna Pereira, por decreto do Regente Araujo Lima obtinham a denominação definitiva de “Corpo de Imperiaes Marinheiros”.

Installado de inicio a bordo de um navio de guerra, o Quartel dos Marinheiros foi transferido, a seguir, para a fortaleza de Villegagnon, onde, em memoria do seu creador, a 16 de dezembro de 1876 se erguia um monumento de ferro fundido com 48 palmos de altura por 3 1/2 de diametro, assentando sobre uma columna de granito de ordem corynthia. “Em uma das faces — relata Garcez Palha— lia-se: *Ao general Salvador José Maciel, creador do Corpo de Imperiaes Marinheiros, em 1836; em ou-*

tra: *Ao senador Visconde de Albuquerque, creador da primeira companhia de Aprendizizes Marinheiros, em 1840; na terceira: Tributo de reconhecimento da corporação da Armada; e na quarta e ultima: — Inaugurado no anno de 1876*”.

A 6 de setembro de 1893 rebentou, no Rio, o movimento chefiado pelo almirante Custodio de Mello. Villegagnon manteve-se neutra e só um mez depois, levada sobretudo pelas picardias do governo de Floriano, adheriu á revolta. Foi então atacada, e o monumento a Salvador Maciel grandemente damnificado. Em 1910, durante a revolta dos marinheiros chefiada por João Candido, Villegagnon, sob o pulso energico de Gomes Pereira, conservou-se fiel ao governo.

Grandes melhoramentos soffreu a ilha, nesse longo periodo de tempo, sendo commandada por vultos notaveis da nossa Marinha.

Emfim, veio a revolução de trinta. Chegou o almirante Protogenes Guimarães. E... dentro em breve teremos, na ilha historica, a mais moderna, a melhor a mais perfeita Escola Naval da America do Sul!

O NAVIO ESCOLA “ALMIRANTE SALDANHA”

— Não ha uma só pessoa medianamente culta, no Brasil, que não comprehenda a necessidade de possuirmos uma marinha forte e numerosa. Não por espirito bellicoso, que somos pacificos de indole, nem, tampouco, com propositos imperialistas, que a propria Constituição prohibe nos empenhemos directa ou indirectamente em guerra de conquista. A necessidade de uma grande esquadra dimana sobretudo da immensidão das nossas costas e dos nossos rios navegaveis, assim como da disposição topographica do paiz que difficulta, sem duvida, o estabelecimento de linhas terrestres de communição.

Paiz vastissimo e relativamente despovoado (cerca de cinco habitantes por kilometro quadrado), a Marinha é para o Brasil, através do conducto arterial das aguas, o *globulo vermelho* a percorrer-lhe o organismo, alimentando-o, vivificando-o. E’ o traço de ligação entre o governo central e o dos Estados, entre o povo da capital da Republica e os caboclos da Amazonia, os praianos do

nordeste, os gauchos desempenados dos pampas sulinos. Do Oyapock ao Chuy pelo mar, ao longo do Amazonas terra a dentro, na lagôa dos Patos, no Uruguay e em largo trecho do Paraguay, em Matto Grosso, a Marinha é um facho de brasilidade accendendo o patriotismo da nossa gente! Aonde quer que chegue um navio de guerra, nos grandes portos como Santos, Bahia, Belém, ou nos logarejos sem nome de um recanto qualquer da costa, ha sempre um sorriso bom de acolhida em cada rosto de compatriota, envergue elle a casaca do homem de sociedade ou a camisa de riscado do pescador humilde.

No estrangeiro, nem é preciso falar; a marinha é o proprio Brasil através dos mares.

* * *

Desde o imperio, nos tempos aureos em que a marinha brasileira era contada entre as potencias mundiaes, desde essa longinqua era dos *patescas* e dos velhos *lobos do mar*, sempre tiveram os jovens officiaes e marinheiros um navio apropriado onde faziam a aprendizagem pratica de sua profissão ao léo das ondas, ao sopro dos galernos das proximidades da costa ou dos ventos rijos do oceano largo. A *Nictheroy*, a *Bahiana*, o *Almirante Barroso* e o *Benjamin Constant*, este já nos nossos dias, são navios legendarios em cujo bojo se fizeram homens, enrijaram o character e doutrinaram aos no-

vos grandes vultos da nossa marinha: Tamandaré, Barroso, Jaceguay, Custodio de Mello, Julio de Noronha, Marques de Leão, Saldanha da Gama, Gomes Pereira e tantos outros.

Com a "baixa de serviço" do *Benjamin Constant*, ha mais de dez annos se interrompeu essa bella tradição marinheira, e os guardas-marinhas não mais puderam levar aos quatro cantos do globo o riso sadio de uma mocidade entusiastica, de par com a saudação do Brasil ás nações amigas do mundo todo...

Uma era nova, porém, desponta para a nossa marinha. Os corações se alevantam, as almas se alteiam como flammulas de fé! Ha um *frisson* de resurgimento por toda parte. No proprio pateo do Arsenal, em linhas sobrias e magnificas, o palacio do ministerio se ergue, imponente, como um marco entre o passado e o futuro. A nova esquadra dentro em pouco será uma realidade. O *Almirante Saldanha*, o novo navio-escola, ahi está na moldura guanabarina, luminoso como o proprio sol que o envolve, as velas brancas em descanso tal um grande passaro que repousasse sobre as aguas no intervallo entre dois vãos.

Fez bem a capital da Republica em vibrar de entusiasmo para recebê-lo. E' o renascimento da Marinha que se festeja e a marinha é a propria garantia de nossa existencia como nação!

Elle ostenta um nome que é um symbolo: Almirante Saldanha... Saldanha era o homem e o marinheiro perfeito. Polyglota, versado em todas as sciencias e conhecedor de todas as artes, bello no physico e no moral, caldeado na escola da disciplina e do dever, patriota como poucos, mestre e modelo da mocidade marinheira do seu tempo, encarnou o typo completo do chefe e do educador. Tanto manejava a espada como a penna e brilhava sempre e sempre, assim num salão de festas como num passadiço de commando. Certa vez, no *Almirante Barroso*, durante a exposição de Philadelphia, elle transformou seu navio numa corbelha de flores para uma recepção dansante que durou até á madrugada. Ao amanhecer, todavia, com outro grupo de convidados a bordo, apresentava-o rigorosamente prompto para combate, e iniciava exercicios de tiro. A 13 de março de 1894, a bordo da *Mindello* aonde se asylera, curtindo as dores physicas do ferimento recebido no combate da Armção e as angustias Moraes do transe por que passava, Saldanha tinha a seu lado, a contemplar os navios do almirante Jeronymo Gonçalves, a esposa de um official portuguez. A um instante dado, o vento arrebatava a mantilha da dama e ia levando-a para as aguas. O almirante, rapido, segura-a, e, como se estivesse num salão, ao devolve-la, discorre galante e eruditamente sobre as ren-

das... Em Campo Osorio Saldanha não morreu: ergueu o pedestal para a sua propria estatua.

Entregue á protecção desse nome aureolado, o novo navio-escola é já, só por isso, uma legenda de gloria. A sua chegada ao Rio, porém, assignala mais do que tudo uma alvorada: a alvorada da nova Marinha. Saudemol-a, pois, os bons patriotas, porque a Marinha, na bôa e na má hora, sempre esteve e sempre estará com o Brasil!

* Este livro foi composto e impresso na Empreza Graphica da «Revista dos Tribunaes», á Rua Xavier de Toledo, 72, São Paulo-Brasil, para a Companhia Editora Nacional, Rua dos Gusmões, 140 — S. Paulo.